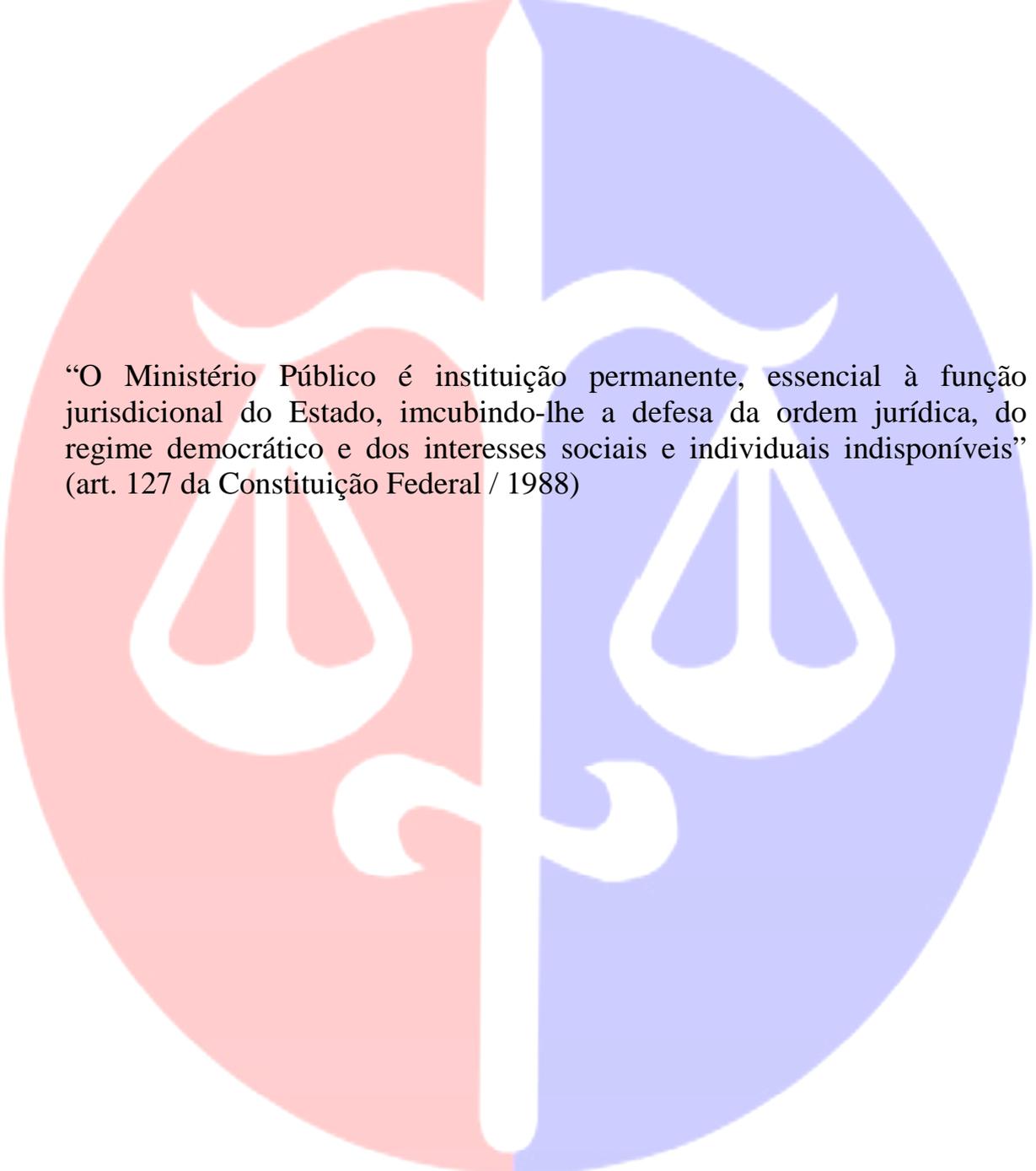


MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Relatório de **Atividades**

2011

1. MISSÃO INSTITUCIONAL



“O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (art. 127 da Constituição Federal / 1988)

2. O ESTADO DO MARANHÃO

O Estado do Maranhão, situado na região nordeste do Brasil, possui extensão territorial de 331.935,51 km² e população distribuída por 217 municípios totalizando 6.574.789 habitantes, o que proporciona uma densidade demográfica de 19,81 hab/km², a segunda menor da Região. Possui o quarto maior PIB (Produto Interno Bruto) do Nordeste e sua economia está baseada em agricultura, pecuária, comércio, indústria (transformação de alumínio, alimentícia e madeireira) e extrativismo vegetal. Seu rico ecossistema é composto por 640 quilômetros de extensão de praias tropicais, floresta amazônica, cerrados, mangues, delta em mar aberto e o único deserto do mundo com centenas de lagoas de águas cristalinas. Essa diversidade está organizada em cinco polos turísticos, cada um com seus atrativos naturais, culturais e arquitetônicos. São eles: o polo turístico de São Luís, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, o Parque Nacional da Chapada das Mesas, o Delta do Parnaíba e o polo da Floresta dos Guarás. São Luís, a capital do Estado do Maranhão, por toda sua riqueza cultural e arquitetura colonial mantém desde 1997 o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Não obstante, o Estado apresenta elevados índices de pobreza, mortalidade infantil, analfabetismo, concentração de renda, além de outras desigualdades sociais. É o Estado com o segundo menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do país e onde estão os municípios mais carentes da federação.



3. RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

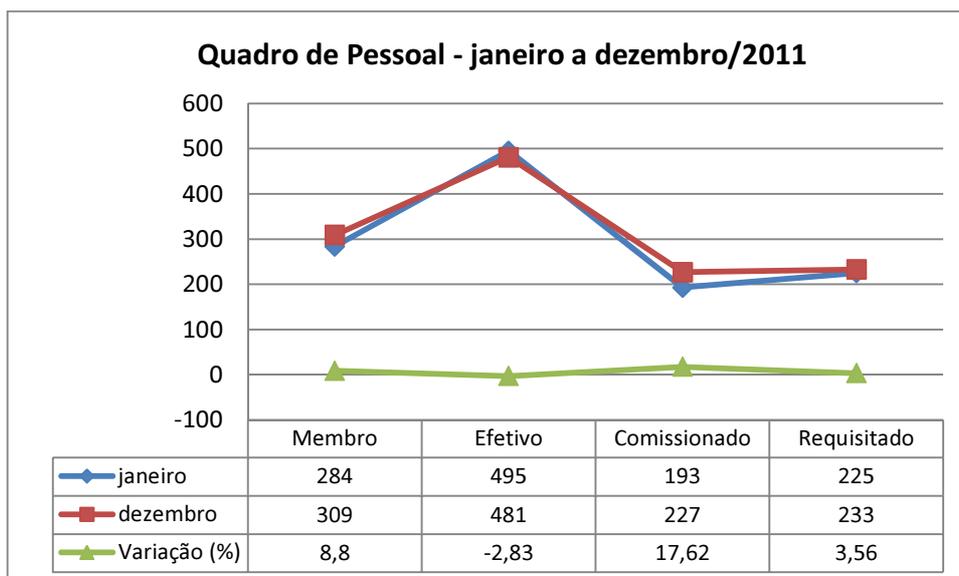
3.1 – DOS RECURSOS HUMANOS

Em 2011, o Ministério Público do Estado do Maranhão contou com **1.250** integrantes em seu Quadro de Pessoal, evidenciando um crescimento de **4,43%** em relação ao ano anterior. O incremento do número de membros foi de **8,8%**. Registre-se, ainda, a valorosa colaboração de 88 estagiários.

Quadro 1 – Quadro de Pessoal - 2011

Enquadramento Funcional	Quantidade
Membros (Procuradores e Promotores de Justiça)	309
Servidores Efetivos	481
Servidores Comissionados	227
Servidores Requisitados	233
TOTAL	1.250

Gráfico 1 – Evolução do Quadro de Pessoal (jan – dez) - 2011



Quadro 2 – Quadro Detalhado de Membros - 2011

Cargos de Membros	QUANTITATIVO DEZEMBRO/ 2011			Fundamentação Legal
	cargos criados	Cargos Providos	Cargos Vagos	
Procurador de Justiça	31	31	0	Lei Complementar nº 013/2008, de 25 de outubro de 1991, alterada pela Lei Complementar nº 122/2008, de 04 de dezembro de 2008, pela Lei Complementar nº 135/2011 de 14.06.11 e pela Lei Complementar nº 143/2011, de 06.12.11.
TOTAL PROCURADORES	31	31	0	
Promotor de Justiça de Final	96	84	12	
Promotor de Justiça Intermediária	123	102	21	
Promotor de Justiça Intermediária – Extinto a vagar	7			
Promotor de Justiça de Inicial	78	67	11	
Promotor de Justiça de Inicial – Extinto a vagar	5			
Promotor de Justiça Substituto	25	25	0	
TOTAL PROMOTORES	322	278	44	
CARGOS EXTINTOS A VAGAR	12		12	
TOTAL PROMOTORES	310	278	32	
TOTAL MEMBROS	341	309	32	

Quadro 3 - Quadro de Servidores Efetivos de Apoio Técnico-Administrativo

Cargos Efetivos	QUANTITATIVO DEZEMBRO/ 2011			Fundamentação Legal
	Criados	Providos	Vagos	
Analista Ministerial	123	101	22	Lei nº 8.077 de 07.01.2004, atualizada pela Lei nº 8.558, de 28.12.2006. Alterada pela Lei nº 9.397/2011 de 14.06.11 e Lei nº 9.517, de 06/12/11.
Técnico Ministerial	431	354	77	
Auxiliar Ministerial	30	26	4	
TOTAL	584	481	103	

Quadro 4 - Funções Comissionadas – Servidores:

FUNÇÃO – Servidores	QUANTITATIVO DEZEMBRO/ 2011			Fundamentação Legal
	Criadas	Providas	Vagas	
Função de Confiança FC-01	26	26	0	Lei nº 8.077 de 07.01.2004, atualizada pela Lei nº 8.558 de 28.12.2006.
Função de Confiança FC-02	17	17	0	
Total	43	43	0	

Quadro 5 - Funções Comissionadas – Membros:

FUNÇÃO - Membros	QUANTITATIVO DEZEMBRO/ 2011			Fundamentação Legal
	Criadas	Providas	Vagas	
Procurador-Geral de Justiça	1	1	0	Lei Complementar nº 143/2011, de 06.12.11.
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídico	1	1	0	
Subprocurador-Geral de Justiça Assuntos Administrativos	1	1	0	
Corregedor-Geral do Ministério Público	1	1	0	
Subcorregedor-Geral do Ministério Público	1	1	0	
Promotores de Justiça Corregedor	4	4	0	
Ouvidor do Ministério Público	1	1	0	
Diretor da Escola Superior do Ministério Público	1	1	0	
Promotores de Justiça Auxiliares da ESMP	2	2	0	
Assessor-Chefe da Assessoria da PGJ	1	1	0	
Assessor Especial (GAECO) (Lei nº 8.558/06)	3	3	0	
Total	17	17	0	

Quadro 6 - Quadro de Cargos Comissionados

CARGOS COMISSIONADOS	QUANTITATIVO DEZEMBRO/ 2011							Fundamentação legal
	CRIADOS	PROVIDOS					VAGOS	
		Efetivos		À Disposição	Não Efetivos	Total Providos		
	Membros	Servidores						
DIRETOR-GERAL	1	1	0	-	-	1	0	Lei nº 8.077 de 07.01.2004, atualizada pelas Leis nºs. 8.538 / 2006, 8.745/2008 e 8.824/2008 Alterada pela Lei nº 9.397/2011 de 14.06.11 (36 Assessor Promotor de Justiça) e Lei nº 9.517, de 06/12/11
DIRETOR DE SECRETARIA	2	1	0	-	1	2	0	
CHEFE GABINETE DO PROC.-GERAL JUSTIÇA	1	-	-	1	-	1	0	
CHEFE GABINETE DO CORREG.-GERAL DO MP	1	1	0	-	-	1	0	
ASSESSOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA	13	9	3	-	1	13	0	
ASSESSOR DE PROCURADOR DE JUSTIÇA	62	-	10	2	50	62	0	
COORDENADOR	11	1	6	-	3	10	1	
ASSES.-CHEFE CONT. INTERNO E AUDITORIA	1	-	1	-	-	1	0	
ASSES.-CHEFE AUDITORIA	1	-	-	-	-	0	1	
ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA TÉCNICA	1	-	1	-	-	1	0	
ASSESSOR TÉCNICO I	4	-	1	1	2	4	0	
CHEFE DE CERIMONIAL	1	-	-	-	1	1	0	
ASSESSOR TÉCNICO II	26	-	6	0	20	26	0	
CHEFE DE SECRETARIA	5	-	1	-	4	5	0	
CHEFE DE SEÇÃO	39	-	23	1	11	35	4	
ASSESSOR TÉCNICO III	10	-	4	-	6	10	0	
CHEFE DE GABINETE – CC- 04	35	-	4	1	27	32	3	
ASSESSOR TÉCNICO IV	35	-	2	-	28	30	5	
ASSESSOR DE PROMOTOR DE JUSTIÇA	116	-	10	2	67	79	37	
SubTotal₁	365	13	72	8	221	314	51	
SubTotal₂	365	85		229		314		
TOTAL	365	314			314	51		

Quadro 7 – Evolução da Folha de Pagamento de Pessoal do MPMA

Ano	Mes	Bruto Folha	Patronal INSS	Patronal SUPSEC	Patronal Ass, Saúde	Patronal FEPA	Patronal FUNBEN	Salário Família	Verbas Exerc Anterior / Dec, Judiciais	TOTAL BRUTO (PESSOAL + ENCARGOS)	Auxílio Alimentação	TOTAL FOLHA
2011	1	9.784.821,08	143.250,87	856,18	2.388,90	1.134.322,06	12.064,61	295,26	969.268,05	12.047.267,00	253.680,00	12.300.947,00
2011	2	9.781.299,91	140.122,23	730,22	2.189,53	1.145.346,90	12.552,49	297,92	976.037,94	12.058.577,14	248.745,00	12.307.322,14
2011	3	9.834.609,14	141.682,89	856,18	2.218,02	1.154.701,30	12.358,37	296,41	969.268,05	12.115.990,35	259.020,00	12.375.010,35
2011	4	9.994.412,23	144.469,49	856,18	2.211,05	1.179.171,86	12.859,98	297,92	969.268,05	12.303.546,75	240.675,00	12.544.221,75
2011	5	10.080.359,79	140.478,88	856,18	2.250,73	1.169.845,87	12.401,23	296,59	969.268,05	12.375.757,32	272.400,00	12.657.773,49
2011	6	14.913.979,10	144.578,70	1.398,66	2.243,09	1.180.214,80	13.224,84	297,92	969.268,05	17.225.205,15	222.375,00	17.447.580,15
2011	7	10.123.854,26	141.734,26	1.802,36	2.153,73	1.182.935,89	12.435,22	303,24	969.268,05	12.434.487,01	249.135,00	12.683.622,01
2011	8	10.133.505,12	141.930,92	1.802,36	2.241,76	1.183.795,68	12.489,92	305,90	969.268,05	12.445.339,71	285.705,00	12.731.044,71
2011	9	10.198.256,15	144.159,88	1.802,36	2.418,06	1.207.536,78	13.771,72	308,56	969.268,05	12.537.521,55	259.380,00	12.796.901,55
2011	10	11.208.487,71	146.742,26	1.802,36	2.397,27	1.208.905,05	13.320,53	333,93	969.268,05	13.551.257,16	238.500,00	13.789.757,16
2011	11	10.417.479,75	148.347,56	1.802,36	2.608,00	1.205.856,07	12.492,76	333,93	969.268,05	12.758.188,48	256.845,00	13.015.033,48
2011	12	11.782.002,21	163.058,78	1.802,36	2.531,15	1.216.680,23	12.255,39	333,93	969.268,05	14.147.932,10	227.565,00	14.375.497,10
2011	13	4.909.656,81	127.557,65	1.398,66	0,00	1.174.152,44	0,00	333,93	0,00	6.213.099,49	0,00	6.213.099,49
TOTAL		133.162.723,26	1.868.114,36	17.766,42	27.851,27	15.343.464,91	152.227,06	4.035,44	11.637.986,49	162.214.169,22	3.014.025,00	165.228.194,22
TOTAL		133.162.723,26			17.409.424,03			4.035,44	11.637.986,49	162.214.169,22	3.014.025,00	165.228.194,22

Fontes: CGP e CFP

3.2 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O Plano Plurianual do Estado do Maranhão para o quadriênio 2008-2011, aprovado pela Lei nº8.733, de 21 de dezembro de 2007, em sua 3ª revisão, autorizou dois programas e oito ações, para o exercício financeiro de 2011, a serem executados pelas unidades gestoras 070101 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA e 070901 – FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 1 - PLANO PLURIANIAL 2008-2011

Descrição	R\$ Em 2011
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	212.051.517
PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania Objetivo: Coordenar e integrar as as ações de cidadania de forma a monitorar e avaliar a ação governamental, assistir a sociedade e garantir o funcionamento do Ministério Público.	191.914.870
Ação: 2322 – Capacitação de Recursos Humanos Finalidade: Promover, de forma integrada, a qualificação de pessoal em todos os níveis de graduação e serviços de modo a obter melhores condições de trabalho e mais altos índices de produtividade.	500.000
Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria Geral de Justiça	146.698.953
Ação: 3037 – Construção da sede própria do Ministério Público Finalidade: Construir, adaptar e aparelhar sede do Ministério Público maranhense.	11.329.880
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	13.684.349
Ação: 4049 – Manutenção da unidade Finalidade: Prover a unidade recursos destinados à gestão administrativa dos seus programas.	16.177.975
Ação: 4426– Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça Finalidade: Desenvolver ações para implantação e implementação da gestão e melhoria continua da Instituição.	3.523.713

Tabela 1 - PLANO PLURIANAL 2008-2011 (continuação)

PROGRAMA: 0410 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação	20.136.647
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	17.983.944
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	2.152.703

Do valor total autorizado para a concretização desses programas, o Ministério Público executou **94,31%**, demonstrado a seguir por programas e ainda por projeto/atividade.

Tabela 2 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROGRAMA

Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	212.051.517	199.990.719,96	94,31
0337 – Gestão da Cidadania	191.914.870	182.598.394,39	95,15
0410 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado	20.136.647	17.392.325,57	86,37

Tabela 4 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROJETO/ATIVIDADE

Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	212.051.517	199.990.719,96	94,31
PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania Objetivo: Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.	191.914.870	182.598.394,39	95,15
Ação: 2322 – Capacitação de Recursos Humanos Finalidade: Promover, de forma integrada, a qualificação de pessoal em todos os níveis de graduação e serviços de modo a obter melhores condições de trabalho e mais altos índices de produtividade.	500.000	471.244,80	94,25
Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria Geral de Justiça	146.698.953	145.677.420,61	99,3
Ação: 3037 – Construção da sede própria do Ministério Público Finalidade: Construir, adaptar e aparelhar sede do Ministério Público maranhense.	11.329.880	11.329.478,39	100
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	13.684.349	9.154.042,98	66,89
Ação: 4049 – Manutenção da unidade Finalidade: Prover a unidade recursos destinados à gestão administrativa dos seus programas.	16.177.975	14.052.003,16	86,86
Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral de Justiça Finalidade: Desenvolver ações para implantação e implementação da gestão e melhoria contínua da Instituição.	3.523.713	1.914.204,45	54,32
PROGRAMA: 0410 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários	20.136.647	17.392.325,57	86,37

de acordo com a legislação			
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	17.983.944	15.523.676,20	86,32
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	2.152.703	1.868.649,37	86,80

Para execução desses programas, o orçamento foi distribuído em grupos de despesas, conforme abaixo:

Tabela 5 - DESTINAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR GRUPO DE DESPESA

Descrição	Autorizado	Empenhado (B)	Liquidado (C)	%B/A	% C/A
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	212.051.517	199.990.719,96	182.474.421,60	94,31	86,05
1 - PESSOAL E ENCARGOS	166.835.600	163.069.746,18	163.069.746,18	97,74	97,74
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.201.688	16.437.452,41	14.819.334,15	81,37	73,36
4 - INVESTIMENTOS	25.014.229	20.483.521,37	4.585.341,27	81,89	18,33

Gráfico 2 - DESTINAÇÃO DO ORÇAMENTO POR GRUPO DE DESPESA

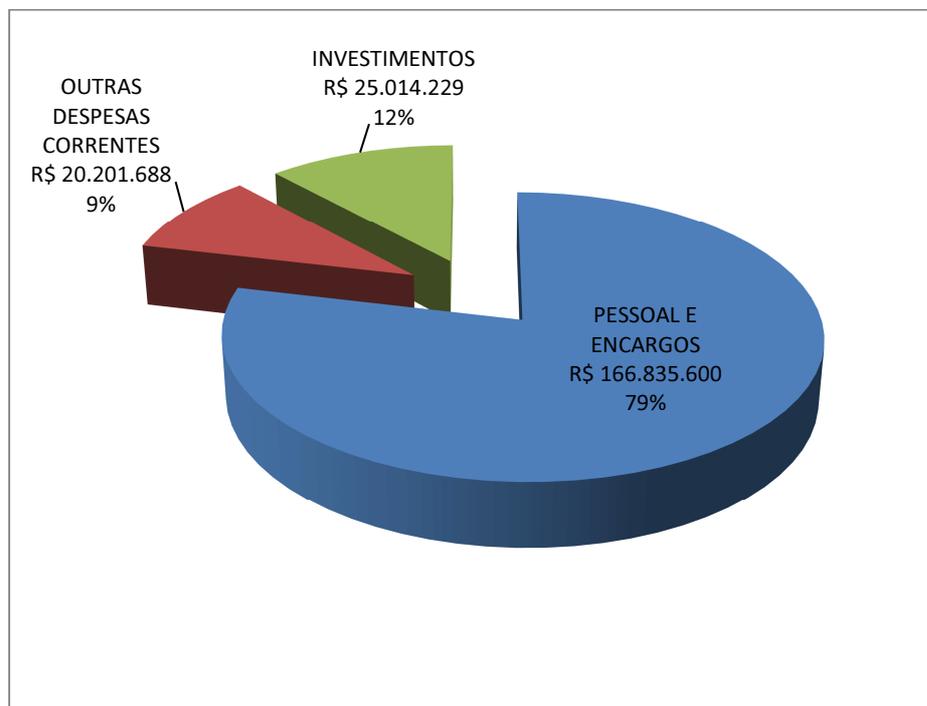
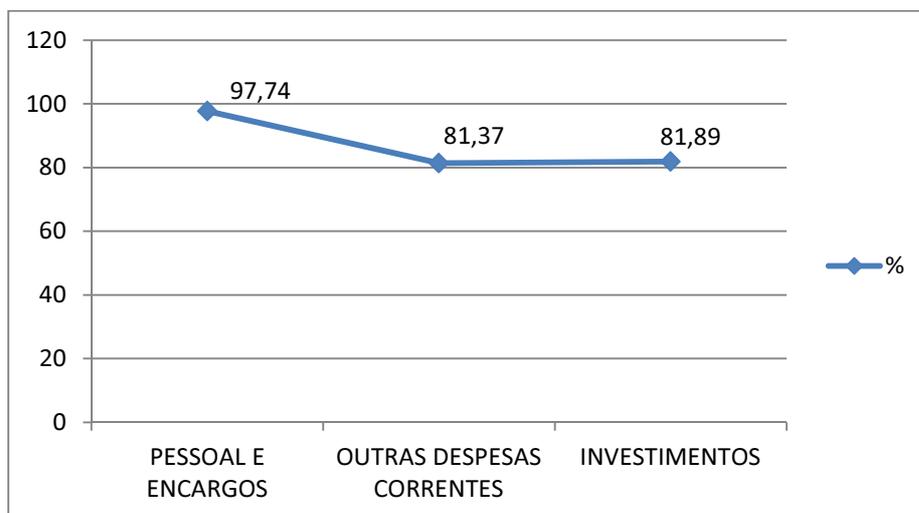


Gráfico 3 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR GRUPO DE DESPESA



O orçamento detalhado por elemento de despesa foi assim executado:

Tabela 6 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR ELEMENTO DE DESPESA

Descrição	Empenhado	Liquidado
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	199.990.719,76	182.474.421,60
07 - CONTRIBUIÇÃO AO FEPA E AO FUNBEN	15.523.676,00	15.523.676,20
09 - SALARIO-FAMILIA	3.702,84	3.702,84
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	130.938.624,55	130.938.624,55
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	1.868.649,37	1.868.649,37
14 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.079.231,89	1.079.231,89
30 - MATERIAL DE CONSUMO	1.790.283,95	1.321.856,71
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	368.813,58	358.813,58
36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.120.359,91	1.105.674,91
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.073.431,78	1.050.558,28
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	8.014.432,79	6.916.590,18
46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	2.946.180,00	2.946.180,00
51-0101000000 - OBRAS E INSTALAÇÕES	16.090.744,14	3.328.052,30
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.392.777,23	1.257.288,97
91 - SENTENÇA JUDICIAL	11.631.216,60	11.631.216,60
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	330.888,13	326.598,22
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.822.746,44	1.822.746,44
94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	994.960,56	994.960,56

A seguir demonstram-se alguns indicadores decorrentes da execução orçamentária 2011.

Tabela 7 - INDICADORES

Descrição	%
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	94,31
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM PESSOAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	97,74
Despesa Realizada com Pessoal / Despesa Total Realizada	81,54
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	81,37
Despesa Realizada com Outras Despesas Correntes / Despesa Total Realizada	8,22
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM IMOBILIZAÇÕES	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	81,89
Despesa Realizada com Capital / Despesa Total Realizada	10,24

Tabela 8 – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO - PPA 2008 – 2011 (%)

	2008	2009	2010	2011
Órgão 07000 – MP/MA	99,53	95,89	92,68	94,31
0337 – Gestão da Cidadania	97,40	95,57	92,23	95,15
0410 – Previdência dos Servidores Públicos do Estado	99,30	99,26	97,45	86,37

3.2.1 Da Transparência Fiscal

Através de sua homepage “ www.mp.ma.gov.br” o Ministério Público do Estado do Maranhão mantém, de forma transparente, a execução orçamentária e extra orçamentária do recursos recebidos por suas duas unidades gestoras, a PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA e o FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.



4. Atividades Administrativas

O Programa 0337 – Gestão da Cidadania tem como objetivo dar condições ao Ministério Público do Estado do Maranhão de assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Engloba as ações de Capacitação de Recursos Humanos, – Direção e Coordenação da Cidadania, Construção da sede própria do Ministério Público, Construção, Reforma e Aparelhamento de outras unidades do Ministério Público, Manutenção da unidade e Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça.

No cumprimento de suas atribuições regimentais, a DIRETORIA GERAL planejou, coordenou, orientou e supervisionou as atividades das unidades administrativas sob sua direção, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Procuradora-Geral. A seguir, as principais atividades administrativas e resultados alcançados:

4.1 – DA CAPACITAÇÃO

A capacitação e aprimoramento do Quadro de Pessoal continuou a ser prioridade nesta gestão. Neste ano, foram 966 pessoas treinadas, entre membros e servidores.

4.2 – DA CRIAÇÃO DE CARGOS

Em 2011, foram criadas 182 novas vagas para o fortalecimento das atividades institucionais do Ministério Público, conforme segue:

a) Criação de cargos – Membros

Vagas criadas	Cargo	Promotoria	Lei Complementar
2	Promotor de Justiça – Inicial	Morros e Olinda Nova	Nº 135/2011, de 14.06.11.
6	Promotor de Justiça - Intermediária	03 Timon; 02 São José de Ribamar e 01 Imperatriz	
12	Promotor de Justiça - Final	Promotorias da Capital	
9	Promotor de Justiça - Intermediária	01 Araiões; 01 Rosário; 01 Açailândia; 01 Imperatriz; 02 São José de Ribamar; 01 Balsas e 01 Maracaçumé	Nº 143/2011, de 06.12.11.

Total: 29

b) Criação de cargos de provimento efetivo – Técnico-Administrativo

Vagas criadas	Cargo	Lei nº
36	Técnico Ministerial – área Administrativa	Nº 9.397, de 14.06.11.
15	Técnico Ministerial – área Exec. Mandados	Nº 9.397, de 14.06.11.
04	Técnico Ministerial – área Edificações	Nº 9.517, de 06.12.11.
15	Analista Ministerial – área Engenharia Civil Analista Ministerial – área Engenharia Elétrica Analista Ministerial – área Engenharia Mecânica Analista Ministerial – área Arquitetura e Urbanismo	Nº 9.517, de 06.12.11.

Total: 70

c) Criação de cargos de provimento em comissão

Vagas Criadas	Cargo	Lei nº
36	Assessor de Promotor de Justiça	Nº 9.397, de 14.06.11.
1	Coordenador	
4	Chefes de Seção	Nº 9.517, de 06.12.11.
1	Assessor-Chefe de Auditoria	

Total: 42

d) Criação de cargos – Estágio não-obrigatório

Vagas Criadas	Descrição	Ato Regulamentar
41	Estagiários do curso de Direito (Imperatriz, Caxias, Timon, Açailândia, Bacabal e Codó e Promotorias da Capital)	Nº 14/2011, de 05.12.11.

Total: 41

4.3 DA MOVIMENTAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

4.3.1 Promotores de Justiça aprovados no Concurso Público homologado em 2009:

Situação	2011	2010	2009	TOTAL
Nomeados	33	23	18	74
Não tomaram posse	7	1	0	8
Exonerados	3	3	0	6
Em efetivo exercício – concurso 2009	23	19	18	60

4.3.2. Movimentação na Carreira de Membros do Ministério Público:

Movimentação Funcional	2011	2010	2009
Promoção para Procurador de Justiça	-	2	-
Promoção de Promotor de Justiça	2	2	6
Titularidade de Promotor de Justiça	22	16	-
Remoção	18	25	34
Aposentadoria Procurador de Justiça	0	2	0
Aposentadoria Promotor de Justiça	0	0	1

4.3.3 Servidores Efetivos do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo:

a) Analistas Ministeriais:

Situação	2011	2010	2009	2008
Nomeados	-	7	21	6
Não tomaram posse	-	4	8	0
Exonerados / vacância	3	6	9	5
Total de servidores em exercício	101	104	106	104

b) Técnicos Ministeriais:

Situação	2011	2010	2009	2008
Nomeados	-	32	17	45
Não tomaram posse	-	7	4	14
Exonerados / vacância	12	29	18	17
Total de servidores em exercício	354	366	366	373

c) Auxiliares Ministeriais:

Situação	2011	2010	2009	2008
Aposentadoria / falecimento	1	1	-	2
Total de servidores em exercício	26	27	28	28

4.3.4 Provimento de Cargos Comissionados:

Cargo	Quant. Nomeações			Quant. Exonerações		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
De indicação da Procuradora-Geral de Justiça	37	52	40	28	50	29
De indicação de Procurador de Justiça	44	37	29	20	37	27
De indicação de Promotor de Justiça	22	86	0	22	5	0
TOTAL	103	175	69	70	96	57

4.3.5 Avaliação de Desempenho e Movimentação na Carreira – Servidores efetivos

Avaliação e Movimentação na Carreira	2011	2010	2009
Avaliação de desempenho – servidores	100%	100%	100%
Homologação de estágio probatório - nº de servidores	38	182	56
Progressão Funcional – nº de servidores	274	398	166
Promoção Funcional – nº de servidores	51	4	42
TOTAL MOVIMENTAÇÃO (Promoção + Progressão)	325	402	208
Remoções	10	25	17

4.3.6 Coordenação do Estágio Não Obrigatório

Situação	Nº de Estagiários – 2011 Ato Regulamentar 14/2011*	Nº de Estagiários – 2010 Ato Regulamentar 02/2010	Nº de Estagiários – 2009 Ato Regulamentar 08/2009
Estagiários Total	132	91	83
Admitidos	69	41	74
Renovação de Estágio	26	44	14
Desligados	64	33	31
Avaliados	100%	100%	100%
Estagiários em exercício	88	79	71

4.4 DO PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA

4.4.1 - Saúde ocupacional – público-alvo: Membros e Servidores

AÇÃO	2011	2010
Vacinação	211	147
Atendimento Médico - consultas	1.763	798
Atendimento Odontológico – nº pacientes	421	557
Atendimento Odontológico – nº procedimentos	2.192	2.802
Análise de Processos Administrativos	745	1.540
Exames admissionais	63	-

4.5 – DAS REMUNERAÇÕES MÉDIAS E REAJUSTES SALARIAIS:

a) Remuneração média em 2011:

Remuneração média - 2011	Valor (R\$)
De membros ativos	20.559,87
De servidores ativos	2.970,17

b) Reajuste para os Servidores do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo:

Ano	% Reajuste	Vigência	Fundamentação Legal
2011	5,20%	A partir de 01/01/2011	Lei nº 9.304, de 10 de dezembro de 2010
2010	4,31%	Desde 01/01/2010	Lei nº 9.304, de 10 de dezembro de 2010
2009	11,98 % (incorporação) 12% de reajuste	A partir de 01/11/2009	Lei nº 9.041, de 08 de outubro de 2009

4.6 – DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA:

a) Construções totalmente executadas

Promotorias de Justiça	Valor total contratado (valor licitado + aditivos – supressões)	Percentual executado
Presidente Dutra	R\$ 557.328,58	100,00%.
São Mateus do Maranhão	R\$ 319.575,68	100,00%.
Alto Parnaíba	R\$ 300.029,82	100,00% ¹

¹ Apesar de a execução financeira não ter atingido os 100% contratados, a execução física atingiu tal nível e foi solicitada a glosa da diferença do valor.



Inauguração da Promotoria de Justiça de São Mateus



Inauguração da Promotoria de Justiça de Alto Parnaíba



Inauguração da Promotoria de Justiça de Presidente Dutra

b) Construções parcialmente executadas

Obra	Valor total contratado (valor licitado + aditivos – supressões)	Percentual executado
Nova sede da Procuradoria Geral de Justiça	R\$ 24.036.709,53	28,60%
Promotoria de Justiça de Carutapera	R\$ 280.628,04	22,46%

c) Reformas totalmente executadas

Obra	Valor total contratado (valor licitado + aditivos – supressões)	Percentual executado
Prom. Justiça de Açailândia	R\$ 199.025,14	100,00% ²
Memorial do Ministério Público – São Luís	R\$ 24.011,16	83,72% ³
Prom. Justiça de Porto Franco	R\$ 178.462,21	100,00% ⁴
Prom. Justiça de São José de Ribamar	R\$ 127.372,92	100,00% ⁵
Prom. Justiça de Pinheiro	R\$ 128.085,45	100,00%

d) Manutenção Predial

Local	Valor total contratado (valor licitado + aditivos – supressões)	Percentual executado
Procuradoria Geral de Justiça (Manutenção predial da PGJ e Promotorias da Grande São Luís)	R\$ 249.907,73	44,04%

² Apesar de a execução financeira não ter atingido os 100% contratados, a execução física atingiu tal nível e foi solicitada a glosa da diferença do valor.

³ A empresa não concluiu os serviços contratados, tendo sido penalizada em processo administrativo específico.

⁴ Aguardando liberação para execução de serviços necessários à conclusão da obra.

⁵ Apesar de a execução financeira não ter atingido os 100% contratados, a execução física atingiu tal nível e foi solicitada a glosa da diferença do valor.

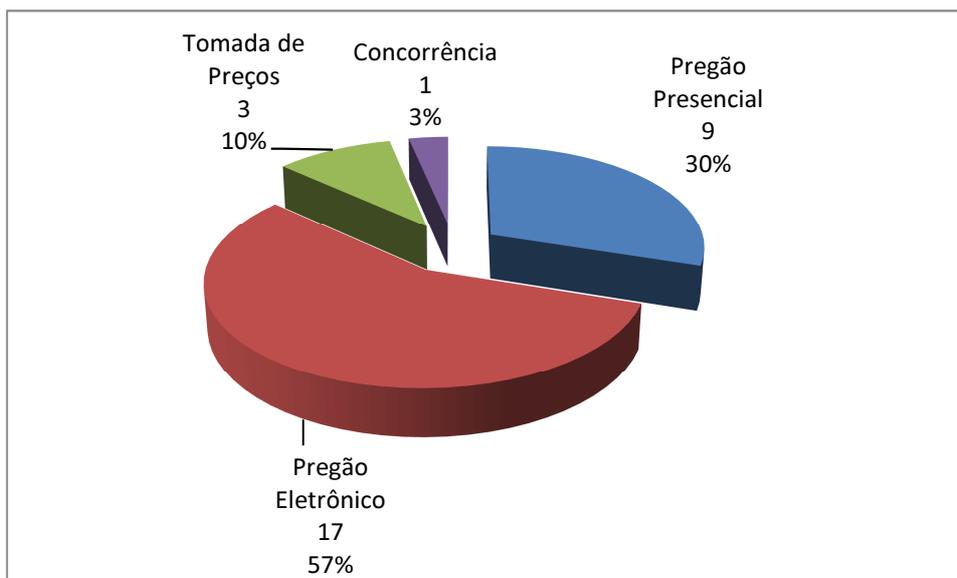
e) Serviços de Engenharia

Serviços	Valor total contratado (valor licitado + aditivos – supressões)	Percentual executado
Consultoria especializada para inspeção, ensaios, diagnóstico e revisão de cálculo estrutural e elaboração de projeto de reforço, reparo e proteção da estrutura de concreto armado do prédio-sede das Promotorias de Justiça da Capital	R\$ 121.000,00	100,00%
Levantamentos planialtimétricos e sondagem de terreno para construção das Promotorias de Justiça de: Coelho Neto, Governador Eugênio Barros, Colinas, Barra do Corda, Pindaré Mirim, Maracaçumé, São Bento, São João Batista e Paço do Lumiar	R\$ 73.804,29	0,00%

4.7 – DAS LICITAÇÕES:

Os procedimentos licitatórios e valores contratados em 2011 encontram-se relacionados no gráfico e quadro a seguir:

Gráfico 4 –Licitações realizadas em 2011



Quadro 8 – Valores das Licitações realizadas em 2011

Modalidade	Qtde.	Valor Estimado (R\$) - (A)	Valor Ofertado (R\$) - (B)	Economia (valor absoluto – R\$) - (C)	Economia (valor relativo - %) [(C/A)*100]
Pregão Eletrônico	17	R\$ 10.816.695,32	R\$ 6.813.622,72	R\$ 4.003.072,60	37,01%
Pregão Presencial	8	R\$ 4.514.627,10	R\$ 2.531.502,60	R\$ 1.983.124,50	43,93%
Tomada de Preços	4	R\$ 866.252,57	R\$ 803.781,42	R\$ 62.471,15	7,21%
Concorrência	1	R\$ 3.664.927,40	R\$ 3.664.765,63	R\$ 161,77	0,0%
TOTAL	30	R\$ 19.862.502,39	R\$ 13.813.672,37	R\$ 6.048.830,02	30,45%

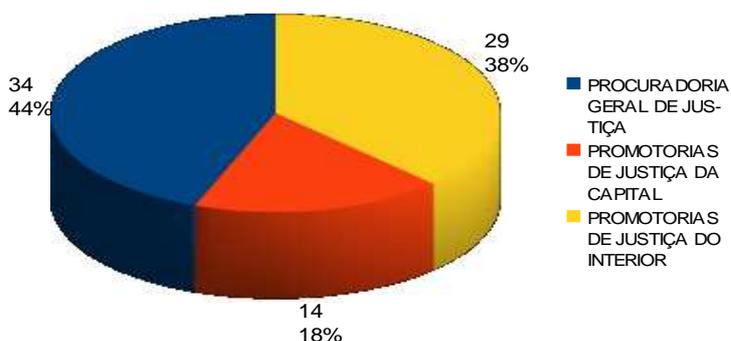
Conforme se verifica acima, com os processos licitatórios, conseguiu-se uma redução de **R\$ 6.048.830,02** (seis milhões, quarenta e oito mil, oitocentos e trinta reais e dois centavos) nos valores das contratações, o que equivale **30,45%** (trinta inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) do valor total disponibilizado.

A Lei de Licitações e Contratos determina, como regra, a contratação precedida de licitação, permitindo algumas exceções através da contratação direta por dispensa ou inexigibilidade. A Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria Geral de Justiça realizou no ano de 2011, **61** (sessenta e um) enquadramentos de contratações por dispensa (artigo 24 da Lei nº 8.666/93) e **126** (cento e vinte e seis) por inexigibilidade de licitação (artigo 25 da Lei nº 8.666/93), além de **11** (onze) adesões a Atas de Registro de Preços, gerenciadas por outros órgãos.

4.8 –DOS VEÍCULOS

Em 2011, o Ministério Público operou com 77 veículos, assim distribuídos:

Gráfico 5 – Distribuição dos veículos do MP/MA



4.9 – DOS SERVIÇOS GERAIS

Quadro 9 – Despesas fixas realizadas em 2011

COORD. SERVIÇOS GERAIS – DESPESAS FIXAS	VALOR (R\$)
Contrato de Locação de Imóveis	1.346.638,14
Serviço de Limpeza e Conservação	562.443,69
Serviço de Motorista	334.099,60
Manutenção de de Central de Ar Condicionado	68.330,00
Manutenção de Elevadores	11.540,00
Locação de Máquinas Fotocopiadoras	320.977,45
Fornecimento de Luz	953.058,06
Fornecimento de Água e Esgoto	162.467,58
Serviço de Telefonia Fixa	827.705,03
Serviço de Telefonia Móvel	563.841,26
Serviço de Postagem	448.578,02
Serviço de Segurança Privada	148.800,00
Fornecimento de Passagem Aérea	358.813,58
Manutenção de Central Telefônica	28.380,00
Serviço de Seguro Total de Veículos	41.900,05
Fornecimento de Combustível	295.595,23
TOTAL DESPESAS FIXAS	6.473.167,69

Quadro 10 – Despesas variáveis realizadas em 2011

COORD. SERVIÇOS GERAIS – DESPESAS VARIÁVEIS	VALOR (R\$)
Manutenção de Veículos	250.965,41
Serviços: Elétrico, Pintura, Pedreiro. Hidráulico	11.136,88
Confecção de Placas de Inauguração e Identificação	10.405,58
Confecção de Chaves e Carimbos	14.774,00
Conserto de Fax, Telefone, Fragmentadora e Cafeteira	6.710,00
Conserto de Bomba – Poço Artesiano	3.447,00
Conserto de Portas e Janelas de Vidros	390,00
Recuperação de Quadros e Moldura	550,00
Recuperação de Forro de Gesso	400,00
Serviço de Dedetização, Desbaratização e Descupinização	600,00
Instalação e Conserto de Ar Condicionado – Split e ACJ	71.712,30
Serviços de Instalação de Forros e Divisórias	96.445,01
Serviços de Instalação de Películas e Persianas	5.421,08
TOTAL DE DESPESAS VARIÁVEIS	472.957,26

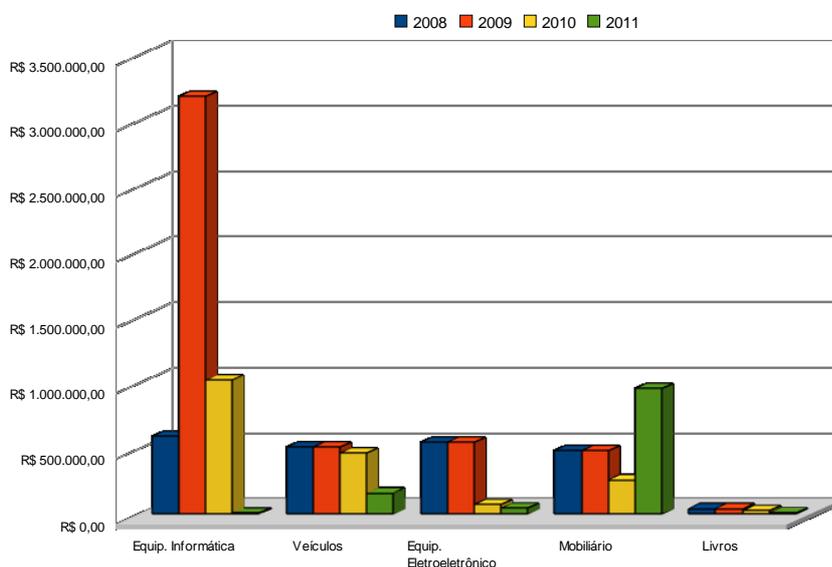
4.10 – DO INVESTIMENTO EM MATERIAL PERMANENTE

A Procuradoria Geral de Justiça, atendendo a toda demanda institucional (PGJ, Promotorias da Capital e Interior), adquiriu e tombou **1.902** (mil, novecentos e dois) bens, com destaque para: 1.468 (mil, quatrocentos e sessenta e oito) itens mobiliários (estações de trabalho, mesas, armários, gaveteiros, cadeiras, e etc), 124 (cento e vinte e quatro) equipamentos eletroeletrônicos (aparelhos de fax, ventiladores, câmeras fotográficas e etc), 103 (cento e três) condicionadores de ar, 1 (um) veículo, entre outros. Com relação aos mobiliários, importante ressaltar a aquisição de 612 (seiscentos e doze) cadeiras certificadas, com dimensões e especificações estabelecidas pela NBR 13962:2006 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e a NR-17 (ergonomia) do Ministério do Trabalho.

Quadro 11 – Materiais permanentes adquiridos no ano de 2011

ITEM	VALOR (R\$)	PERCENTUAL (%)
EQUIP. ELETRO-ELETRÔNICO	R\$ 44.770,50	3,54
MOBILIÁRIO	R\$ 958.528,90	75,76
AUTOMÓVEL	R\$ 161.000,00	12,72
AR CONDICIONADO	R\$ 75.727,00	5,98
LIVROS E PERIÓDICOS	R\$ 12.136,80	0,96
EQUIP. INFORMÁTICA	R\$ 7.760,00	0,61
DIVERSOS (cortina/persiana)	R\$ 5.421,08	0,43
TOTAL	R\$ 1.265.344,28	100

Gráfico 6 –Evolução do investimento em material permanente 2008-2011



Quadro 11 – Detalhamento do material permanente adquirido no ano de 2011

MATERIAL	QTD.
IMPRESSORA	8
BEBEDOURO	21
BLOQUEADOR PARA TELEFONE	50
CAFETEIRA ELÉTRICA	4
DVD BIVOLT	2
FAX	15
FRIGOBAR	3
GELADEIRA	1
MÁQUINA DE CALCULAR ELETRÔNICA	2
MÁQUINA FOTOGRÁFICA DIGITAL	12
VENTILADOR	6
ARMÁRIO 1 PORTA	10
ARMÁRIO ARQUIVO MÉDIO	121
ARMÁRIO BAIXO 2 PORTAS	21
ARMÁRIO BRANCO	3
ARMÁRIO DE AÇO	65
ARMÁRIO MISTO	36
ARQUIVO DE AÇO	14
BIBLIOCANTO	90
CADEIRA	557
ESTAÇÃO PENISULAR	58
ESTAÇÃO PROMOTOR	19
ESTAÇÃO SERVIDOR	71
ESTANTE DE AÇO	49
EXPOSITOR	23
GAVETEIRO	154
LONGARINA	55
MESA DE APOIO	9
MESA REDONDA	3
MESA RETANGULAR	1
MESA SECRETÁRIA	38
POLTRONA	2
PORTA CPU	3
PORTA TECLADO	1
PRATELEIRA	14
RACK	50
SUPORTE PARA TECLADO	1
AUTOMÓVEL – HILUX SW4	1
ENCICLOPÉDIA	2
LIVRO	22
REVISTA	9
CONDICIONADOR DE AR	103
CORTINA	21
GUILHOTINA	2
TELEFONE	150
TOTAL	1902

4.11 – DA ADMINISTRAÇÃO DO MATERIAL DE CONSUMO

Com vistas ao atendimento das necessidades da Procuradoria Geral de Justiça, Promotorias da Capital e Interior, foram empregados durante o exercício de 2011, para a aquisição de materiais de consumo, recursos no montante de R\$ 1.688.484,20 (um milhão, seiscentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), sendo: R\$ 21.791,63 (vinte e um mil, setecentos e noventa e um reais, sessenta e três centavos) em alimentos e bebidas; R\$ 317.677,15 (trezentos e dezessete mil, seiscentos e setenta e sete reais e quinze centavos) em combustíveis e lubrificantes; R\$ 936.413,55 (novecentos e trinta e seis mil, quatrocentos e treze reais e cinquenta e cinco centavos) em expediente e impressos, R\$ 268.591,00 (duzentos e sessenta e oito mil, quinhentos e noventa e um reais) para compra de peças para veículos; além de R\$ 144.010,87 (cento e quarenta e quatro mil, dez reais e oitenta e sete centavos) na compra de outros materiais de consumo.

Entre os itens adquiridos, merece destaque a entrega de 9.248 (nove mil, duzentos e quarenta e oito) resmas de papel A4 e 2.307 (dois mil, trezentos e sete) toners de impressão.

4.12 – DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO, DOCUMENTAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Por meio da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, foram implementadas as seguintes melhorias:

Proposição de edição do Ato Regulamentar nº 011/2011-GPGJ (DJE 09/08/11), que alterou os artigos 53 e 79 do Ato Regulamentar nº 020/2008 (Regimento Interno da PGJ/MA), possibilitando maior efetividade à autuação dos processos administrativos internos na Seção de Protocolo/PGJ e maior celeridade no fluxo dos processos oriundos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, após o recebimento pela Coordenadoria de Processos/PGJ, para manifestação das Procuradorias de Justiça, com a implantação do Sistema de Gerenciamento de Autos – Arquimedes;

Requisição de contratação de profissional técnico especializado em formatação e diagramação eletrônica de publicações, além da supervisão dos trabalhos desenvolvidos e requisição de contratação de profissional técnico especializado para realizar a elaboração do índice de assuntos da obra “Coletânea das principais normas internas: período 1984 a julho de 2011”

Cabe ainda destacar as seguintes atividades:

- **GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS:** Assinatura e renovação de periódicos jurídicos impressos (Editoras: Revista dos Tribunais, Fórum, IOB-Síntese, Consulex e Dialética); assinatura e renovação de Sistemas de pesquisa virtual: a) Jurídico “JURISPLENUM”: aos Membros do MPMA e unidades de informação e às Bibliotecas da Procuradoria Geral de Justiça e da Escola Superior do MP); b) de Licitações e Contratos “Boletim BLC – NDJ” : à Diretoria Geral, Comissão permanente de Licitação, à Auditoria e Controle Interno e à Assessoria/PGJ); c) de Cálculos de Correção Monetária e Liquidação de sentença trabalhista “Debit Atualiza” e “Debit Trabalhista”: Ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa – CAOp-ProAd).

- Prestação de Serviço de Publicidade de Avisos, Editais, comunicados e Notas Oficiais nos Jornais Locais, no total de 83 matérias institucionais;

- Prestação de Serviço de Fornecimento de Jornais Locais;

- Prestação de Serviço de Guarda e Gerenciamento de Documentos e Arquivos – Sistema GED ARQUIVAR;

- Prestação de Serviço de fornecimento de Materiais Gráficos (lotes referentes às publicações institucionais).

- **SUPERVISÃO EDITORIAL DE OBRAS INSTITUCIONAIS:**

a) Agenda MPMA 2011;

b) Coletânea das principais normas internas: período 1984 a julho de 2011;

c) Revista do MPMA - Juris Itinera nº. 18 (anual);

d) Relatório de Atividades MPMA – 2011;

e) Normalização do Planejamento Estratégico 2012-2016 do MPMA;

f) Distribuição da Revista Lumiar nº 1 da Escola Superior do MPMA.

-**ATENDIMENTO AO USUÁRIO:**

- Realização de pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência em meio impresso e eletrônico aos membros, servidores e comunidade em geral (total: 1.440);

- Serviço de Alerta-Legislação: refere-se à pesquisa, seleção e ao envio de normas federais e estaduais de relevância aos Membros do MPMA (total: 192);

- Serviço de Empréstimo de livros jurídicos, técnicos e literários – que tem por finalidade fornecer subsídios para melhor desempenho das atividades-fim e atividades-meio do MPMA – totalizou 1.753 registros.

– POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E AMPLIAÇÃO DE COLEÇÕES

- Proposição de Licitação para Aquisição de Livros Jurídicos e Técnicos: para o acervo da Biblioteca Arcelina Mochel/PGJ e da Biblioteca/ESMP (Processo 4289AD/2011). O procedimento licitatório foi realizado em dezembro de 2011, e a contratação da empresa para o fornecimento de livros dar-se-á no exercício financeiro de 2012;

- Foi incorporado ao acervo da Biblioteca Arcelina Mochel, por doação, o total de 49 livros jurídicos e literários, além da atualização do acervo de periódicos jurídicos e técnicos por renovação de assinaturas (total: 15) e por doação de títulos (total: 24).

– OUTRAS AÇÕES IMPORTANTES EM 2011:

– Participação e Relatoria das reuniões do Programa Memória Institucional do MPMA;

- Recebimento, formatação e envio para publicação das Normas Internas do MPMA no Diário da Justiça do Estado do Maranhão (DJE) (Total: 1.470);

- Produção do Boletim “MP no DJE”: coleção semanal de matérias institucionais publicadas no Diário da Justiça do Estado (DJE), enviada ao Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça (total: 52);

- Despachos em Processos Administrativos e nos processos do Conselho Superior do Ministério Público (total: 193);

- Atualização dos Sistemas de Legislação Estadual: com o cadastro e a inserção de 1.440 normas estaduais;

- Atualização dos Sistemas de Legislação Municipal: com o cadastro e a inserção de 36 normas municipais.

- ATIVIDADES DA SEÇÃO DE PROTOCOLO/PGJ:

a) Autuação de Processos Administrativos – Total: 10.138;

b) Autuação de Processos do Conselho Superior – Total: 1.735;

c) Recebimento e autuação de outros processos - Total: 170;

- d) Recebimento de Processos Judiciais Cíveis – Total: 6.016;
- e) Recebimento de Processos Judiciais Criminais – Total: 2.119;
- f) Devolução de Processos Judiciais Cíveis – Total: 6.533;
- g) Devolução de Processos Judiciais Criminais – Total: 675;
- h) Expedição de Correspondências – Total: 22.015;
- i) Expedição de Processo e Documentos por GED's – Total: 844;
- j) Controle de recebimento do Diário da Justiça – Poder Judiciário (DJE) – Total: 236.

- ATIVIDADES DA SEÇÃO DE ARQUIVO/PGJ:

- a) Recebimento de Processos - Total: 6.449;
- b) Envio de documentos arquivados para consulta pelas unidades administrativas (processos, pastas, pareceres, clippings, portarias, atos, ofícios, caixas-arquivo, memorandos, dossiês e certidões) - Total: 3.411;
- c) Devolução de processos para rearquivamento - Total: 100;
- d) Solicitação de documentos para consulta junto à Empresa AC Suporte e Serviços Ltda. – representante exclusivo da marca ARQUIVAR – que presta os serviços de guarda e gerenciamento de arquivos permanentes - Total: 33;
- e) Devolução de documentos permanentes para guarda e gerenciamento - Total: 173.

4.13 – DA MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2011, a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação recebeu 324 processos, dos quais 315 foram despachados e 09 encontravam-se em análise. Destacam-se abaixo suas principais realizações:

- COORDENADORIA

a) Contratação de serviços de comunicação de dados

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Adesão concluída, contrato assinado e circuitos em implantação.

Impactos: Melhoria da experiência dos usuários na utilização dos sistemas institucionais e dos serviços da área-fim do Ministério Público, pelo aumento de velocidade dos circuitos e da qualidade da tecnologia empregada.

b) Contratação de serviços de manutenção para os equipamentos servidores do CPD

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída e contrato assinado.

Impactos: Melhoria da disponibilidade dos equipamentos servidores e, por consequência, da disponibilidade e continuidade dos serviços disponibilizados por estes.

c) Aquisição de notebooks

Beneficiário(s): Membros e setores específicos, como CPL e Cerimonial.

Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída e notebooks adquiridos.

Impactos: Melhoria da experiência dos usuários na utilização dos sistemas institucionais e dos serviços da área-fim do Ministério Público.

d) Aquisição de 8 (oito) impressoras emergenciais

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Compra realizada por dispensa de licitação, devido à urgência.

Impactos: Atendimento emergencial a setores que se encontravam sem esse tipo de equipamento.

e) Aquisição de impressoras e scanners

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Licitação em fase de conclusão.

Impactos: Melhoria dos serviços prestados e economia de papel.

f) Aquisição de computadores desktops

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Adesão concluída e desktops adquiridos.

Impactos: Melhoria da experiência dos usuários na utilização dos sistemas institucionais e dos serviços da área-fim do Ministério Público.

g) Implantação do ERP E-cidade

Beneficiário(s): Setores administrativos da Procuradoria Geral de Justiça.

Resultado(s) obtido(s): Licitação em andamento.

Impactos: Melhoria na gestão administrativa, financeira, contábil e patrimonial, pela informatização de todos os processos gerenciais.

h) Aquisição do grupo gerador para o datacenter da PGJMA

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Processo iniciado.

Impactos: Melhoria da disponibilidade dos equipamentos servidores e, por consequência, da disponibilidade e continuidade dos serviços disponibilizados por estes.

i) Adequação das infraestruturas de rede elétrica e lógica da PGJMA e Promotorias de Justiça da Capital

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA atuantes nos referidos prédios, e sociedade.

Resultado(s) obtido(s): Processo iniciado.

Impactos: Melhoria da qualidade e disponibilidade da rede elétrica e lógica dos prédios citados e, por consequência, da disponibilidade e continuidade dos serviços prestados nos mesmos.

j) Padronização das Promotorias de Justiça do Interior quanto à infraestrutura elétrica e lógica

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA atuantes nas referidas Promotorias, e sociedade.

Resultado(s) obtido(s): Processo iniciado.

Impactos: Melhoria da qualidade e disponibilidade da rede elétrica e lógica dos prédios das Promotorias do interior do estado e, por consequência, da disponibilidade e continuidade dos serviços prestados nas mesmas.

k) Acompanhamento da mudança do sistema de antivírus

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Plano de implantação executado.

Impactos: Aumento da segurança da informação e melhorias na experiência dos usuários na utilização dos sistemas computacionais.

l) Distribuição dos certificados digitais

Beneficiário(s): Membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Certificados digitais distribuídos.

Impactos: Possibilidade dos membros acessarem os sistemas processuais dos Tribunais e Conselhos Superiores, bem como possibilitar uma nova forma de autenticação e validação de logins nos sistemas institucionais, aumentando a segurança das informações institucionais.

m) Acompanhamento da instalação dos circuitos da nova rede de dados

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Reuniões realizadas, circuito-piloto instalado e demais em

andamento.

Impactos: Melhoria na experiência dos usuários na utilização dos sistemas institucionais e dos serviços da área-fim do Ministério Público.

n) Acompanhamento e fiscalização das aquisições e contratos celebrados

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Realização do acompanhamento e pagamentos devidos às aquisições e contratos: licenças MS Office, antivírus, certificados digitais, circuito de comunicação de dados, etc.

Impactos: Aquisições realizadas e contratos cumpridos.

o) Gestão e controle das atividades realizadas pelas Seções que compõem a CMTI

Beneficiário(s): CMTI e PGJ

Resultado(s) obtido(s): Coordenadoria com atividades bem definidas, planejadas e divulgadas a todos os servidores desta.

Impactos: Melhoria significativa do clima organizacional e dos serviços prestados pela CMTI.

– SEÇÃO DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

a) Sistema de Gerenciamento de Processos – Arquimedes/GEAP

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): **Arquimedes** – Iniciada a rotina para integração com o Tribunal de Justiça, usando a tecnologia *webservices* e a estrutura de banco de dados usada pelo Sistema de Gestão Processual (Sistema Themis) disponibilizada por parte do TJMA. **GEAP (MPMT)** – Avaliação das funcionalidades do sistema em questão, que se mostrou totalmente adequado às necessidades do MPMA. Aguardando decisão do CETI (Comitê Executivo de Tecnologia da Informação) quanto a sua utilização.

Impactos: Melhoria no controle dos processos judiciais e extrajudiciais tramitados no MPMA, possibilitando a busca mais rápida, precisa e eficiente das informações dos referidos processos.

b) Portal Intranet – Folha On-Line

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Implantação do Sistema de Folha On-Line, em conjunto com a Coordenadoria de Folha de Pagamento.

Impactos: Agilidade e comodidade para membros e servidores no acesso aos seus

dados, no que diz respeito à folha de pagamento – contracheque, ficha financeira, demonstrativo de IRPF e previsão de vencimentos.

c) Sistema de Controle Orçamentário

Beneficiário(s): Coordenadoria de Orçamento e Finanças.

Resultado(s) obtido(s): Sistema implantado e em funcionamento.

Impactos: Melhoria dos serviços da COF, com a disponibilização de diversos relatórios e funcionalidades.

d) Sistema de Controle de Acórdãos

Beneficiário(s): CAOp – Probidade Administrativa.

Resultado(s) obtido(s): Sistema desenvolvido, implantado e em funcionamento.

Impactos: Melhoria do controle dos serviços do setor em questão, com o sistema permitindo: cadastro, edição, consulta e acompanhamento dos acórdãos controlados pelo setor.

e) GED – Execução de Mandados

Beneficiário(s): Setor de Execução de Mandados das Promotorias de Justiça da Capital.

Resultado(s) obtido(s): Sistema desenvolvido, implantado e em funcionamento.

Impactos: Melhoria do controle dos serviços do setor em questão, com o sistema permitindo: geração automática do número dos documentos; controle de movimentação; permissão para modificação das informações cadastradas; impressão e geração de relatório; distribuição automática por oficiais de promotoria; execução de comandos na área de consulta.

f) GED – Diretoria das Promotorias de Justiça da Capital

Beneficiário(s): Diretoria das Promotorias de Justiça da Capital.

Resultado(s) obtido(s): Sistema implantado e em funcionamento.

Impactos: Melhoria do controle dos serviços do setor em questão, com o sistema permitindo: cadastro e distribuição automática de procedimento para as Promotorias de Justiça;

g) Novo Portal da Transparência

Beneficiário(s): Servidores, membros do MPMA e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Novo portal desenvolvido dentro de linguagem de programação padronizada pela seção de desenvolvimento (Linguagem PHP), de forma a permitir que os acessos às informações sejam realizados através de um único endereço de internet, sendo os dados divididos nas seguintes seções: Execução Orçamentária e Financeira; Recursos Humanos; Licitações e Contratos; Convênios Firmados; Registro de Preços; e Obras.

Impactos: Portal da Transparência atendendo ao princípio da publicidade dos atos da Administração e à Resolução CNMP nº. 66, de 23 de fevereiro de 2011, intensificando a integração da instituição com a sociedade, favorecendo para o cidadão a fiscalização da utilização de bens e recursos públicos e análise dos gastos.

**h) Sistemas intermediários, vinculados ao novo Portal da Transparência:
Passagens e Diárias, Sistema de Contratos, Sistema de Licitações**

Beneficiário(s): Servidores, membros do MPMA e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): - Desenvolvido o sistema de Passagens e Diárias, para registrar a emissão das passagens, data, trecho da viagem, solicitante, requerente, concedente, beneficiários, e diárias recebidas/devolvidas por beneficiário; - Melhorias no Sistema de Contratos, com a criação de campos para permitir, além do cadastro de contratos, o cadastro de dispensas de licitação, convênios, ARP, CPF/CNPJ do contratado, situação do contrato e os integrantes do quadro societário da empresa contratada, e o controle de pedidos/disponibilização/ quantitativo/valores de itens de registro de preços; - Melhorias no Sistema de Licitações, com a inclusão de tipos de arquivos acompanhando as fases da licitação.

Impactos: Favorecimento da implantação e implementação do novo Portal da Transparência.

i) Novo Site Institucional

Beneficiário(s): Coordenadoria de Comunicação e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Novo site institucional desenvolvido, em conjunto com a Coordenadoria de Comunicação, dentro da linguagem de programação padronizada pela seção de desenvolvimento (Linguagem PHP), através da ferramenta Joomla, específica para desenvolvimento de conteúdos dinâmicos na web (internet), e disponibilização de uma rotina de migração das notícias do antigo site para o novo, sem o comprometimento das informações já publicadas anteriormente. A disponibilização em ambiente de produção aguarda apenas a apresentação formal para a Administração Superior.

Impactos: Melhoria dos serviços da Coordenadoria de Comunicação por tornar o site mais dinâmico e funcional, permitindo a inclusão e o gerenciamento do conteúdo de forma dinâmica e a publicação de arquivos em áudio e vídeo. Dessa forma, a sociedade ganha um meio de comunicação mais rico e atualizado.

j) Unificação das Credenciais de Acesso – Autenticações

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Unificação das credenciais de acesso através da base de

usuários e senhas do e-mail institucional, com a realização de ajustes em diversos sistemas informatizados.

Impactos: Sistemas como Ponto Eletrônico, Contracheque On-Line e intranet passaram a ser validados mediante a utilização do usuário e da senha do e-mail institucional, o que representa mais segurança, já que as senhas lá armazenadas são criptografadas e o processo de criação e troca de senhas só pode ser realizado mediante uma única fonte.

k) Sistema web para registro automático da escala de férias

Beneficiário(s): Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

Resultado(s) obtido(s): Sistema concluído e implantado.

Impactos: Agilidade e praticidade no registro da escala de férias por parte dos servidores, no gerenciamento destas por parte dos gestores de lotação e na importação para o Sistema de Recursos Humanos pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

l) Sistema de Inventário Tecnológico e Controle de Atendimentos – GLPI

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Sistema implantado e em uso, a princípio, apenas na CMTI, com previsão de disseminação em 2012 para todas as localidades que compõem o MPMA.

Impactos: Possibilidade do controle de contratos de manutenção, contratos de aquisição, além do controle on-line dos materiais de informática entregues aos setores através do número de série e tombo, além do controle de todas as chamadas de atendimento realizadas pelos usuários. Agora o usuário faz a abertura e o acompanhamento dos chamados através da intranet, sem a necessidade de realizar ligações telefônicas.

m) Sistema de Eleições

Beneficiário(s): Membros do MPMA

Resultado(s) obtido(s): Implantado e ajustado o sistema disponibilizado por parte do Ministério Público de Santa Catarina. O Sistema aguarda apresentação para a Administração superior.

Impactos: Informatização e agilização dos processos eleitorais dos Órgãos Colegiados do MPMA.

n) Sistema de Atendimento Remoto – Team Viewer

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Definição e disponibilização de solução, independente de configurações da rede lógica utilizada, para acesso remoto visando à manutenção dos equipamentos e os atendimentos pontuais das demandas de usuários em qualquer

localidade do MPMA.

Impactos: Facilitação e agilização dos atendimentos de chamados realizados nas máquinas dos usuários.

o) Sistema para Agendamento de veículo, motoristas, datashow, auditório

Beneficiário(s): Coordenadoria de Serviços Gerais

Resultado(s) obtido(s): Sistema em desenvolvimento.

Impactos: Melhoria dos serviços da Coordenadoria de Serviços Gerais com a implementação de um controle e gerenciamento dos pedidos de reserva de veículos, motoristas, auditório, datashow, e demais itens que forem incluídos no sistema.

p) Assessoramento à Coordenadoria para contratação de Fábrica de Software, com elaboração de análise de Atas de Registro de Preços e solicitação de propostas

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Processo iniciado.

Impactos: Implantação de novos sistemas informatizados e atualização dos sistemas já desenvolvidos, principalmente quanto às tabelas de taxonômicas e disponibilização em tempo hábil dos sistemas de processo eletrônico e demais demandas emergenciais existentes.

– Outras implementações

Outras demandas foram atendidas com a melhoria de sistemas, correção de erros e desenvolvimento de outras aplicações:

SISTEMAS	DEMANDA	USUÁRIO
2.16.1 – CRC – Registro e acompanhamento da situação cadastral das empresas prestadoras de serviços e de fornecimento de material permanente e de consumo ao MPMA	– Disponibilização, no Certificado de Registro Cadastral, da data de validade de todas as certidões registradas pelo sistema, a saber: Certidão de Quitação com Tributos Federais, Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União, Certidão de Quitação com Tributos Estaduais, Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa do Estado, Certidão de Quitação com o ISS e TLF, Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social e Prova de Regularidade com o FGTS.	CPL e CAD
2.16.2 – Controle de Material e Requisição – MPGO	– Disponibilização de um projeto-piloto, para testes do sistema cadastro e controle de requisição de material desenvolvido e utilizado pelo MPGO. Tal sistema foi disponibilizado para testes, tendo sido instalado, ajustado e	CAD

	testado. Entretanto, optou-se pela utilização do Sistema de Gestão Integrada – E-cidade em função da padronização da linguagem de desenvolvimento e integração com os demais setores administrativos.	
2.16.3 – Ponto Eletrônico	<ul style="list-style-type: none"> – Desenvolvimento de funcionalidade de cadastro de justificativa por parte do servidor e nova interface do módulo de gestão com novas funcionalidades, como a possibilidade de marcação gerencial para grupos de servidores e exibição da quantidade de justificativas pendentes de deferimentos; – Inclusão/remoção da regra de negócio para proibir o autogerenciamento por parte do gestor; – Alteração na forma de consulta e geração do relatório de faltas, que passa a buscar informações de faltas, previamente calculadas, diretamente do banco de dados, sem a necessidade de se recalcularem sempre que o relatório for solicitado; – Correção da tela de justificativa de ponto para permitir a visualização de todos os batimentos pendentes no dia, já que o mesmo mostrava apenas uma pendência; – Melhoria na interface do ponto, permitindo a visualização do calendário, de forma a facilitar o gerenciamento da frequência dos servidores. 	MPMA
2.16.4 – Informações Bancárias – COF	<ul style="list-style-type: none"> – Inclusão do campo CPF como uma das opções de filtro do relatório de consulta de informações bancárias por parte da COF. 	COF
2.16.5 – Portal da Transparência	<ul style="list-style-type: none"> – Adequação do relatório de diárias no novo portal da transparência com as informações solicitadas pelo CNMP; – Inclusão de consulta direta do quadro de pessoal com base nas informações gerenciadas pelo RH; – Agrupamento do resultado das consultas no relatório de licitações do portal; – Ajustes no módulo de Contratos – permitindo listar todos os contratos com a data de término destes e a pesquisa por situação; – Realização de ajustes na validação das datas das diárias; – Desenvolvimento de relatório de adiantamentos concedidos. 	MPMA
2.16.6 – Requisição de Material de Consumo	<ul style="list-style-type: none"> – Substituição de códigos de UORG de setores; – Inclusão de novos campos na tela de processamento de 	CAD

	pedido de material;	
2.16.7 – RH	<ul style="list-style-type: none"> – Mudança do nome do campo Exoneração para Data de Vacância, além de incluir a possibilidade de escolha do tipo de vacância: Exoneração, Demissão, Falecimento, Aposentadoria, Destituição, ou Não Informado; – Disponibilizada a funcionalidade de geração em arquivo pdf da tela de cadastro de membros/servidores do MPMA; – Inclusão do campo de nome Devolução na tabela que contém os tipos de vacância – Tabelas do RH; – Inclusão, na Tela de Cadastro do RH, de opção para identificar os servidores/membros que tem permissão para imprimir e gerar a escala de férias; – Inclusão de tela para Acompanhamento dos Cargos em Comissão, que permita à CGP registrar a data em que determinado servidor recebeu o cargo, além da data em que o cargo foi retirado. 	CGP
2.16.8– Protocolo	<ul style="list-style-type: none"> – Inclusão da funcionalidade de distribuição de processos, impressão de relatórios e resenhas para publicação no DO; – Desenvolvimento do relatório de distribuição de processos que estão com os Procuradores de Justiça. 	Distribuição de Processos
2.16.9 – Ações	<ul style="list-style-type: none"> – Correção do tipo de dado da coluna Assunto, dentro da tabela Tribunal, do banco de dados do sistema de Processo, que estava prejudicando o correto funcionamento do sistema de Ações utilizado pela Assessoria Especial. 	Assessoria Especial
2.16.10 – Acórdãos	<ul style="list-style-type: none"> – Inclusão de filtro para consulta rápida dos acórdãos já registrados; 	CAOp-PROAD

– SEÇÃO DE SEGURANÇA E REDE DE COMPUTADORES

a) Mudanças do processo de resolução de nomes (replicação do DNS SEATI/PGJ)

Beneficiário(s): Servidores das Promotorias de Justiça.

Resultado(s) obtido(s): Unificação da resolução de nomes de hosts internos.

Impactos: Melhoria no acesso às aplicações internas, destacando-se o acesso ao sistema de batimento de ponto eletrônico.

b) Elaboração do projeto de cabeamento estruturado da construção do prédio sede das Promotorias de Imperatriz

Beneficiário(s): Servidores e membros das Promotorias de Imperatriz

Resultado(s) obtido(s): Definição do quantitativo e alocação dos pontos elétricos e de cabeamento estruturado (DADOS, VOZ E CFTV IP), além das diretrizes e parâmetros a serem adotados na infraestrutura de rede.

Impactos: Melhoria na infraestrutura e conseqüente melhoria na experiência dos usuários na utilização dos sistemas institucionais e dos serviços da área-fim .

c) Elaboração do plano de implantação do novo sistema de antivírus

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Plano executado e concluído.

Impactos: Aumento da segurança da informação e melhorias na experiência dos usuários na utilização dos sistemas computacionais.

d) Suporte aos 118 (cento e dezoito) links de dados existentes

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Links supervisionados e mantidos.

Impactos: Manutenção das condições de trabalho quanto à conexão de dados de todos os setores do Ministério Público.

e) Suporte aos diversos setores do MPMA (PGJ e Promotorias da Capital e do Interior)

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Setores atendidos com suporte local (apoio à instalação de novos pontos de rede, configurações equipamentos, etc.) e remoto aos usuários na solução de problemas.

Impactos: Manutenção das condições de trabalho quanto à infraestrutura de tecnologia da informação de todos os setores do Ministério Público.

f) Análise de processos administrativos sobre justificativas de registro de

ponto eletrônico

Beneficiário(s): Servidores do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Processos analisados e despachados.

Impactos: Repasse das informações necessárias à Administração Superior para as tomadas de decisões demandadas.

g) Levantamento e revisão das informações necessárias à implantação da nova rede de dados

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Levantamento concluído e encaminhado à operadora contratada.

Impactos: Criação das condições necessárias à implantação da nova rede de dados do MPMA, que trará melhorias na experiência dos usuários na utilização dos sistemas institucionais e dos serviços da área-fim do Ministério Público.

h) Assessoramento à Coordenadoria para elaboração do Termo de Referência e solicitação de propostas para a aquisição do grupo gerador para o datacenter da PGJMA

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Termo de Referência concluído e processo iniciado.

Impactos: Melhoria da disponibilidade dos equipamentos servidores e, por consequência, da disponibilidade e continuidade dos serviços disponibilizados por estes.

i) Assessoramento à Coordenadoria para elaboração do Termo de Referência e solicitação de propostas para a adequação das infraestruturas de rede elétrica e lógica da PGJMA e Promotorias de Justiça da Capital

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA atuantes nos referidos prédios, e sociedade.

Resultado(s) obtido(s): Termo de Referência concluído e processo iniciado.

Impactos: Melhoria da qualidade e disponibilidade da rede elétrica e lógica dos prédios citados e, por consequência, da disponibilidade e continuidade dos serviços prestados nos mesmos.

j) Assessoramento à Coordenadoria para elaboração de perfis de infraestrutura elétrica e lógica para a padronização das Promotorias de Justiça do Interior

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA atuantes nas referidas Promotorias, e sociedade.

Resultado(s) obtido(s): Perfis elaborados e processo iniciado.

Impactos: Melhoria da qualidade e disponibilidade da rede elétrica e lógica dos prédios das Promotorias do Interior do Estado e, por consequência, da disponibilidade e continuidade dos serviços prestados nas mesmas.

k) Realização de treinamento CISCO para suporte à operação da nova rede de dados

Beneficiário(s): Servidores da CMTI.

Resultado(s) obtido(s): Treinamento realizado.

Impactos: Servidores aptos a prestarem suporte à operação da nova rede de dados.

l) Suporte e acompanhamento da instalação dos circuitos da nova rede de dados

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Circuito piloto instalado e demais implantação em andamento.

Impactos: Melhoria na experiência dos usuários na utilização dos sistemas institucionais e dos serviços da área-fim do Ministério Público.

m) Elaboração de estudo, análise de Atas de Registro de Preços e solicitação de propostas para a aquisição de soluções de storage e virtualização de servidores

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Termo de Referência concluído e processo iniciado.

Impactos: Melhoria da disponibilidade dos equipamentos servidores e, por consequência, da disponibilidade e continuidade dos serviços disponibilizados por estes.

n) Outras atividades:

- Participação na 5ª Reunião de Trabalho do Comitê de Políticas de TI do Ministério Público / CPTI-MP e no 9º Encontro do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público na área-meio em Brasília-DF;
- Acompanhamento e elaboração de justificativa para o cabeamento do novo prédio-sede da PGJMA;
- Suporte para a instalação de certificados digitais.

– SESSÃO DE SUPORTE E MANUTENÇÃO

a) Execução do plano de implantação do novo sistema de antivírus

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Plano executado.

Impactos: Aumento da segurança da informação e melhorias na experiência dos

usuários na utilização dos sistemas computacionais.

b) Uso do Sistema de Inventário Tecnológico e Controle de Atendimentos – GLPI

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Sistema em uso, a princípio, apenas na CMTI, com previsão de disseminação em 2012 para todas as localidades que compõe o MPMA.

Impactos: Possibilidade do controle de contratos de manutenção, contratos de aquisição, além do controle on-line das materiais de informática entregues aos setores através do número de série e tombo, além do controle de todas as chamadas de atendimento realizadas pelos usuários. Possibilitando, com isso, que o usuário faça a abertura e acompanhamento do chamado através da intranet, sem a necessidade de realizar ligações telefônicas para tanto.

c) Uso e disseminação de Sistema de Atendimento Remoto– Team Viewer

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Uso e disseminação da solução definida pela Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Impactos: Facilitação e agilização dos atendimentos de chamados realizados nas máquinas dos usuários.

d) Configuração dos 318 (trezentos e dezoito) notebooks adquiridos

Beneficiário(s): Membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Configuração concluída.

Impactos: Melhoria da experiência dos membros na utilização dos sistemas institucionais e dos serviços da área-fim do Ministério Público.

e) Atendimentos aos usuários

Beneficiário(s): Servidores e Membros do MPMA.

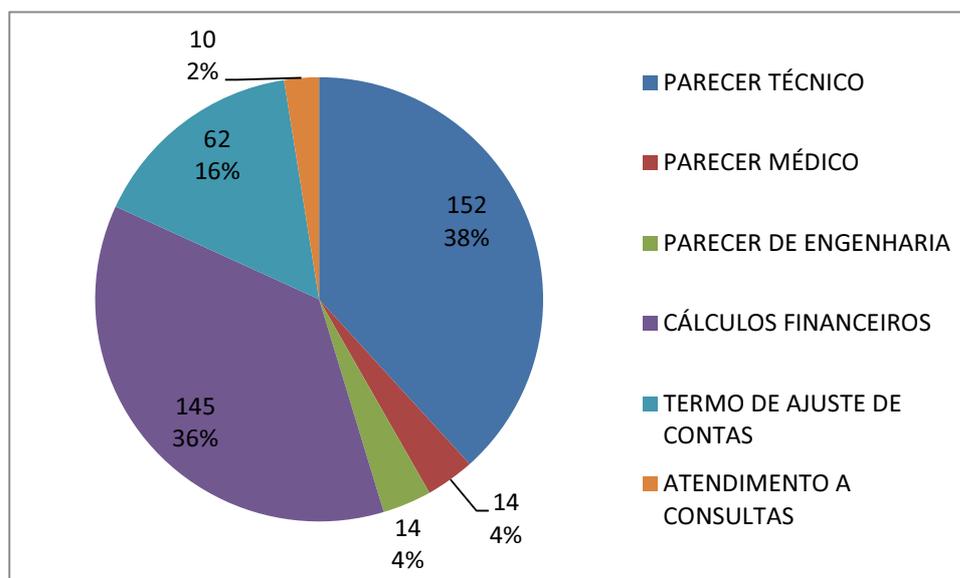
Resultado(s) obtido(s): Atendimentos realizados conforme registrado no Sistema Ocomon.

Impactos: Melhoria da disponibilidade dos sistemas e equipamentos de TI e, por consequência, da disponibilidade e continuidade dos serviços prestados pelos servidores e membros.

4.14 – DA ASSESSORIA TÉCNICA

Em 2011, a Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça registrou 397 manifestações, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 7 – Manifestações da Assessoria Técnica - 2011



4.15 – DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

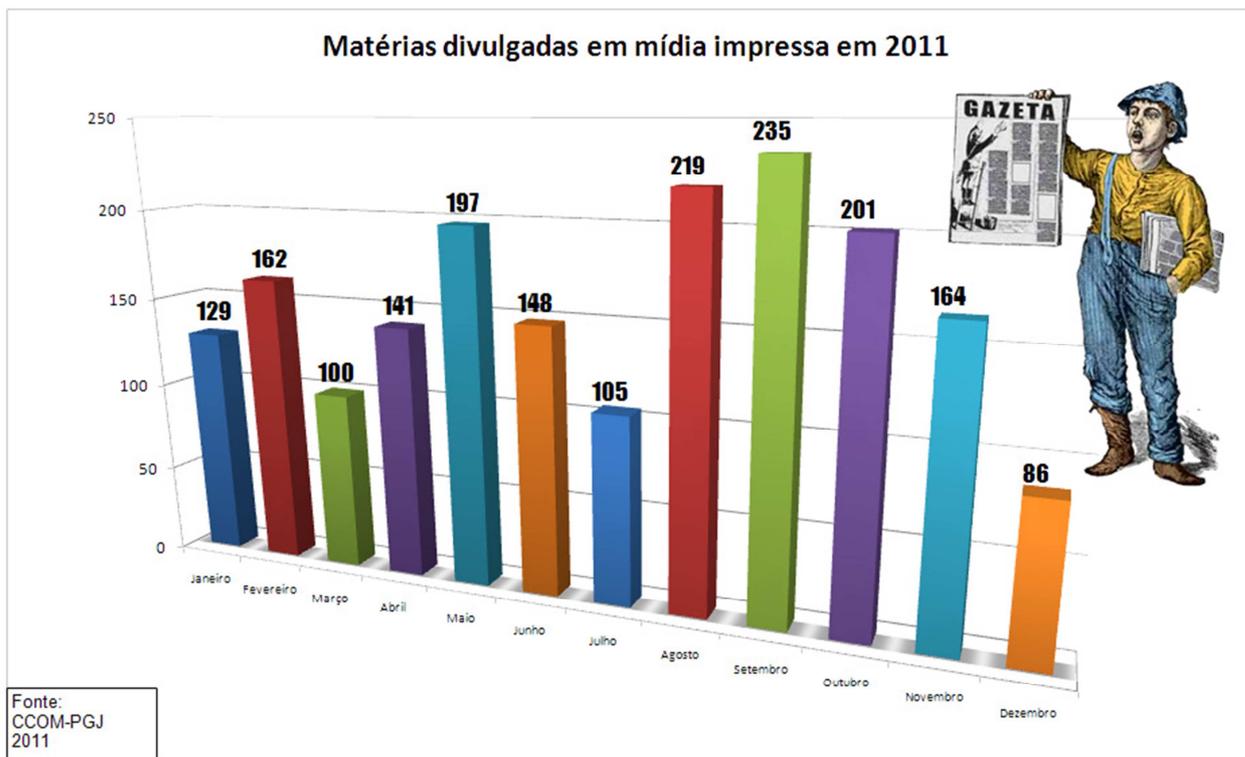
A Coordenadoria de Comunicação tem como principais atribuições:

- planejar e executar a política de comunicação;
- coordenar a produção de matérias jornalísticas e atendimento às demandas da imprensa;
- produzir campanhas institucionais;
- coordenar as ações de comunicação interna;
- zelar pela imagem do Ministério Público, tendo como foco o interesse da sociedade;
- estabelecer estratégias de relacionamento com a imprensa;
- estabelecer estratégias de divulgação das iniciativas do Ministério Público, elaborando o respectivo plano de mídia;

O Ministério Público do Maranhão permaneceu na mídia de forma constante, em Jornais, na Televisão, no Rádio, e também na Mídia Eletrônica.

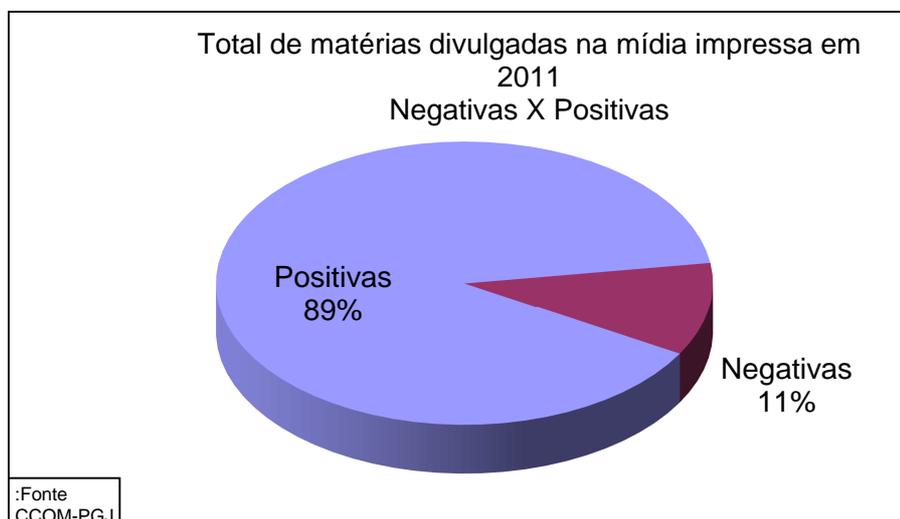
Foram divulgadas na imprensa local **1.887 matérias** sobre atividades do Ministério Público ao longo do ano.

Gráfico 8 – Divulgação de matérias acerca do MPMA na mídia impressa em 2011



Uma média de 157,23 matérias por mês, o que corresponde a 5,3 notícias por dia em veículos impressos (jornais diários) de grande circulação no Estado. Na maioria das publicações, aparece com avaliação positiva.

Gráfico 8 – Avaliação de matérias acerca do MP/MA na mídia impressa em 2011



Outra comprovação também importante na avaliação é quanto a origem dessas notícias. Das matérias publicadas, 761 foram geradas pelos releases produzidos na CCOM e 1.126 foram produzidas de forma espontânea, pelos veículos de comunicação.

Gráfico 8 –Origem das matérias acerca do MP/MA na mídia impressa em 2011



Site Institucional e outras mídias

Neste ano, utilizou-se mais ilustrações nas notícias e deu-se mais celeridade na publicação das notícias geradas. Ao longo do ano foram distribuídos releases e matérias especiais para a imprensa. Publicou-se no site do MP, uma média de duzentas notícias a cada mês, além dos rotineiros avisos e comunicados voltados para o público interno.

Descentralização

Para incrementar a rede de geração de informações do MP, incentivou-se a produção de notícias e imagens por parte dos Promotores de Justiça em todo o Estado. Dessa forma, passou-se a receber, com mais frequência, notícias de regiões até bem pouco tempo praticamente invisíveis na mídia, fato que diminuía a projeção das atividades do Ministério Público, que tem presença marcante em todo o Estado do Maranhão.

Outra medida de descentralização, na captação e produção de notícias, foi o deslocamento de um equipamento fotográfico para a sede das Promotorias da Capital e

de um jornalista do quadro da Coordenadoria de Comunicação, para cobrir especificamente essa área, que concentra o maior número de Promotores de Justiça e Promotorias Especializadas do Estado.

Visibilidade Nacional

Na cobertura nacional, destaca-se a participação constante do Ministério Público maranhense nos programas noticiosos e de entrevistas da Rádio Justiça. Em 2011, foram 15 participações ao vivo e/ou gravadas por telefone.

Comunicação Interna

Além da Clipagem diária e Clippings especiais das notícias veiculadas sobre o Ministério Público na mídia impressa para o público interno, uma das providências iniciais foi o realinhamento de informações com a produção e distribuição de uma atualização da lista telefônica da PGJ e seus respectivos ramais especificando titulares de cada pasta e seus setores.

A Coordenadoria também procurou aperfeiçoar e otimizar o informativo EM DIA. O semanário passou por uma reformulação em sua editoração gráfica, e 38 edições foram produzidas (editoração eletrônica, fotografias e produção textual) ao longo do ano de 2011.

O nosso mais antigo veículo interno, cuja circulação alcança todos os membros e servidores da Instituição, por meio das versões impressas e virtuais, teve sua circulação solidificada. A primeira edição do ano foi a de nº 338, editada em 6 de janeiro, e a última foi a de nº 376, publicada em 22 de dezembro de 2011.



O informativo EM DIA também fica disponibilizado para leitura e download no Site da Instituição <http://www.mp.ma.gov.br>.

Media Training

A área de comunicação deve promover treinamentos para capacitar Promotores e Procuradores de Justiça para o relacionamento com a imprensa, em situações de crise, inclusive.

O trabalho com os novos Promotores começou antes da fase de titularização. Para isso, foram realizados treinamentos teóricos e práticos, no relacionamento com a mídia, em geral, denominado Media Training.

Visando alcançar a todos os Promotores aprovados no último concurso público de ingresso na Instituição, o trabalho foi dividido em etapas delineadas pela Direção da Escola Superior do Ministério Público, também responsável por todas as etapas do curso preparatório do vitaliciamento, que agora também inclui o Media Training.

O treinamento, com duração de dois dias, foi dividido em aulas teóricas e práticas e contemplou um grupo de 30 novos Promotores de Justiça. A parte teórica foi aplicada por uma profissional da área de Comunicação e uma Fonoaudióloga. Para a parte prática, a Procuradoria Geral de Justiça autorizou a contratação de equipamentos de TV, cinegrafistas e iluminadores para a consecução do treinamento realizado por amostragem, também com a orientação de uma jornalista especializada.

Outros Promotores de Justiça no compasso das suas nomeações, foram treinados pela ESMP.

Vídeo documentário Institucional “O Ministério Público do Maranhão na Linha do Tempo”

A elaboração de um vídeo institucional que ampliasse a visibilidade do que faz o Ministério Público e seu verdadeiro papel foi especialmente concebido para o Planejamento Estratégico que a Instituição realizou para o período 2011-2016.

O vídeo apresentado pela Coordenadoria de Comunicação contou com a colaboração de vários Procuradores, Promotores e Servidores do MPMA, além da participação especial da Dra. Elimar Figueiredo de Almeida e Silva, primeira Procuradora-Geral eleita do Estado do Maranhão.

Imagens veiculadas no vídeo institucional concebido em 2011 pela CCOM



O objetivo foi aclarar as características básicas da Instituição, sua evolução no Maranhão destacando suas personagens históricas; mostrando o nascimento da autonomia administrativa e financeira, que evoluiu lentamente até alcançar a independência dentro e fora do sistema de Justiça, conquistada com a promulgação da Carta Magna de 1988. O vídeo também mostra como funciona a instituição, o papel do Promotor, do Procurador de Justiça, do Procurador-geral, assim como todos os órgãos da Administração Superior da Instituição Ministerial.

Projeto Programa de Rádio “Estação Ministério Público Maranhão”



Procuradora-geral Fátima Travassos e o coordenador de comunicação do MP durante entrevista



Logomarca do Programa de Rádio

Ao apresentar o projeto, a proposta da Coordenadoria de Comunicação do Ministério Público, tanto no Estado do Maranhão quanto no Brasil prendeu-se à necessidade de fortalecer a independência institucional na área de comunicação, a exemplo do que já ocorre com os sites e portais institucionais do Ministério Público brasileiro em todas as suas esferas.

A ideia ganhou corpo de forma rápida e no dia 4 de junho, com o Planejamento Estratégico em andamento, o programa ESTAÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO MARANHÃO estreou na Rádio São Luís AM, frequência 1.340 Khz. Nessa data, a Procuradoria Geral de Justiça estabeleceu um marco inédito na instituição, pela forma como foi edificada a parceria, sem custos financeiros diretos para as duas instituições. Os programas são realizados ao vivo, com a apresentação e direção do Coordenador de Comunicação da PGJ, que entrevista Promotores e Procuradores de Justiça sobre os mais diversos assuntos, sempre aos sábados, no horário das 9 às 10 da manhã, com a participação direta dos ouvintes por telefone.

O ESTAÇÃO MINISTERIO PÚBLICO MARANHÃO em sete meses de exibição de maneira ininterrupta, alcançou a sua 29ª edição tornando-se parada obrigatória para milhares de ouvintes atentos à divulgação de notícias da Instituição.

À Coordenadoria de Comunicação além da divulgação e cobertura de todos eventos promovidos pela Procuradorai Geral de Justiça também coube a elaboração das marcas e da confecção das peças publicitários desses eventos.

Artes, logos e ilustrações criadas pela CCOM para diversos eventos do Ministério Público do Maranhão

- **Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – CNPG - 16 e 17 de julho/2011**



Folder



Bloco de notas

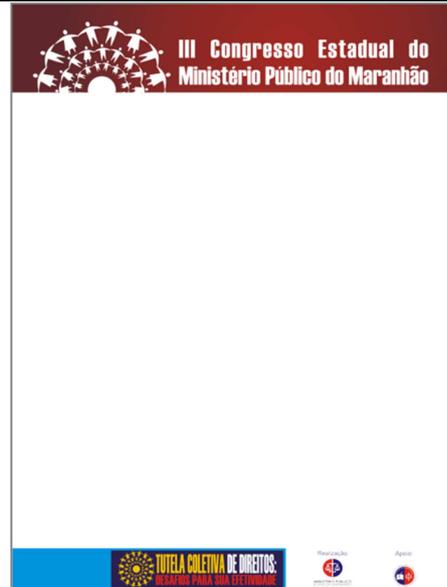


Painel

- **III Congresso do Ministério Público - 2011**



Banner



Bloco de notas



Faixa



Cartaz



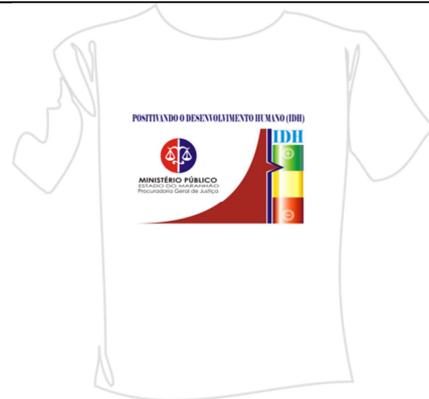
Folder

- **Projeto Ministério Público do Maranhão Positivando o Desenvolvimento - IDH**

POSITIVANDO O DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)



Logo do Projeto



Arte em camiseta



Banner



Cartaz



Faixa

- **Planejamento Estratégico**



Capa do Livro do Planejamento Estratégico 2012-2016



Arte em Camiseta



Folder



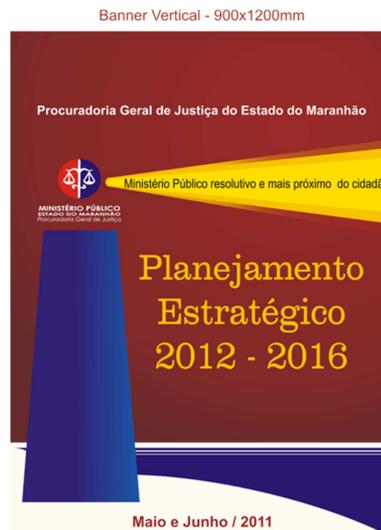
Bloco de notas



Crachá



Banner Horizontal



Banner Vertical



Faixa



Audiências Públicas:

01 de Junho - Imperatriz :: 07 de Junho - Santa Inês
09 de Junho - Timon :: 14 de Junho - Pinheiro :: 21 de Junho - São

Outdoor

5. ATIVIDADES FUNCIONAIS

5.1 DA ATUAÇÃO DOS MEMBROS

PROCURADORES (AS) DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Nomes dos Procuradores de Justiça	
1.	Ana Lídia de Mello e Silva Moraes
2.	Carlos Nina Everton Cutrim
3.	César Queiroz Ribeiro
4.	Clodenilza Ribeiro Ferreira
5.	Domingas de Jesus Froz Gomes
6.	Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
7.	Flávia Tereza de Viveiros Vieira
8.	Francisco das Chagas Barros de Sousa
9.	Iracly Martins Figueiredo Aguiar
10.	Joaquim Henrique de Carvalho Lobato
11.	José Antônio Oliveira Bents
12.	José Argolo Ferrão Coelho
13.	José Henrique Marques Moreira
14.	Krishnamurti Lopes Mendes França
15.	Lígia Maria da Silva Cavalcanti
16.	Marco Antônio Anchieta Guerreiro
17.	Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro
18.	Maria dos Remédios Figueiredo Serra
19.	Maria Luíza Ribeiro Martins
20.	Mariléa Campos dos Santos Costa
21.	Paulo Roberto Saldanha Ribeiro
22.	Raimundo Nonato de Carvalho Filho
23.	Regina Lúcia de Almeida Rocha
24.	Regina Maria da Costa Leite
25.	Rita de Cassia Maia Baptista Moreira
26.	Sâmara Ascar Sauaia
27.	Selene Coelho de Lacerda
28.	Suvamy Vivekananda Meireles
29.	Teodoro Peres Neto
30.	Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim
31.	Themis Maria Pacheco de Carvalho

PROMOTORES (AS) DE JUSTIÇA DISTRIBUÍDOS POR ENTRÂNCIA - ANO 2011

ENTRÂNCIA FINAL (TOTAL: 84)	
1.	Abel José Rodrigues Neto
2.	Adélia Maria Souza Rodrigues Moraes
3.	Ana Luíza Almeida Ferro
4.	Ana Teresa Silva de Freitas
5.	Andria Márcia Ribeiro de Souza
6.	Augusto Aurélio Anceles Lima
7.	Carlos Alberto Garcia
8.	Carlos Augusto da Silva Oliveira
9.	Carlos Henrique Rodrigues Vieira
10.	Carlos Jorge Avelar Silva
11.	Cláudio Alberto Gabriel Guimarães
12.	Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
13.	Danilo José de Castro Ferreira
14.	Doracy Moreira Reis Santos
15.	Ednarg Fernandes Marques
16.	Eduardo Daniel Pereira Filho
17.	Eliane da Costa Ribeiro Azor
18.	Esdras Liberalino Soares Júnior
19.	Fanny de Sousa Brandes
20.	Fernanda Maria Gonçalves de Carvalho
21.	Francisco de Aquino da Silva
22.	Giorgionni Matos Lauande Fonseca
23.	Gladston Fernandes de Araújo
24.	Haroldo Paiva de Brito
25.	Herberth Costa Figueiredo
26.	Ironilde Sousa Ribeiro
27.	João Leonardo Sousa Pires Leal
28.	José Augusto Cutrim Gomes
29.	José Cláudio Almada Lima Cabral Marques
30.	José Coêlho Neto
31.	José Lucíolo Gorayeb Santos
32.	José Osmar Alves
33.	José Ribamar Sanches Prazeres
34.	Justino da Silva Guimarães
35.	Laert Pinho de Ribamar
36.	Lena Cláudia Ripardo Pauxis
37.	Lítia Teresa Costa Cavalcanti
38.	Lize de Maria Brandão de Sá Costa
39.	Lúcia Cristiana Silva Chagas

40.	Luís Carlos Correia Duarte
41.	Luís Fernando Cabral Barreto Júnior
42.	Luiz Muniz Rocha Filho
43.	Lusival Santos Gaspar Dutra
44.	Márcia Haydée Porto de Carvalho
45.	Márcia Lima Buhatem
46.	Márcia Moura Maia
47.	Márcio Thadeu Silva Marques
48.	Marco Aurélio Batista Barros
49.	Marcos Valentim Pinheiro Paixão
50.	Maria da Glória Mafra Silva
51.	Maria da Graça Peres Soares Amorim
52.	Maria de Fátima Santana Borges
53.	Maria de Jesus Rodrigues Araújo Heilmann
54.	Maria de Lourdes Sousa Ribeiro
55.	Maria do Socorro Assunção Gomes
56.	Maria do Socorro Viégas Reis Leite
57.	Maria Luciane Lisboa Belo
58.	Maria Teresa Pestana Chaves Barros
59.	Marinete Ferreira Silva Avelar
60.	Martha Helena Costa Ribeiro
61.	Maruschka de Mello e Silva
62.	Moema Figueiredo Viana Pereira
63.	Nacor Paulo Pereira dos Santos
64.	Núbia Zeíle Pinheiro Gomes
65.	Orfileno Bezerra Neto
66.	Orlando Pacheco de Andrade Filho
67.	Oziel Costa Ferreira Neto
68.	Paulo Roberto Barbosa Ramos
69.	Paulo Silvestre Avelar Silva
70.	Raimundo Nonato Sousa Cavalcante
71.	Raquel Silva de Castro
72.	Ricardo Henrique de Almeida
73.	Rodolfo Soares dos Reis
74.	Ronald Pereira dos Santos
75.	Sandra Lúcia Mendes Alves
76.	Sarah Albuquerque de Sousa Santos
77.	Sebastiana de Cássia Araújo Muniz
78.	Sirlei Castro Aires Rodrigues
79.	Susete Marques Palmeira
80.	Valdenir Cavalcante Lima
81.	Vicente de Paulo Silva Martins

82.	Washington Luiz Maciel Cantanhede
83.	Willer Siqueira Mendes Gomes
84.	Zanony Passos Silva Filho
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA (TOTAL: 101)	
1.	Agamenon Batista de Almeida Júnior
2.	Albert Lages Mendes
3.	Alessandro Brandão Marques
4.	Alineide Martins Rabelo Costa
5.	Alline Matos Pires
6.	Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite
7.	André Luís Lopes Rocha
8.	Antônio Augusto Nepomuceno Lopes
9.	Antônio Borges Nunes Júnior
10.	Antônio Coelho Soares Júnior
11.	Araceles Lima Ribeiro
12.	Arnoldo Jorge de Castro Ferreira
13.	Benedito de Jesus Nascimento Neto
14.	Carla Mendes Pereira Alencar
15.	Carlos Cézar Silva Lindoso
16.	Carlos Róstão Martins Freitas
17.	Carlos Henrique Brasil Teles de Menezes
18.	Carlos Serra Martins
19.	Cássius Guimarães Chai
20.	Celso Antônio Fernandes Coutinho
21.	Christiane de Maria Ericeira Silva
22.	Cláudio José Sodré
23.	Cláudio Rebelo Correia Alencar
24.	Cristiane Gomes Coelho Maia Lago
25.	Domingos Eduardo da Silva
26.	Douglas Assunção Nojosa
27.	Eduardo Borges Oliveira
28.	Elda Maria Alves Moureira
29.	Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça
30.	Elyjeane Alves Carvalho
31.	Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares
32.	Emmanuella Souza de Barros Bello Peixoto
33.	Eveline Barros Malheiros
34.	Fábio Menezes de Miranda
35.	Fábio Henrique Meireles Mendes
36.	Fabíola Fernandes Faheína Ferreira
37.	Fátima Maria Sousa Arôso Mendes
38.	Fernanda Helena Nunes Ferreira

39.	Fernando Evelim de Miranda Menezes
40.	Flávia Valéria Nava Silva
41.	Francisco de Assis Silva Filho
42.	Francisco Fernando de Miranda Menezes Filho
43.	Francisco Teomário Serejo Silva
44.	Frank Teles de Araújo
45.	Frederik Bacellar Ribeiro
46.	Geraulides Mendonça Castro
47.	Gilberto Câmara França Júnior
48.	Giovanni Papini Cavalcanti Moreira
49.	Giselle Silva da Cunha Santos Arôso
50.	Guaracy Martins Figueiredo
51.	Gustavo Antônio Chaves Dias
52.	Gustavo de Oliveira Bueno
53.	Ilana Franco Bouéres Laender Morais
54.	Ilma de Paiva Pereira
55.	Jadilson Cirqueira de Sousa
56.	Jerusa Capistrano Pinto Bandeira
57.	João Marcelo Moreira Trovão
58.	Joaquim Ribeiro de Sousa Júnior
59.	John Derrick Barbosa Braúna
60.	Jorge Luís Ribeiro de Araújo
61.	José Alexandre Rocha
62.	José Carlos Faria Filho
63.	José Márcio Maia Alves
64.	Juarez Medeiros Filho
65.	Karla Adriana Holanda Farias Vieira
66.	Lana Cristina Barros Pessoa
67.	Leonardo Rodrigues Tupinambá
68.	Lindonjonson Gonçalves de Sousa
69.	Luís Samarone Batalha Carvalho
70.	Luiz Gonzaga Martins Coelho
71.	Márcio José Bezerra Cruz
72.	Marco Antônio Camardella da Silveira
73.	Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues
74.	Marco Aurélio Ramos Fonseca
75.	Maria do Socorro Cardoso Matos Ferreira
76.	Maria José Lopes Corrêa
77.	Nahyma Ribeiro Abas
78.	Newton de Barros Bello Neto
79.	Norimar Gomes Nascimento Campos
80.	Pablo Bogéa Pereira Santos

81.	Patrícia Espínola Passos Silva
82.	Paulo José Miranda Goulart
83.	Pedro Lino Silva Curvelo
84.	Raimundo Benedito Barros Pinto
85.	Raquel Chaves Duarte Sales
86.	Reginaldo Júnior Carvalho
87.	Rodrigo de Vasconcelos Ferro
88.	Rosalvo Bezerra de Lima Filho
89.	Rosanna Conceição Gonçalves
90.	Ruy Antônio Vieira de Carvalho
91.	Samaroni de Sousa Maia
92.	Sandra Soares Pontes
93.	Sandro Pofahl Bísvaro
94.	Selma Regina Souza Martins
95.	Sérgio Henrique Furtado Coelho
96.	Sérgio Ricardo Souza Martins
97.	Sidneya Madalena Miranda Nazareth Liberato
98.	Sílvia Menezes de Miranda
99.	Tarcísio José Sousa Bonfim
100.	Theresa Maria Muniz Ribeiro de La Iglesia
101.	Uiuara de Melo Medeiros
ENTRÂNCIA INICIAL (TOTAL: 68)	
1.	Alenilton Santos da Silva Júnior
2.	Aline Silva Albuquerque
3.	Ana Cláudia Cruz dos Anjos
4.	Ana Virgínia Pinheiro Holanda de Alencar
5.	André Charles Alcântara Martins Oliveira
6.	Antônio de Pádua Luz
7.	Antonio Lisboa de Castro Viana Junior
8.	Bianka Sekeff Salem Rocha
9.	Camila Gaspar Leite
10.	Carla Tatiana Pereira de Jesus
11.	Carlos Augusto Soares
12.	Carlos Henrique Soares Monteiro
13.	Carlos Rafael Fernandes Bulhão
14.	Clodoaldo Nascimento Araújo
15.	Clodomir Bandeira Lima Neto
16.	Cristiane Carvalho Melo
17.	Dailma Maria de Melo Brito
18.	Edilson Santana de Sousa
19.	Elisete Pereira dos Santos
20.	Érica Éllen Beckman da Silva

21.	Fábio Murilo da Silva Portela
22.	Fernando Antônio Berniz Aragão
23.	Fernando José Alves Silva
24.	Gabriela Brandão da Costa Tavernard
25.	Glauce Mara Lima Malheiros
26.	Gleudson Malheiros Guimarães
27.	Hagamenon de Jesus Azevedo
28.	Henrique Helder de Lima Pinho
29.	Herlane Maria Fernandes de Carvalho
30.	Isabelle de Carvalho Fernandes Saraiva
31.	João José e Silva Veras
32.	José das Chagas Leitão Júnior
33.	José Jailton Andrade Cardoso
34.	Karen Fuly de Castro
35.	Karine Guará Brusaca Pereira
36.	Klycia Luíza Castro de Menezes
37.	Lays Gabriella Pedrosa Souza
38.	Letícia Teresa Sales Freire
39.	Linda Luz Matos Carvalho
40.	Lindemberg do Nascimento Malagueta Vieira
41.	Lúcio Leonardo Fróz Gomes
42.	Marco Antônio Santos Amorim
43.	Maria Cristina Lima Lobato Murillo
44.	Marina Carneiro Lima
45.	Michelle Adriane Saraiva Silva
46.	Moisés Caldeiras Brant
47.	Nadja Veloso Cerqueira
48.	Nelson Nedes Ribeiro Guimarães
49.	Ossian Bezerra Pinho Filho
50.	Patrícia Fernandes Costa Ferreira
51.	Patrício Noé da Fonseca
52.	Rafaela Martins Pereira Toni
53.	Raimundo Nonato Leite Filho
54.	Raquel Pires de Castro
55.	Reinaldo Campos Castro Júnior
56.	Ricardo Misko Campeiro
57.	Romero Lucas Rangel Piccoli
58.	Rommel Silva Patriota
59.	Samara Cristina Mesquita Pinheiro
60.	Samira Mercês Santos
61.	Sandra Fagundes Garcia
62.	Sandro Carvalho Lobato de Carvalho
63.	Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida

64.	Silvio Mendonça Ribeiro Filho
65.	Simone Chrystine Santana Valadares
66.	Vicente Gildásio Leite Júnior
67.	Williams Silva de Paiva
68.	Wlademir Soares de Oliveira
PROMOTORES SUBSTITUTOS (25)	
1.	Aarão Carlos lima Castro
2.	Carlos Augusto Ribeiro Barbosa
3.	Carlos Pinto de Almeida Júnior
4.	Cláudio Borges dos Santos
5.	Cristiane dos Santos Donatini
6.	Crystian Gonzalez Boucinhas
7.	Fabrcio Sávio da Veiga Carlota
8.	Francisco de Assis Silva Júnior
9.	Gabriel Sodrê Gonçalves
10.	José Emanuel da Silva e Sousa
11.	Julio Aderson Borralho Magalhaes Segundo
12.	Karina Freitas Chaves
13.	Karini Kirimes Viegas
14.	Larissa Socrátes de Bastos
15.	Leonardo Santana Modesto
16.	Lícia Ramos Cavalcante
17.	Luís Eduardo Souza e Silva
18.	Maria do Nascimento Carvalho Serra
19.	Paloma Ribeiro Gonçalves de Pinho Reis
20.	Paulo Roberto da Costa Castilho
21.	Rita de Cassia Pereira Souza
22.	Rodrigo Ronaldo Martins Rebelo da Silva
23.	Tharles Cunha Rodrigues Alves
24.	Valéria Chaib Amorim de Carvalho
25.	Weskley Pereira de Moraes

PROMOTORES DE JUSTIÇA COM PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÃO DE JÚRI - 2011.

PROMOTORES DE JUSTIÇA	
1.	André Charles Martins Alcântara Oliveira
2.	Alenilton Santos da Silva Júnior
3.	Benedito de Jesus Nascimento Neto
4.	Carlos Henrique Soares Monteiro
5.	Carlos Augusto Ribeiro Barbosa
6.	Cláudio Alberto Gabriel Guimarães
7.	Cláudio José Sodré
8.	Cristian Gonzalez Boucinhas
9.	Cristiane dos Santos Donatini
10.	Frank Teles de Araújo
11.	Frederick Bacellar Ribeiro
12.	Gabriel Sodré Gonçalves
13.	Glauce Mara Lima Malheiros
14.	Gustavo de Oliveira Bueno
15.	Haroldo Paiva de Brito
16.	José Alexandre Rocha
17.	José Emanuel da Silva e Sousa
18.	Karina Freitas Chaves
19.	Lúcio Leonardo Froz Gomes
20.	Luís Carlos Corrêa Duarte
21.	Luís Eduardo Souza e Silva
22.	Marco Aurélio Ramos Fonseca
23.	Ossian Bezerra Pinho Filho
24.	Oziel Costa Ferreira Neto
25.	Patrícia Fernandes Costa Ferreira
26.	Patrício Noé da Fonseca
27.	Reinaldo Campos Castro Júnior
28.	Ricardo Misko Campineiro
29.	Rodrigo Ronaldo Martins Rebelo da Silva
30.	Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida
31.	Thales Cunhas Rodrigues Alves
32.	Willer Siqueira Mendes Gomes

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA POR ENTRÂNCIA

Nº MUNICÍPIOS: 217
Nº COMARCAS: 110
Nº PROMOTORIAS DE JUSTIÇA: 290
Nº PROMOTORES DE JUSTIÇA: 278

ENTRÂNCIA	Nº DE COMARCAS	Nº DE PROMOTORIAS	Nº DE PROMOTORES
FINAL	01	96	84
INTERMEDIÁRIA	33	118	102
INICIAL	76	76	92
TOTAL	110	290	278

ENTRÂNCIA FINAL – SÃO LUÍS	
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS: 30	
1ª Cível	1ª e 9ª Varas Cíveis/1º Juizado Esp. Cível/1ª Turma Recursal/Hab. Casamento da 1ª Zona.
2ª Cível	2ª e 10ª Varas Cíveis/2º Juizado Esp. Cível/2ª Turma Recursal/Hab. Casamento da 2ª Zona.
3ª Cível	3ª e 11ª Varas Cíveis/3º Juizado Esp. Cível/3ª Turma Recursal/Hab. Casamento da 3ª Zona.
4ª Cível	4ª e 12ª Varas Cíveis/4º Juizado Esp. Cível/4ª Turma Recursal/Hab. Casamento da 4ª Zona.
5ª Cível	5ª e 13ª Varas Cíveis/5º Juizado Esp. Cível/5ª Turma Recursal/Hab. Casamento da 5ª Zona.
6ª Cível	6ª e 14ª Varas Cíveis/56º Juizado Esp. Cível/6ª Turma Recursal/Hab. Casamento da 6ª Zona/Juizado Esp. de Trânsito
7ª Cível	7ª e 15ª Varas Cíveis/7ª e 9ª Juizado Esp. Cíveis e Rel. consumo
8ª Cível	8ª Vara Cível/8ª e 10ª Juizado Esp. Cíveis e Rel. consumo
9ª Cível	1ª e 6ª Varas Faz. Pública/11º Juizado Esp. Cíveis e Rel. consumo
10ª Cível	2ª e 7ª Varas Faz. Pública/12º Juizado Esp. Cíveis e Rel. consumo
11ª Cível	3ª e 8ª Varas Faz. Pública/13º Juizado Esp. Cíveis e Rel. consumo
12ª Cível	4ª Vara Fazenda Pública /14º Juizado Esp. Cíveis e Rel. consumo
13ª Cível	5ª Vara Fazenda Pública /15º Juizado Especial da Fazenda Pública
14ª Cível	1ª Vara Interdição e Sucessão e Alvará
15ª Cível	12ª Vara Interdição e Sucessão e Alvará
16ª a 30ª Cível	15 Varas da Família

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS: 33	
1ª a 18ª Criminais	18ª Varas Criminais
19ª e 22ª Criminais	1º ao 4º Juizados Esp. Criminais e da 1ª a 4ª Turma Recursal
23ª Criminal	Central de Inquéritos
24ª e 25ª Criminais	1ª e 2ª Vara de Entorpecentes
26ª a 29ª Criminal	Tribunal do Júri
30ª a 32ª Criminal	Execução Penal
33ª Criminais	2ª Varas de Execuções Criminais

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS: 33	
1ª Especializada	Fundações de Interesse Social
2ª Especializada	Registro Público
3ª Especializada	Defesa da Educação
4ª Especializada	Justiça Militar
5ª e 6ª Especializadas	Meio Ambiente
7ª e 8ª Especializadas	Defesa do Consumidor
9ª Especializada	Defesa da Cidadania
10ª Especializada	Itinerante
11ª Especializada	Direito do Idoso
12ª Especializada	Defesa dos Direitos das Pessoas com Necessidades Especiais
13ª e 14ª Especializadas	Defesa da Saúde
15ª e 16ª Especializadas	Defesa da Mulher
17ª a 19ª Especializadas	Controle Externo da Atividade Policial
20ª e 21ª Especializadas	Defesa da Ordem Tributária e Econômica
22ª a 25ª Especializadas	Improbidade Administrativa e Patrimônio Público
26ª a 31ª Especializadas	Defesa da Infância e Juventude
32ª e 33ª Especializadas	Cartas Precatórias

ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA		
33 COMARCAS E 107 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA		
Açailândia	1.ª	1ª Vara
	2.ª	2ª Vara
	3.ª	3ª Vara
	4.ª	Infância e Juventude
	5.ª	Juizado Especial Cível e Criminal
	6.ª	5ª Vara Criminal
Araíóses	1.ª	1ª Vara
	2.ª	2ª Vara
Bacabal	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara

	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Balsas	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Barra do Corda	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Buritcupu	Única	Única
Caxias	1.ª	1ª Vara
	2.ª	2ª Vara
	3.ª	3ª Vara
	4.ª	Infância e Juventude
	5.ª	vaga
	6.ª	vaga
	7.ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Chapadinha	1.ª	1ª Vara
	2.ª	Infância e Juventude
Codó	1.ª	1ª Vara
	2.ª	2ª Vara
	3.ª	Infância e Juventude
	4.ª	Juizado Especial Cível e Criminal Codó
Coelho Neto	1.ª	1ª Vara
	2.ª	Infância e Juventude
Colinas	Única	Única
Coroatá	1.ª	1ª Vara
	2.ª	Infância e Juventude
Estreito	1.ª	1ª Vara
	2.ª	Infância e Juventude
Grajaú	1.ª	1ª Vara
	2.ª	Infância e Juventude
Imperatriz	1ª Cível	1ª Vara da Família
	2ª Cível	2ª Vara da Família
	3ª Cível	3ª Vara da Família
	4ª Cível	4ª Vara da Família
	5ª Cível	5ª Vara da Família
	1ª Criminal	1ª Vara Criminal
	2ª Criminal	2ª Vara Criminal
	3ª Criminal	3ª Vara Criminal

	4ª Criminal	4ª Vara Criminal
	5ª Criminal	5ª Vara Criminal
	6ª Criminal	6ª Vara Criminal
	7ª Criminal	Juizado Especial Criminal
	1ª Especializada	Improbidade Administrativa
	2ª Especializada	Defesa do Consumidor
	3ª Especializada	Educação e Meio Ambiente
	4ª Especializada	Idoso e Portadores de Necessidades Especiais
	5ª Especializada	Defesa da Saúde e Registro Público
	6ª Especializada	Patrimônio Público
	7ª Especializada	Infância e Juventude
8ª Especializada	Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	
Itapecuru-Mirim	1.ª	1ª Vara
	2.ª	2ª Vara
	3.ª	Infância e Juventude
João Lisboa	1.ª	1ª Vara
	2.ª	Infância e Juventude
Lago da Pedra	1.ª	1ª Vara
	2.ª	Infância e Juventude
Maracaçumé	1.ª	1ª Vara
	2.ª	2ª Vara
Paço do Lumiar	1.ª	1ª Vara
	2.ª	Infância e Juventude
	3.ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Pedreiras	1.ª	1ª Vara
	2.ª	2ª Vara
	3.ª	Infância e Juventude
	4ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Pinheiro	1.ª	1ª Vara
	2.ª	2ª Vara
	3ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Porto Franco	1.ª	1ª Vara
	2.ª	Infância e Juventude
Presidente Dutra	1.ª	1ª Vara
	2.ª	Infância e Juventude
Rosário	1.ª	1ª Vara
	2.ª	2ª Vara
Santa Helena	Única	Única
Santa Inês	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara

	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Santa Luzia	1.ª	1ª Vara
	2.ª	Infância e Juventude
São José de Ribamar	1ª Cível	1ª Vara
	2ª Cível	2ª Vara
	3ª Cível	3ª Vara
	1ª Esp.	Meio Ambiente/Cidadania/Consumidor
	1ª Criminal	1ª Vara Criminal
	2ª Criminal	2ª Vara Criminal
Timon	1ª Cível	1ª Vara
	2ª Cível	2ª Vara
	3ª Cível	3ª Vara
	4ª Cível	4ª Vara
	1ª Criminal	1ª Vara Criminal
	2ª Criminal	2ª Vara Criminal
	3ª Criminal	3ª Vara Criminal
	1ª Esp.	Infância e Juventude
	2ª Esp.	Juizado Especial Cível e Criminal
Viana	1.ª	1ª Vara
	2.ª	Infância e Juventude
Vitorino Freire	1.ª	1ª Vara
	2.ª	Infância e Juventude
Zé Doca	1.ª	1ª Vara
	2.ª	Infância e Juventude

ENTRÂNCIA INICIAL	
79 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA	
Alcântara	Olho D' Água das Cunhãs
Alto Parnaíba	Montes Altos
Amarante do Maranhão	Paraibano
Anajatuba	Parnarama
Araioses	Passagem Franca
Arame	Pastos Bons
Arari	Paulo Ramos
Bacuri	Penalva
Barão de Grajaú	Pindaré-Mirim

Barreirinhas	Pio XII
Bequimão	Poção de Pedras
Bom Jardim	Raposa
Brejo	Riachão
Buriti	Rosário
Buriti Bravo	Santa Luzia do Paruá
Cândido Mendes	Santa Quitéria do Maranhão
Cantanhede	Santa Rita
Carolina	Santo Antônio dos Lopes
Carutapera	São Bento
Cedral	São Bernardo
Cururupu	São Domingos do Azeitão
Dom Pedro	São Domingos do Maranhão
Esperantinópolis	São Francisco do Maranhão
Gov. Eugênio de Barros	São Francisco do Maranhão
Gov. Nunes Freire	São João Batista
Guimarães	São João dos Patos
Humberto de Campos	São Luís Gonzaga
Icatú	São Mateus do Maranhão
Igarapé Grande	São Raimundo das Mangabeiras
Itinga do Maranhão	São Vicente de Férrer
Loreto	Senador La Roque
Magalhães de Almeida	Sucupira do Norte
Maracaçumé	Tasso Fragoso
Matinha	Timbiras
Matões	Tuntum
Mirador	Turiçu
Mirinzal	Tutóia
Monção	Urbano Santos
Morros	Vargem Grande
Olinda Nova	Vitória do Mearim

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DISTRIBUÍDAS POR REGIÕES

1ª REGIÃO – METROPOLITANA (04 Comarcas)	
São Luis (Capital)	Raposa
Paço do Lumiar	São José de Ribamar
2ª REGIÃO – PRÉ-AMAZÔNICA (13 Comarcas)	
Buriticupu	Pindaré-Mirim
Bom Jardim	Santa Inês
Cândido Mendes	Santa luzia do Paruá
Carutapera	Santa luzia
Governador Nunes Freire	Turiaçu
Maracaçumé	Zé doca
Monção	
3ª REGIÃO – BAIXADA (15 Comarcas)	
Alcântara	Pinheiro
Bacuri	Penalva
Bequimão	Santa Helena
Cururupu	São Vicente Ferrer
Cedral	São João Batista
Guimarães	São Bento
Matinha	Viana
Mirinzal	
4ª REGIÃO – COCAIS (24 Comarcas)	
Barão de Grajaú	Passagem Franca
Buriti bravo	Presidente Dutra
Caxias	Paraibano
Codó	Parnarama
Colinas	Santo Antonio dos Lopes
Coroatá	São Francisco do Maranhão
Coelho neto	São João dos Patos
Dom Pedro	São Domingos do Maranhão
Governador Eugênio Barros	Sucupira do norte
Matões	Timbiras
Mirador	Timon
Pastos Bons	Tuntum
5ª REGIÃO – MEARIM (16 Comarcas)	
Arari	Paulo Ramos
Anajatuba	Pedreiras
Bacabal	Pio XII
Barra do Corda	Poção de Pedras
Esperantinópolis	São Mateus

Igarapé-GRANDE	São Luis Gonzaga
Lago da pedra	Vitorino Freire
Olho D'água das Cunhãs	Vitória do Mearim
6ª REGIÃO – BAIXO PARNAÍBA (18 Comarcas)	
Araioses	Morros
Barreirinhas	Magalhães de Almeida
Brejo	Rosário
Buriti	Santa Rita
Cantanhede	Santa Quitéria
Chapadinha	São Benardo
Humberto de Campos	Tutóia
Icatu	Urbanos Santos
Itapecuru-Mirim	Vargem Grande
7ª REGIÃO – TOCANTINA (11 Comarcas)	
Açailândia	Itinga do Maranhão
Arame	João Lisboa
Amarante do Maranhão	Montes Altos
Estreito	Porto Franco
Grajaú	Senador La Roque
Imperatriz	
8ª REGIÃO - SUL DO MARANHÃO (09 Comarcas)	
Alto Parnaíba	Riachão
Balsas	São Domingos do Azeitão
Carolina	São Raimundo das Mangabeiras
Loreto	Tasso Fragoso
Olinda Nova	

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
1a. PROCURADORIA CRIMINAL

Nome	Proc. Recebidos	Proc.Devolvidos
Maria dos Remédios Serra	302	302
Eduardo Jorge Nicolau (**)	313	309
Suvamy V. Meireles (*)	563	559
Selene Coelho de Lacerda**		
TOTAL	1178	1170

2a. PROCURADORIA CRIMINAL

Nome	Proc. Recebidos	Proc.Devolvidos
Regina Lúcia Rocha (*)	198	198
Lígia Maria Cavalcanti (*)	268	302
Krishnamurti M. França (*)	355	334
Regina da Costa Leite (**)	336	320
TOTAL	1157	1154

3a. PROCURADORIA CRIMINAL

Nome	Proc. Recebidos	Proc.Devolvidos
José Argolo Ferrão Coelho*	613	605
Flávia Teresa de V Vieira(*)	405	405
Rita de Cassia M B Moreira*	219	219
Maria de Fátima R Travassos Cordeiro(**)	-	
TOTAL	1237	1229
TOTAL GERAL	3572	3553

* Responderam por mais de uma Procuradoria

** Exercendo os cargos de Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Corregedora-Geral do Ministério Público, Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e Procuradora-Geral de Justiça

+Substituído(a) por Promotor(a)

	Hab. Corpus	Apel. Criminal	Rec. Hab. Corpus	Rec. Sent. Estrito	Rec. Criminal	Outros
1ª. PROCURADORIA CRIMINAL						
Maria dos Remédios F. Serra	112	145		12		33
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	116	140		22		35
Suvamy Vivekananda Meireles	211	225		38		89
Selene Coelho de Lacerda						
2ª. PROCURADORIA CRIMINAL						
Regina Lúcia de Almeida Rocha	76	49		4	1	68

Lígia Maria da Silva Cavalcanti	113	111		19		25
Krishnamurti Lopes Mendes França	128	164		24		39
Regina Maria da Costa Leite	132	133		24	3	44
3ª. PROCURADORIA CRIMINAL						
José Argolo Ferrão Coelho	261	235		43	1	73
Flávia Teresa de Viveiros Vieira	171	135		28	2	69
Rita de Cassia Maia B. Moreira	100	86		14	1	18
Maria de Fátima R. T. Cordeiro						

1a. PROCURADORIA CÍVEL		
Nome	Proc. Recebidos	Proc.Devolvidos
José Antônio Oliveira Bents	437	407
Domingas de Jesus Froz Gomes (*)	736	773
Terezinha de Jesus G. Bonfim (*)	516	503
Marco Antônio A. Guerreiro	286	247
Sâmara Ascar Sauáia	342	342
TOTAL	2317	2272
2a. PROCURADORIA CÍVEL		
Nome	Proc. Recebidos	Proc.Devolvidos
Raimundo Nonato de C. Filho (*)	626	626
Carlos Nina Everton Cutrim (*)	647	629
Clodenilza Ribeiro Ferreira (*)	373	373
Maria Luíza R. Martins	440	434
Joaquim Henrique Lobato (*)	612	629
TOTAL	2698	2691
3a. PROCURADORIA CÍVEL		
Nome	Proc. Recebidos	Proc.Devolvidos
Iracy Martins Figueiredo Aguiar (**)	70	70
Ana Lúcia de Melo e Silva Moraes	383	373
Themis Maria Pacheco de Carvalho(*)	922	933
Mariléa Campos Santos Costa (*)	579	579
TOTAL	1954	1955

4a. PROCURADORIA CÍVEL		
Nome	Proc. Recebidos	Proc.Devolvidos
José Henrique Marques Moreira (*)	340	362
Francisco Barros de Sousa (*)	842	848
Cezar Queiroz Ribeiro (*)	1090	1082
Paulo Roberto Saldanha Ribeiro (*)	473	533
Teodoro Peres Neto (*)	633	640
TOTAL	3378	3465
TOTAL GERAL	10347	10383

** Exercendo o cargo de Subcorregedora-Geral do Ministério Público e Ouvidora-Geral

*Responderam por mais de uma Procuradoria

+ Substituído(a) por Promotor(a)

	Mand.de Segurança	Agravo de Instrumento	Apelação Cível	Remessa	Outros
1ª. PROCURADORIA CÍVEL					
José Antônio Oliveira Bents	12	85	283	44	13
Domingas Froz Gomes	13	83	300	35	305
Terezinha Guerreiro Bonfim	18	80	270	39	109
Marco Antonio A. Guerreiro	9	47	198	27	5
Sâmara Ascar Sauáia	10	64	225	36	7

2ª. PROCURADORIA CÍVEL					
Raimundo Nonato de C. Filho	17	123	390	64	32
Carlos Nina Everton Cutrim	20	124	431	54	18
Clodenilza Ribeiro Ferreira	10	65	253	34	11
Maria Luíza Ribeiro Martins	13	77	310	30	10
Joaquim Henrique Lobato	14	103	355	59	81

3ª. PROCURADORIA CÍVEL					
Iracy Martins Figueiredo	1	6	54	5	4
Ana Lúcia de Melo Moraes	8	53	273	41	8
Themis Maria P. de Carvalho	22	134	657	80	29
Mariléa Campos S. Costa	14	83	386	50	46

4ª. PROCURADORIA CÍVEL					
José Henrique Moreira	7	53	225	43	12
Francisco Barros de Sousa	24	113	593	68	44
Cezar Queiroz Ribeiro	32	199	736	98	25
Paulo Roberto R. Saldanha	16	74	333	36	14
Teodoro Peres Neto	19	115	428	48	23

PROCURADORA- GERAL DE JUSTIÇA (TRIBUNAL PLENO)

MÊS	RECEBIDOS
JANEIRO	34
FEVEREIRO	26
MARÇO	51
ABRIL	47
MAIO	116
JUNHO	175
JULHO	218
AGOSTO	126
SETEMBRO	69
OUTUBRO	62
NOVEMBRO	85
DEZEMBRO	51
TOTAL	1060

PROCURADORA-GERAL – TRIBUNAL PLENO

PROCESSOS RECEBIDOS	PROCESSOS DEVOLVIDOS
1060	1047

RECESSO NATALINO – DEZ/11 A JAN/12

PROCESSOS RECEBIDOS	PROCESSOS DEVOLVIDOS
94	92

**TOTAL GERAL:
PROCURADORIAS CÍVEIS, PROCURADORIAS CRIMINAIS, RECESSO
NATALINO E PROCURADOR GERAL**

RECEBIDOS	DEVOLVIDOS	SALDO
15073	16122	1049

.....

RESUMO ANUAL DAS AÇÕES PENAIS E CÍVEIS, das PROMOTORIAS DE JUSTIÇA INFORMADAS MENSALMENTE AO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

MATÉRIA PENAL

INQUÉRITOS POLICIAIS, TERMOS CIRCUNSTANCIADO E NOTÍCIAS CRIMINAIS	
RECEBIDOS /INSTAURADOS	
Contra a vida	2095
Administração pública	77
Ordem Tributária	142
Ordem Econômica	11
Tortura	22
Meio ambiente	723
Consumidor	60
Criança e Adolescente	219
Lei Maria da Penha	1493
Entorpecentes	1700
Código de trânsito	896
Militares	77
Estupro	693
Estelionato	545
Furto	1884
Roubo	1773
Lesão corporal	1147
Porte de Armas	1077
Outros crimes	6125
DESPACHADOS/DEVOLVIDOS	
Contra a vida	2035
Administração pública	71
Ordem Tributária	135
Ordem Econômica	10
Tortura	18
Meio ambiente	661
Consumidor	40
Criança e Adolescente	221
Lei Maria da Penha	1425
Entorpecentes	1631
Código de trânsito	849
Militares	72
Estupro	656
Estelionato	556
Furto	1749
Roubo	1736
Lesão corporal	1070
Porte de Armas	1019
Outros crimes	5540
TRANSAÇÕES PENAIS EFETIVADAS	
Contra a vida	12
Administração pública	2
Ordem Tributária	1
Tortura	0
Meio ambiente	17
Consumidor	2
Criança e Adolescente	4
Lei Maria da Penha	5
Entorpecentes	29

Código de trânsito	49
Militares	1
Estupro	8
Estelionato	10
Furto	41
Roubo	31
Lesão corporal	69
Porte de Armas	27
Outros crimes	175
DENÚNCIAS OFERECIDAS	
Contra a vida	996
Administração pública	40
Ordem Tributária	16
Ordem Econômica	1
Tortura	8
Meio ambiente	124
Consumidor	20
Criança e Adolescente	71
Lei Maria da Penha	843
Entorpecentes	1145
Código de trânsito	390
Militares	12
Estupro	373
Estelionato	229
Furto	1156
Roubo	1236
Lesão corporal	568
Porte de Armas	731
Outros crimes	1240
BAIXADOS PARA DILIGÊNCIAS	
Contra a vida	870
Administração pública	18
Ordem Tributária	34
Ordem Econômica	1
Tortura	6
Meio ambiente	3
Consumidor	3
Criança e Adolescente	39
Lei Maria da Penha	437
Entorpecentes	199
Código de trânsito	267
Militares	53
Estupro	210
Estelionato	212
Furto	466
Roubo	386
Lesão corporal	323
Porte de Armas	274
Outros crimes	1298
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	
Por prescrição	339
Por decadência	105
Por outras causas	353

PROCESSOS CRIMINAIS NO 1º GRAU	
RECEBIDOS	
Contra a vida	2564
Administração pública	104
Ordem Tributária	112
Tortura	30
Meio ambiente	148
Consumidor	43
Criança e Adolescente	164
Lei Maria da Penha	957
Entorpecentes	3663
Código de trânsito	531
Militares	132
Estupro	770
Estelionato	381
Furto	2210
Roubo	3200
Lesão corporal	954
Porte de Armas	1207
Outros crimes	4710
DESPACHADOS	
Contra a vida	2480
Administração pública	83
Ordem Tributária	99
Tortura	27
Meio ambiente	137
Consumidor	55
Criança e Adolescente	147
Lei Maria da Penha	944
Entorpecentes	3597
Código de trânsito	495
Militares	121
Estupro	717
Estelionato	359
Furto	2135
Roubo	3026
Lesão corporal	890
Porte de Armas	1169
Outros crimes	4605
SUSPENSÕES CONDICIONAIS DO PROCESSO	
Contra a vida	32
Administração pública	2
Ordem Tributária	0
Tortura	0
Meio ambiente	3
Consumidor	1
Criança e Adolescente	3
Lei Maria da Penha	24
Entorpecentes	13
Código de trânsito	20
Militares	0
Estupro	2
Estelionato	17
Furto	54
Roubo	28
Lesão corporal	21
Porte de Armas	23
Outros crimes	121
ALEGAÇÕES FINAIS	
Contra a vida	650

Administração pública	18
Ordem Tributária	0
Tortura	15
Meio ambiente	30
Consumidor	2
Criança e Adolescente	43
Lei Maria da Penha	279
Entorpecentes	682
Código de trânsito	143
Militares	4
Estupro	252
Estelionato	110
Furto	684
Roubo	932
Lesão corporal	226
Porte de Armas	435
Outros crimes	865
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	
Pela prescrição	603
Pela decadência	60
Por outras causas	1033
PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	
Instaurados	152
Concluídos	241
Andamento	2031
JULGAMENTOS DE 1º GRAU	
CONDENAÇÃO CONFORME PEDIDO	
Contra a vida	110
Administração pública	4
Ordem Tributária	4
Ordem Econômica	0
Tortura	1
Meio ambiente	2
Consumidor	0
Criança e Adolescente	1
Lei Maria da Penha	2
Entorpecentes	147
Código de trânsito	15
Militares	0
Estupro	20
Estelionato	41
Furto	184
Roubo	370
Lesão corporal	28
Porte de Armas	86
Outros crimes	145
CONDENAÇÃO, EM ATENDIMENTO PARCIAL AO PEDIDO	
Contra a vida	45
Administração pública	1
Ordem Tributária	1
Ordem Econômica	0
Tortura	1
Meio ambiente	2
Consumidor	0
Criança e Adolescente	0
Lei Maria da Penha	5
Entorpecentes	23
Código de trânsito	5
Militares	0
Estupro	1
Estelionato	12
Furto	13
Roubo	32

Lesão corporal	7
Porte de Armas	8
Outros crimes	10
ABSOLVIÇÃO CONTRÁRIA AO PEDIDO	
Contra a vida	60
Administração pública	3
Ordem Tributária	0
Ordem Econômica	0
Tortura	0
Meio ambiente	3
Consumidor	1
Criança e Adolescente	1
Lei Maria da Pena	6
Entorpecentes	27
Código de trânsito	9
Militares	0
Estupro	10
Estelionato	4
Furto	40
Roubo	45
Lesão corporal	8
Porte de Armas	31
Outros crimes	45
ABSOLVIÇÃO DE ACORDO AO PEDIDO	
Contra a vida	18
Administração pública	2
Ordem Tributária	1
Ordem Econômica	0
Tortura	0
Meio ambiente	2
Consumidor	1
Criança e Adolescente	1
Lei Maria da Pena	5
Entorpecentes	19
Código de trânsito	10
Militares	1
Estupro	2
Estelionato	6
Furto	25
Roubo	24
Lesão corporal	9
Porte de Armas	7
Outros crimes	33

TRIBUNAL DE JÚRI	
Absolvições requeridas pelo Ministério Público	112
Absolvições Não requeridas pelo Ministério Público	90
Condenações	238
Contra razões do Ministério Público	73
Sessões	371
Recursos do Ministério Público	97
Outras Manifestações	1491
EXECUÇÃO PENAL	
Autorização de saída	1219
Extinção de pena	1477
Incidentes da execução	428
Livramento condicional	1429
Penas alternativas	90
Recursos do Ministério Público	159

Progressão de regime de cumprimento de pena	1823
Remissão	1279
Sursis	33
Outras Manifestações	35
PARECERES E REQUERIMENTOS	
Habeas-corpus	52
Liberdade provisória	3109
Relaxamento de prisão em flagrante	1585
Prisão preventiva	1942
Prisão temporária	291
Outras manifestações	11819
CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL	
Visitas em estabelecimentos prisionais, delegacias e Outros crimes.	922
Procedimentos investigativos instaurados	366
Procedimentos investigativos concluídos	241
Procedimentos investigativos em andamento	203
Recomendações expedidas	92
Denúncias oferecidas	289
Ações penais julgadas procedentes	26
Ações penais julgadas improcedentes	11
Requerimento de instauração de inquéritos policiais	1021
IMPROBIDADE DE AUTORIDADES POLICIAIS	
Representações recebidas	396
Inquéritos civis instaurados	41
Ações civis pública	40
Pedidos procedentes	12
Pedidos improcedentes	151
Perda do cargo	171

MATÉRIA CÍVEL

INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS	
INSTAURADOS	
Improbidade administrativa e Patrimônio Público	2485
Meio ambiente	210
Saúde	115
Consumidor	171
Educação	39
Portadores de Necessidades Especiais	95
Idoso	3
Outros	890
ARQUIVADOS SEM AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
Improbidade administrativa e Patrimônio Público	154
Meio ambiente	25
Saúde	30
Consumidor	11
Educação	2
Portadores de Necessidades Especiais	1

Idoso	0
Outros	62
ARQUIVADOS COM AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
Improbidade administrativa e Patrimônio Público	22
Meio ambiente	4
Saúde	5
Consumidor	3
Educação	3
Portadores de Necessidades Especiais	7
Idoso	4
Outros	202

PROCESSOS CÍVEIS NO 1º GRAU	
RECEBIDOS	
Improbidade administrativa e Patrimônio Público	1345
Meio ambiente	64
Saúde	299
Consumidor	78
Educação	5
Portadores de Necessidades Especiais	99
Idoso	5
Outros	25667
DESPACHADOS COM PRAZO VENCIDO	
Improbidade administrativa e Patrimônio Público	41
Meio ambiente	1
Saúde	87
Consumidor	5
Educação	0
Portadores de Necessidades Especiais	0
Idoso	0
Outros	713
DESPACHADOS SEM PRAZO VENCIDO	
Improbidade administrativa e Patrimônio Público	1161
Meio ambiente	79
Saúde	387
Consumidor	66
Educação	5
Portadores de Necessidades Especiais	99
Idoso	5
Outros	23189
JULGAMENTOS DE 1º GRAU	
PROCEDENTES	
Improbidade administrativa e patrimônio Público	47
Meio ambiente	2
Saúde	17
Consumidor	39
Portadores de Necessidades Especiais	19
IMPROCEDENTES	
Improbidade administrativa	18

Meio ambiente	2
Saúde	5
Consumidor	9
Portadores de Necessidades Especiais	4

AUTUAÇÕES ESPECIALIZADAS

MATÉRIA DE INFANCIA E JUVENTUDE	
ATOS INFRACIONAIS	
Boletins de ocorrência outras notícias recebidas	1370
Boletins arquivados sem concessão de remissão	170
Representações de atos oferecidas	944
Saldo sem prazo vencido	117
Saldo com prazo vencido	151
Visitas e inspeções a unidade de internação	20
REMISSÕES E MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS APLICADA	
Sem Medida Sócio-Educativa	102
Com Medida Sócio-Educativa	250
Advertência	261
Reparação de dano	152
Prestação de serviço á comunidade	255
Liberdade assistida	73
Homologadas	355
Não homologadas	15
PROCESSOS DA ÁREA INFRACIONAL	
Processos recebidos	1830
Processos despachados	1855
Julgados com representações precedentes	130
Julgados com representação parcial procedentes	5
Julgados com representações improcedentes	2
Pareceres e requerimento	1588
Audiências Judiciais	1926
Audiências Extraordinárias	1151
Atendimento ao Público	3969
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS	
Improbidade administrativa	480
Meio ambiente	32
Saúde	223
Consumidor	32
Patrimônio Público	865
Infância e Juventude	76
Direitos do cidadão	240
Educação	21
Idoso	12
Portadores de deficiência	12
Ordem Tributária	2
Outros crimes	105
TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
Improbidade administrativa	24

Meio ambiente	6
Saúde	10
Consumidor	11
Patrimônio Público	30
Infância e Juventude	5
Direitos do cidadão	29
Educação	4
Idoso	5
Portadores de deficiência	10

ASSESSORIA ESPECIAL DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

I - ASSESSORIA CÍVEL E ADMINISTRATIVA	
a) Manifestações em Processos Judiciais	138
1. Mandado de Segurança	
2. Execução de Sentença	
3. Conflito de Competência	
4. Exceção de Suspeição ou Impedimento oposta a Desembargador ou ao Procurador-Geral de Justiça	2
5. Ação Rescisória	2
6. Reclamação ajuizada para preservar a competência do TJ/MA e a garantia de suas decisões	8
7. Precatório	627
8. Suspensão de Liminar	3
9. Sindicância	21
10. Recurso Especial	3
11. Recurso Extraordinário	2
12. Agravo Regimental	2
13. Ação Ordinária	4
14. Ação Declaratória	4
15. Reclamação Cível	2
16. Ação Cautelar	1
17. Embargos de Declaração	1
18. Embargos à Execução	8
19. Informações em Mandado de Segurança	4
Subtotal	832
b) Manifestações em Processos Administrativos	
1. Matéria Administrativa Interna	1.372
2. Licitações e Contratos Administrativos	408
3. Conflito de Atribuições suscitado por membro do Ministério Público	175
4. Procedimento Administrativo Disciplinar	15
Subtotal	1.955

c) Interposições	
1. Recurso Extraordinário	1
2. Recurso Especial	2
3. Embargos de Declaração	2
4. Agravo de Instrumento	3
5. Agravo Regimental	5
Subtotal	13
d) Total de Processos Judiciais	845
e) Total de Processos Administrativos	1.955
II – ASSESSORIA CRIMINAL	
a) Manifestações em Processos Judiciais	
1. Inquérito	57
2. Denúncia	3
3. <i>Habeas Corpus</i>	47
4. Representação	6
5. Recurso Especial	2
6. Termo Circunstanciado de Ocorrência	5
7. Auto de Prisão em Flagrante	
8. Incidente de Inconstitucionalidade	
9. Queixa Crime	6
10. Incidente de Uniformização de jurisprudência	2
Subtotal	128
b) Manifestações em Processos Administrativos	
1. Notícia-crime	6
2. Representação	318
3. Peças de Informação	56
Subtotal	380
c) Interposições	
1. Recurso Especial	
2. Recurso Extraordinário	1
3. Embargos de Declaração	
4. Agravo de Instrumento	4
5. Agravo Regimental	
6. Reclamação	
Subtotal	5
d) Total de Processos Judiciais	133
e) Total de Processos Administrativos	380
III – ASSESSORIA DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	
a) Proposituras	
1. Ação Direta de Inconstitucionalidade	5

2. Agravo Regimental	
3. Recurso Extraordinário	
Subtotal	5
b) Manifestações em Processos Judiciais	
1. Ação Direta de Inconstitucionalidade	21
2. Reclamação Constitucional	4
Subtotal	35
c) Manifestações em Processos Administrativos	
1. Assuntos de natureza inconstitucional	680
2. Assessoramento na elaboração de atos normativos	11
3. Representação ao Procurador-Geral da República sobre inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual, em face da CF	20
Subtotal	711
d) Total de Processos Judiciais	40
e) Total de Processos Administrativos	711
IV – ASSESSORIA DE COMBATE A ATOS ILÍCITOS PRATICADOS POR PESSOA QUE GOZE DE FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO JUNTO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (ACAI)	
a) Proposituras	
1. Denúncia	41
2. Representação para fins de intervenção do Estado no Município	5
Subtotal	46
b) Manifestações em Processos Judiciais	
1. Inquérito	
2. Representação para fins de intervenção do Estado no Município	6
3. Denúncia	45
4. Ação Penal	4
5. Ação Civil Pública pela prática de ato de improbidade	2
Subtotal	57
c) Manifestações em Processos Administrativos	
1. Representação contra pessoa detentora de foro por prerrogativa de função	1.347
2. Promoção de Arquivamento	66
Subtotal	1.413
d) Total de Processos Judiciais	100
e) Total de Processos Administrativos	1.413
V – MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS EM 2011	
OBS: Saldo remanescente do exercício de 2010	469

a) Judiciais	
1) recebidos	1.052
2) devolvidos ⁶	1.118
b) Administrativos	
1) recebidos + remanescente(469)	4.241
2) devolvidos ⁷	4.459
c) Total	
1) recebidos	5.293
2) devolvidos	5.577
Diferença	284
VI – SALDO DE PROCESSOS NA ASSESSORIA EM 31/12/2010	
a) Judiciais	20
b) Administrativos	317
Subtotal	337
c) Aguardando Diligências	313
Total	650

DA ATUAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR

Discriminação		Quantidade
Sessões Realizadas:		22
Promoções:		Entrância Intermediária 02
Remoções:		Pedido 05
		Permuta 03
Editais		2011 51

⁶ Saldo positivo de 66 Processos Judiciais

⁷ Saldo positivo de 218 Processo Administrativos

Outros Processos Encaminhados e Apreciados:
(02/01/2011 - 31/12/2011)

Ação Civil Pública (Cópia)	153
Inquérito Civil (Instauração)	87
Termo de Ajustamento Conduta	53
Procedimento Administrativo (Instauração)	297

Processos Distribuídos (02/01/2011 - 31/12/2011)

Conselheiros:

Dra. Flávia Tereza de Viveiros Vieira	77
Dra. Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	116
Dra. Rita de Cassia Maia Baptista Moreira	96
Dr. Suvamy Vivekananda Meireles	114
Dr. José Argolo Ferrão Coelho	116
Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	78
Dra. Selene Coelho de Lacerda	109

TOTAL 706

Processos Homologados (02/01/2011 - 31/12/2011)

Conselheiros:

Dra. Flávia Tereza de Viveiros Vieira	77
Dra. Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	98
Dra. Rita de Cassia Maia Baptista Moreira	88
Dr. Suvamy Vivekananda Meireles	80
Dr. José Argolo Ferrão Coelho	116
Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	78
Dra. Selene Coelho de Lacerda	104

TOTAL 408

Processos Convertidos em Diligência (02/01/2011 - 31/12/2011)

Conselheiros:

Dra. Flávia Tereza de Viveiros Vieira	--
Dra. Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	18
Dra. Rita de Cassia Maia Baptista Moreira	08
Dr. Suvamy Vivekananda Meireles	06
Dr. José Argolo Ferrão Coelho	--
Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	--
Dra. Selene Coelho de Lacerda	05

TOTAL 29

Processos pendentes de Homologação (02/01/2011 - 31/12/2011)

Conselheiros:

Dr. Suvamy Vivekananda Meireles 28

Resoluções editadas em 2011 01

DA ATUAÇÃO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

PERÍODO 20/01/11 – 20/12/2011

DISCRIMINAÇÃO		QUANTIDADE
Sessões realizadas		24
Resoluções aprovadas		17
Processos	Conhecidos e Julgados	41
	Tramitando	15
Total		56
Sindicância	Recurso (Julgado)	0
	Recurso (Tramitando)	2
Processo Administrativo Disciplinar (Recurso)		1
Total		3

DA ATUAÇÃO DA SUBPROCURADORIA - GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos exerce um papel fundamental junto à Procuradoria Geral de Justiça, auxiliando no desempenho de suas funções administrativas, além de desenvolver a política administrativa da instituição e supervisionar o trabalho realizado pelos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério Público, atribuições estas previstas no Ato Regulamentar nº 20/2008, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça.

Suas atribuições também alcançam a substituição da Procuradora-Geral de Justiça, na ausência do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, apreciando os requerimentos administrativos dos servidores e dos membros da instituição, tomando as providências pertinentes em cada caso, mantendo a Administração Superior informada acerca das decisões tomadas no âmbito desta Subprocuradoria.

Destaque-se, também, a atuação deste Órgão na análise e acompanhamento das concessões de adiantamento disponibilizadas a membros e servidores do Ministério Público para despesas de pronto pagamento, seguindo estritamente os preceitos constantes da Lei nº 4.320/64, que dispõe normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Além de tais atribuições, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos realiza a coleta e envio de informações ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, no que tange à estrutura administrativa e tecnológica do MPMA, sua execução orçamentária e comprometimentos quadrimestrais com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que devem ser encaminhados até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano subsequente ao exercício financeiro, em cumprimento à Resolução nº 74/2011, do CNMP.

Convém mencionar, ainda, o acompanhamento das obras de engenharia realizadas pelo Ministério Público, bem como a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares para apuração de fatos e de condutas de servidores do Ministério Público, em conformidade com as determinações da Lei dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão - Lei nº 6.107/94.

Constata-se, destarte, a expressiva atuação desta na implementação de ações diversificadas visando a otimização do serviço oferecido à sociedade, por meio da melhoria da estrutura física e pessoal do Ministério Público Maranhense, realizando uma política de valorização e de qualificação profissional dos membros e servidores da instituição, além de estabelecer e manter um relacionamento cada vez mais aproximado entre o Órgão Ministerial e a sociedade maranhense, consolidando a confiabilidade que faz do Ministério Público do Maranhão um verdadeiro ícone na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Assim, ao longo do ano de 2011, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos desenvolveu todas as atribuições conferidas ao setor, imprimindo-lhe efetividade, inclusive com a emissão de portarias e outros atos administrativos indispensáveis ao desempenho de tais atividades, conforme se apresenta abaixo:

ATIVIDADES	2011
OFÍCIOS EXPEDIDOS	245
MEMORANDOS EXPEDIDOS	37
FLUXO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	1725
PORTARIAS ASSINADAS	1298
CONCESSÕES DE ADIANTAMENTO	307
SINDICÂNCIAS E PADS	25

ATIVIDADES DA OUVIDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

01 - Atividade de fiscalização de convênios firmados pela Administração Pública

- 1- Controle das publicações dos convênios celebrados pelos entes Públicos na esfera Estadual;
- 2- Pesquisa dos convênios publicados no Diário Oficial celebrados pelos entes Públicos na esfera Estadual;
- 3- Requisitar esses convênios às Secretarias de Estado e Órgãos Públicos;
- 4-Baixa dos convênios requisitados e alimentação do sistema;
- 5-Remessa desses convênios aos Promotores de Justiça em suas respectivas Comarcas;
- 6-Expedir ofícios aos Promotores de Justiça;
- 7-Atendimento aos Promotores de Justiça;
- 8-Expedir ofícios circulares aos Promotores de Justiça;
- 9-Expedir memorando aos Promotores de Justiça;
- 10-Envio aos Promores de Justiça de Mensagens enviadas pelos Prefeitos Municipais ao TCE de suas prestações de contas.

02 - Atividade de Controle de Execução de Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE

- Ofício nº 06/2011-MPC/TCE, de 19.01.2011 – remessa de 43 (quarenta e três), acórdãos para atualização monetária dos valores e encaminhamento através de ofício às respectivas comarcas em 01.02.2011;
- Ofício nº 35/2011-MPC/TCE, de 03.05.2011 – remessa de 26 (vinte e seis), acórdãos para atualização monetária dos valores e encaminhamento através de ofício às respectivas comarcas em 03.06.2011;
- Ofício nº 37/2011-MPC/TCE, de 26.05.2011 – remessa de 51 (cinquenta e um), acórdãos para atualização monetária dos valores e encaminhamento através de ofício às respectivas comarcas em 20.06.2011;
- Ofício nº 45/2011-MPC/TCE, de 14.06.2011 – remessa de 39 (trinta e nove), acórdãos para atualização monetária dos valores e encaminhamento através de ofício às respectivas comarcas em 13.07.2011;
- Ofício nº 59/2011-MPC/TCE, de 13.07.2011 – remessa de 36 (trinta e seis), acórdãos para atualização monetária dos valores e encaminhamento através de ofício às respectivas comarcas em 01.08.2011;
- Ofício nº 67/2011-MPC/TCE, de 04.08.2011 – remessa de 49 (quarenta e nove), acórdãos para atualização monetária dos valores e encaminhamento através de ofício às respectivas comarcas em 01.09.2011;
- Ofício nº 81/2011-MPC/TCE, de 28.09.2011 – remessa de 133 (cento e trinta

e três), acórdãos para atualização monetária dos valores e encaminhamento através de ofício às respectivas comarcas em 16.11.2011;

- Total Geral de 413 (quatrocentos e treze) acórdãos sendo: 377 (trezentos e setenta e sete) acórdãos recebidos do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e mais 36 (trinta e seis) solicitados para atualização pelos Promotores de Justiça;

Pesquisas e impressões do Diário Oficial das publicações dos acórdãos e das certidões eletrônicas no sítio do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE.

Esses acórdãos foram encaminhados com cópia de modelo de petição inicial de execução forçada de acórdão do TCE aos Promotores de Justiça com atuação na defesa do Patrimônio Público e da probidade administrativa.

03 - Outras atividades:

- a) Análise e emissão no total de 13 (treze) pareceres técnico-contábeis, solicitado pelos Promotores de Justiça;
- b) Atendimento por telefone a Promotores(a) de Justiça;
- c) Expedir ofício;
- d) Expedir Memorando;
- e) Outros serviços inerentes ao setor

ATUAÇÃO DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

▪ Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente

1. Atividades previstas na lei complementar nº013/91.

A lei complementar nº013/91 estabelece seis atividades a serem desempenhadas pelos coordenadores de centro de apoio operacional, as quais se encontram listadas no art.38. Dentre essas, os quatro primeiros incisos fixam expressamente algumas das ações a serem promovidas, estabelecendo nos dois últimos incisos a elaboração deste relatório e uma cláusula aberta para que sejam exercidas outras ações consideradas “*compatíveis com suas finalidades*”. Assim, no campo operacional o CAOP-CAOUMA adotou as seguintes ações institucionais:

1 – “Estimular a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e tenham atribuições comuns”.

Com apoio do Governo do Estado pudemos realizar, em conjunto com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, um seminário de um dia para tratar do Plano Estadual de

Resíduos Sólidos, o qual ocorreu em **05/12/2011**.

O evento contou com a participação de **123** representantes de prefeituras e **55** do Ministério Público (**50 Promotores de Justiça**, 01 representante da Procuradoria, 01 assessor, 01 analista ambiental e 02 servidores).

2 – “Remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade”. A norma prevê que o centro de apoio forneça material técnico-jurídico que subsidie a atuação dos órgãos de execução e também de órgãos ambientais. Essa atividade vem sendo desempenhada através dos seguintes instrumentos: Notas Técnicas; Bancos de Pesquisa; Remessa espontânea de informações e atendimento a consultas. Além do atendimento no dia-a-dia, o CAO-UMA respondeu a **16 (dezesesseis)** solicitações de pesquisa e modelos sobre matéria ambiental, a remessa de informações técnicas de doutrina, legislação e jurisprudência vem sendo feita diretamente na página do Centro de Apoio Operacional com frequência semanal, suprimindo as dificuldades anteriores quanto à abertura de e-mails ou do informativo eletrônico.

Foram elaborados **09 (nove)** pareceres técnicos e **07 (sete)** laudos técnicos atendendo consultas e solicitações de vistorias e perícias. A maioria desses laudos e pareceres foram elaborados para atender Promotorias de Justiça do interior do Estado, inclusive com inspeção *in loco*, o que demonstra a interiorização das atividades do Centro de Apoio e melhor atuação dos Promotores de Meio Ambiente nas Comarcas do interior do Estado do Maranhão.

A página do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente foi atualizada com a inclusão de novos julgados e legislação além da atualização do calendário de pesca e inclusão de outros manuais digitais.

3 – “Estabelecer intercâmbio permanente com órgãos ou entidades públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções”.

O Coordenador do Centro de Apoio Operacional participou de duas reuniões de Coordenadores de Centros de Apoio Operacional, realizadas em Belo Horizonte (**06/04/2011** e **08/04/2011**), durante o “Congresso do Ministério Público de Meio Ambiente da Região Sudeste” e em São Paulo (**03/08/2011**), durante o “XI Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente”.

Realizamos reuniões técnicas com Promotores de Justiça e técnicos do Centro de Apoio Operacional com as equipes que elaboraram o EIA/RIMA da UTE Parnaíba 2 (**20/05/2011**) e do EIA/RIMA do projeto de Diques da Baixada (**11/07/2011**).

que contou com a presença dos Promotores de Justiça da Baixada Maranhense. O serviço de comunicação de licenças ambientais aos Promotores de Justiça remeteu **826 (oitocentas e vinte e seis)** comunicações de licenças ambientais aos Promotores de Justiça de todo o Estado do Maranhão. O canal de consultas e denúncias encaminhou **44 (quarenta e quatro)** denúncias de infrações ambientais aos membros do Ministério Público.

2 – Atividades previstas no Termo de Referência de Política Institucional e no Plano Estratégico.

Tendo em vista a elaboração de novo Planejamento Estratégico para o Ministério Público, a atividades do Centro de Apoio Operacional se concentraram na participação de sua elaboração (**03 e 04 de maio de 2011**), a qual gerou dois projetos cuja implementação deverá ocorrer a partir do ano de 2012.

▪ Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência (CAOP/IJ)

Durante o ano de 2011, o Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência (CAOP/IJ) desenvolveu e participou das seguintes atividades:

Realização de eventos formativos e de mobilização, promovidos pelo CAOp/IJ, sobre os direitos de crianças e adolescentes para promotores de Justiça com atuação na infância e juventude, demais servidores do Ministério Público e com a participação de organizações do Sistema de Garantia de Direitos.

- 1. Apoio às Promotorias na formação e eleição dos Conselhos Tutelares**, nos municípios de Cantanhede (março/junho), Brejo (abril), Chapadinha (agosto), Paraibano (fevereiro) e Nina Rodrigues (março).
- 2. Palestra sobre “Perícia Psicológica”**, no município de Pedreiras, no dia 06 de março/2011, proferida pela psicóloga Mary Adler Ewerton (CAOp/IJ).

Mesa de Diálogo “O manejo legal e psicológico dos processos de violência contra a criança e o adolescente”, no dia 25 de março/2011, na Sala do Colégio de Procuradores, Procuradoria Geral de Justiça. Com o objetivo central de contribuir com o trabalho dos promotores, abrindo um espaço de diálogo para discutir as

dificuldades encontradas nas ações que visam proteger a infância e juventude. Ao mesmo tempo consistiu numa busca de alternativas que garantam um procedimento mais adequado na proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente. O evento contou com a participação da coordenadora do CAOp-IJ, Márcia Moura Maia, dos promotores Washington Luís Maciel Cantanhede e Márcio Thadeu Silva Marques e com as psicólogas Camila Campos Silva (Centro de Perícia da DPCA) e Mary Adler Ewerton (CAOp/IJ) que proferiram as palestras. Vários promotores de Justiça do MPMA compareceram ao evento. O procurador-geral de Justiça em exercício, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, representou a administração superior.

3. **Seminário sobre Bullying**, no município de Estreito, nos dias 29 e 30 de março/2011, proferido pela psicóloga Mary Adler Ewerton (CAOp/IJ).

4. **Oficinas sobre “Monitoramento e incidência no orçamento criança e adolescente”**, realizadas pelos Centros de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp-IJ) e de Defesa do Patrimônio Público e Probidade Administrativa (CAOp-Proad), em parceria com a Oficina de Imagens e Fundação Vale. As oficinas tiveram o objetivo de propor formas de acompanhamento da elaboração da Lei Orçamentária dos municípios, visando garantir prioridade na destinação de recursos para a área da infância e juventude, conforme determina a Constituição Federal e a Recomendação nº 001/2010. Os momentos foram realizados nos dias 07 e 08 de abril e 05 e 06 de maio, em São Luís, 26 e 27 de maio, em Imperatriz, reunindo os promotores de Justiça com atribuição nas áreas da infância e juventude e da probidade administrativa de diversas Comarcas.

5. **Planejamento Estratégico 2012 – 2016**, participação em reuniões para alinhamento e definição das prioridades institucionais para o planejamento estratégico e em Audiência pública realizada em São Luís, com a participação de representantes governamentais e da sociedade civil.

6. **Seminário sobre Violência Sexual**, no município de Estreito, nos dias 11 e 12 de maio, proferido pela psicóloga Mary Adler Ewerton (CAOp/IJ).

7. **Lançamento da Campanha de Combate à Violência Sexual**,

no dia 13 de maio, uma iniciativa do Ministério Público do Maranhão em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-MA). Na preparação da campanha foram mobilizadas diversas parcerias que viabilizaram recursos, possibilitando maior disseminação. A Ilha de Idéias, agência experimental de publicidade e propaganda da Faculdade São Luís, produziu sem oneração as peças publicitárias da campanha (cartazes, outdoors, camisas, spot, etc) que foram apresentadas durante o evento pelos estudantes Wendel Abrantes e Thainá Vieira. A abertura do evento foi realizada pela procuradora-geral de Justiça, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, que parabenizou o trabalho do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (CAOp-IJ) pelo engajamento e mobilização social em prol a causa. Durante o evento a coordenadora do CAOp-IJ, promotora de Justiça Márcia Moura Maia, ressaltou a importância da campanha e destacou o envolvimento dos servidores do CAOp-IJ e de demais setores do Ministério Público, além das parcerias efetivadas com órgãos públicos e a iniciativa privada.

8. **Palestras sobre Violência Sexual**, objetivando sensibilizar e preparar a programação da Semana Estadual de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, além de apresentar as peças publicitárias que foram distribuídas para as Comarcas realizarem suas ações em prol a Campanha do 18 de Maio. As palestras aconteceram no auditório da Procuradoria Geral de Justiça e na sala de reuniões da sede provisória das Promotorias de Justiça da Capital, nos dias 13 e 16 de maio, ministradas pelo promotor de Justiça Márcio Thadeu Silva Marques e pela psicóloga Mary Lúcia Adler Ewrton (CAOp/IJ).

9. **Encontro da Associação de Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares do Estado do Maranhão (ACECTMA)**, o Ministério Público do Maranhão através do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude – CAOp-IJ, apoiou o evento realizado de 12 a 14 de maio, que reuniu cerca de 230 participantes. A coordenadora do CAOp/IJ, promotora Márcia Moura Maia, proferiu a palestra “O papel do Conselho Tutelar na fiscalização do orçamento criança”. A articulação dos promotores de Justiça com os gestores municipais de diversas comarcas foi fundamental para garantir a liberação e o custeio da viagem dos conselheiros tutelares para o evento em São Luís.

10. **Audiência Pública na Assembleia Legislativa em favor aos direitos de Crianças e Adolescentes, realizada no dia 17 de maio**, como parte integrantes da programação da “Semana de Combate à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes”, debateu sobre a prestação de Atendimento Qualificado às vítimas da Violência Sexual e também enfocou a discussão sobre o sistema de notificação compulsória dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Participaram da audiência adolescentes e jovens do Comitê Juvenil e representantes do Poder Legislativo, Judiciário e Executivo, assim como, Conselheiros Tutelares e Sociedade Civil.

11. **Mesa de Diálogos sobre o "O manejo dos processos legais e psicológico da violência sexual perpetrada contra crianças e adolescentes"**, promovida pelo (CAOp/IJ), no dia 17 de maio, na sala do Colégio de Procuradores, na Procuradoria Geral de Justiça, para promotores de Justiça com atuação na infância e juventude e servidores do Ministério Público. A segunda Mesa de Diálogo efetivada no decorrer do ano, deu prosseguimento as ações desenvolvidas pelo CAOp/IJ na semana de enfrentamento e combate a violência sexual contra crianças e adolescentes, objetivando contribuir com o trabalho dos promotores e abrir espaço de discussão sobre as dificuldades encontradas para garantir a doutrina da proteção integral à infância e juventude.

Campanha “Violência Sexual, Dê um Basta”, lançamento estadual da campanha, realizado no dia 18 de maio, com o envolvimento do Ministério Público em diversas ações de sensibilização e mobilização social, que aconteceram entre o período de 13 de maio a 11 de agosto, nos municípios de São Luís, Santa Inês, Morros, Icatu, Buriti, Alto Parnaíba, Tasso Fragosso, Rosário, Magalhães de Almeida, Bacabal, Pedreiras e Trizidela do Vale. A Campanha visou conscientizar a população sobre o combate a violência sexual contra crianças e adolescentes, além de estimular a população a denunciar os casos aos Conselhos Tutelares e às Promotorias de Justiça, ou ligar para o “Disque 100”. O CAOp/IJ apoiou as promotorias, fornecendo subsídios e distribuído o material da campanha para a realização das ações municipais, que envolveram milhares de pessoas, em especial a participação de crianças e adolescentes.

12. **Palestra “O promotor de justiça e a necessidade de**

afastamento da família”, proferida no dia 07 de junho, pela psicóloga Mary Adler Ewrton (CAOp/IJ) na Escola Superior do Ministério Público, para promotores de Justiça.

13. **Mobilização de recursos**, além da produção das peças publicitárias para a Campanha contra a violência sexual de crianças e adolescentes, o CAOp/IJ recebeu a doação de 1000 camisas da empresa Ultragaz, com a arte da campanha e a frase “*Violência Sexual, Dê um Basta! Faça Bonito Disque 100*”. As camisas foram entregues ao diretor da Procuradoria Geral de Justiça, o promotor Pedro Lino e a coordenadora do CAOP/IJ, promotora Márcia Moura Maia, no dia 27 de junho, por representantes da empresa.

14. **Reunião Nacional dos Centros de Apoio Operacional da Infância e Juventude**, julho em Brasília.

15. **Seminário sobre Justiça Restaurativa**, realizado no dia 05 de agosto, pelo Ministério Público em parceria com a Defensoria Pública, Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), Fondation Terre des hommes (Tdh), Associação dos Magistrados do Maranhão e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Luís, instituições integrantes da Rede Maranhense de Justiça Juvenil e do Grupo de Trabalho sobre Justiça Restaurativa. A coordenadora do CAOp/IJ, promotora Márcia Moura Maia, proferiu a palestra de abertura e coordenou as atividades, que aconteceram na Escola Superior do Ministério Público e reuniu promotores de Justiça, juízes, delegados, conselheiros tutelares e gestores municipais da área de Assistência Social de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Imperatriz, Açailândia, Raposa, Buriti Bravo, Cedral e Porto Franco. O evento teve como finalidade estimular a adoção da proposta de Justiça Juvenil Restaurativa para atendimento ao adolescente em conflito com a lei e a promoção da cultura de paz, sendo o primeiro momento de um processo formativo promovido pelo Gt de Justiça Restaurativa, para os municípios dispostos a implantar as práticas restaurativas no atendimento socioeducativo em meio aberto.

16. **Apresentação do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ) aos novos promotores de Justiça**, em reunião no dia 13

de setembro, a coordenadora do CAOP/IJ, promotora Márcia Moura Maia, apresentou o trabalho desenvolvido pelo centro, que efetiva um papel de articulador com outras instituições e de mobilização social através de campanhas, e ainda ressaltou, a importância de um trabalho articulado entre as promotorias com os Conselhos Tutelares e demais organizações do Sistema de Garantia de Direitos.

17. **Curso Justiça Restaurativa**, no período de 12 a 16 de setembro, segundo momento formativo realizado para os municípios que aderiram à proposta de implantar as práticas restaurativas como alternativa complementar ao atendimento socioeducativo destinado aos adolescentes em conflito com a lei. O curso aconteceu na Escola Superior do Ministério Público, contou com a participação de 40 profissionais que atuarão como facilitadores de práticas restaurativas nos municípios e instituições.

18. **Reuniões a com Mineradora Vale, Fundação Vale e a ONG Oficina de Imagens**, para discutir a questão do embarque clandestino de crianças e adolescentes, além de ações preventivas em defesa da infância e adolescência na área de expansão da Ferrovia Norte-Sul, que envolve nove municípios maranhenses. Participaram das reuniões a procuradora-geral de Justiça, Maria de Fátima Rodrigues Tavares Cordeiro, a coordenadora do CAOP-IJ, promotora Márcia Moura Maia, os promotores de Justiça Emmanuella S. de Barros Bello Peixoto (Açailândia), Fabíola Fernandes Faheína Ferreira (Santa Luzia), Maria Cristina Lima Lobato Murillo (Anajatuba) e Márcio Thadeu Silva Marques (1ª Promotoria Especializada da Infância e Juventude) e representantes da diretoria da Vale, da Fundação Vale e da Oficina de Imagens. A Fundação Vale pretende fazer um Plano de Ação para minimizar os problemas discutidos.

19. **Audiência pública sobre Unidade de Medida Socioeducativa de Internação em Imperatriz**, realizada no dia 24 de outubro, reuniu diversos representantes do Sistema de Garantia de Direitos, entre conselheiros tutelares, gestores, deputados, profissionais e representantes da sociedade civil, para discutir sobre a construção da Unidade de Medida Socioeducativa de Internação para adolescentes no município e o risco de devolução dos recursos federais destinados para concretude do projeto.

20. **Práticas Restaurativas em foco na Estação Ministério Público**, no dia 16 de novembro, a coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp-IJ), promotora Márcia Moura Maia, e o diretor do Instituto Latino Americano de Práticas Restaurativas (ILPR), Jean Schmitz, falaram sobre a aplicação das práticas restaurativas na Justiça brasileira e como o Ministério Público tem contribuído no assunto, enfatizando a atuação da Rede Maranhense de Justiça Juvenil para disseminar a metodologia como forma complementar a Justiça tradicional, em especial no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei.

21. **Audiência Pública Educação e Direitos Humanos**, realizada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, no dia 29 de novembro, em parceria com Ministério Público, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Cidadania e com a Federação Maranhense dos Municípios. O encontro teve o objetivo de discutir e captar subsídios para elaboração dos parâmetros educacionais do CNE, participaram educadores de São Luis, São José de Ribamar e Açailândia, além de representantes de órgãos públicos estaduais, municipais e organizações que lutam pelos Direitos Humanos.

Participação do CAOp/IJ em eventos desenvolvidos por organizações do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente:

Seminário de Monitoramento dos projetos apoiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e Lançamento do Manual Para Utilização dos Recursos do FMDCA, realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Luís (CMDCA-SL), no Teatro Alcione Nazaré, no dia 11 de fevereiro/2011. O manual é um documento nortear para organizações que concorrem aos recursos do fundo.

22. **Reunião do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil**, em Brasília/DF, nos dias 22 e 23 de fevereiro/2011, com o lançamento da Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Infante-Juvenil.

Projeto Vira Vida, participação em reunião, dia 31 de março/2011, sobre o projeto busca promover a elevação da auto-estima e da escolaridade de adolescentes e jovens. Desenvolvido pelo Conselho Nacional do SESI e implantado no Maranhão em parceria com Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA).

23. **Seminário Nacional sobre Direitos de Crianças e Adolescentes**, realizado em Belo Horizonte, pela organização não governamental Novas Alianças, em parceria com a Oficina de Imagens e a Fundação Vale.

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, participa sistemática dos seguintes Comitês, Redes Focais e Grupos de Trabalho:

Comitê de Monitoramento da Violência Sexual, do qual o CAOp/IJ é integrante e tem por finalidade monitorar as ações do Plano Estadual de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, é articulado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão (CEDCA-MA) e conta com a participação de organizações governamentais e não-governamentais.

Rede Estadual da Primeira Infância; realiza reuniões mensais, é formada por um conjunto de instituições da sociedade civil e poder público, atuantes na promoção e defesa dos direitos da primeira infância no Maranhão. A rede estadual integra um movimento nacional que tem como missão fomentar a elaboração, o aprimoramento e a integração das políticas nacionais para as crianças até os 6 anos de idade, monitorando e avaliando sua implementação; além de consolidar e disseminar conhecimento e informações sobre as temáticas dessa faixa etária e organizar ações de mobilização social e política visando à defesa e promoção de seus direitos.

Rede Maranhense de Justiça Juvenil e no Grupo de Trabalho de Justiça Juvenil Restaurativa, composta pelo Ministério Público e por mais 19 organizações governamentais e não governamentais, desde 2009. Tem como objetivo ampliar e qualificar a municipalização das medidas socioeducativas em

meio aberto, o desenvolvimento de práticas restaurativas e a implementação de políticas públicas voltadas a adolescentes em conflito com a lei. A dinâmica de funcionamento é através de plenárias mensais e dos grupos de trabalho específicos para aprofundar os debates e operacionalizar as deliberações. O CAOp/IJ integra o Gt. sobre Justiça Restaurativa que desenvolve diversas ações para difundir o paradigma restaurativo no sistema de justiça e de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

▪ **Centro de Apoio Operacional da Probidade Administrativa(CAOp/ProAd)**

01 - Atividade de fiscalização de convênios firmados pela Administração Pública

1º Bimestre / 2011

<u>Jan / Fev</u>	<u>Qtde.</u>
Convênios requisitados	18
Convênios enviados para os Promotores	34

2º Bimestre / 2011

<u>Mar / Abr</u>	<u>Qtde.</u>
Convênios requisitados	108
Convênios enviados para os Promotores	164

3º Bimestre / 2011

<u>Mai / Jun</u>	<u>Qtde.</u>
Convênios requisitados	87
Convênios enviados para os Promotores	50

4º Bimestre / 2011

<u>Jul / Ago</u>	<u>Qtde.</u>
Convênios requisitados	63
Convênios enviados para os Promotores	92

5º Bimestre / 2011

<u>Set / Out</u>	<u>Qtde.</u>
Convênios requisitados	118
Convênios enviados para os Promotores	14

6º Bimestre / 2011

<u>Nov / Dez</u>	<u>Qtde.</u>
Convênios requisitados	21
Convênios enviados para os Promotores	318

02 - Atividade de Controle de Execução de Acórdãos do Tribunal de Contas TCE

- Cálculo de Atualização Monetária dos valores dos acórdãos (inicial da execução)..... 377
- Acórdãos encaminhados aos Promotores de Justiça (janeiro a Dezembro)..... 377
- Atualização monetária dos acórdãos no curso e ao final das execuções..... 36

03 - Outras atividades:

- Ofícios expedidos 671
- Ofícios recebidos 169
- Ofícios circulares expedidos 05
- Memorandos expedidos 20
- Atendimento a Promotores de Justiça..... 151
- Pareceres Técnico-contábeis..... 13
- Reunião com Promotores de Justiça onde redigiram Carta de recomendação
- Coordenadora integrante da Rede de Controle do TCU
- Procedimento Administrativo – Loreto – MA
- Projeto Combate à corrupção ofício nº 637/2011
- Esforço com êxito contra Banco do Brasil S/A extratos bancários gestores públicos
- Publicação artigo jornal quebra de sigilo Bancário

▪ **Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania**

Como órgão auxiliar que foi criado pela Resolução nº. 03/2006 do Colégio de Procuradores, o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania – CAOP/DHC-, possui como diretriz o auxílio aos órgãos de execução nas matérias de direitos fundamentais não alcançadas pelos demais Centros de Apoio.

O serviço prestado pelo CAOP/DHC consolida a atuação do Ministério Público no combate a toda e qualquer espécie de violação aos direitos humanos aviltado contra a sociedade.

No decorrer do ano de 2011 foram realizadas as seguintes atividades pelo **CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**, como descritas abaixo:

Co-coordenação das ações integradas decorrentes dos convênios, protocolos de intenções e acordos institucionais referentes à área de direitos humanos;

Acompanhamento processual de ações nas comarcas e no Tribunal de Justiça quanto à sua área de atuação;

Apoio aos órgãos de execução quanto às atividades relativas ao direito material e processual referente às atribuições cíveis e criminais concernentes à tortura, relações raciais; ciganos, quilombolas; idosos; apoio às vítimas de violência e defesa do controle social do uso dos meios de comunicação em atenção à dignidade da pessoa humana. Esta atividade se deu com o recebimento de denúncias de abuso dos direitos humanos que foram devidamente encaminhadas aos órgãos competentes e posteriormente acompanhadas nas suas respectivas atuações.

Em números as atividades desenvolvidas pelo CAOP/DHC são os seguintes:

Ofícios expedidos:	43
Ofícios recebidos:	75
Memorandos expedidos:	06
Ciência e acompanhamento de abertura de Procedimento Investigatório:	23
Ciência e acompanhamento de Procedimentos Administrativos:	07
Ciência e acompanhamento de Procedimentos Preparatórios:	45
Ciência e acompanhamento de Ação Civil Pública:	05

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Realizou as seguintes atividades :

I - CURSOS DE PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DESTINADO AO INGRESSO E VITALICIAMENTO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO (*Etapas de Ingresso*):

1) III Curso de Preparação e Aperfeiçoamento (Etapa de Ingresso)

– Realizado no período de 04 a 22 de fevereiro de 2011, o Curso teve por objetivo preparar para o exercício do cargo de Promotor de Justiça 03 (três) recém-empossados membros do Ministério Público. Contou com carga horária de 87 (oitenta e sete) horas-aula, ministradas diariamente em regime integral, ocasião em que foram oferecidas as disciplinas constantes do Programa do Curso, anexo (doc. 01), em observância ao determinado pelo Ato Regulamentar Conjunto nº 002/2009-GPGJ/CGMP, que regulamenta o referido Curso.

2) IV Curso de Preparação e Aperfeiçoamento (Etapa de Ingresso)

– Realizado no período de 18 de março a 04 de abril de 2011, o Curso teve por objetivo preparar para o exercício do cargo de Promotor de Justiça 08 (oito) recém-empossados membros do Ministério Público. Contou com carga horária de 76 (setenta e seis) horas-aula, ministradas diariamente em regime integral, ocasião em que foram oferecidas as disciplinas constantes do Programa do Curso, anexo (doc. 02), em observância ao determinado pelo Ato Regulamentar Conjunto nº 002/2009-GPGJ/CGMP, que regulamenta o referido Curso.

3) V Curso de Preparação e Aperfeiçoamento (Etapa de Ingresso)

– Realizado no período de 24 de maio a 10 de junho de 2011, o Curso teve por objetivo preparar para o exercício do cargo de Promotor de Justiça 04 (quatro) recém-empossados membros do Ministério Público. Contou com carga horária de 99 (noventa e nove) horas-aula, ministradas diariamente em regime integral, ocasião em que foram oferecidas as disciplinas constantes do Programa do Curso, anexo (doc. 03), em observância ao determinado pelo Ato Regulamentar Conjunto nº 002/2009-GPGJ/CGMP, que regulamenta o referido Curso.

4) VI Curso de Preparação e Aperfeiçoamento (Etapa de Ingresso) – Realizado no período de 18 de julho a 08 de agosto de 2011, o Curso teve por objetivo preparar para o exercício do cargo de Promotor de Justiça 02 (dois) recém-empossados membros do Ministério Público. Contou com carga horária de 74 (setenta e quatro) horas-aula, ministradas diariamente em regime integral, ocasião em que foram oferecidas as disciplinas constantes do Programa do Curso, anexo (doc. 04), em observância ao determinado pelo Ato Regulamentar Conjunto nº 002/2009-GPGJ/CGMP, que regulamenta o referido Curso.

5) VII Curso de Preparação e Aperfeiçoamento (Etapa de Ingresso) – Realizado no período de 05 a 30 de setembro de 2011, o Curso teve por objetivo preparar para o exercício do cargo de Promotor de Justiça 08 (oito) recém-empossados membros do Ministério Público. Contou com carga horária de 68 (sessenta e oito) horas-aula, ministradas diariamente em regime integral, ocasião em que foram oferecidas as disciplinas constantes do Programa do Curso, anexo (doc. 05), em observância ao determinado pelo Ato Regulamentar Conjunto nº 002/2009-GPGJ/CGMP, que regulamenta o referido Curso.

II - CURSOS DE PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DESTINADO AO INGRESSO E VITALICIAMENTO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO (*Etapa de Vitaliciamento*) E DE CAPACITAÇÃO PARA OS DEMAIS MEMBROS E SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

1) Palestra sobre os “OS DIREITOS HUMANOS NA PÓS-MODERNIDADE”

Realizada no dia 21 de fevereiro de 2011, a Palestra fez parte da etapa de vitaliciamento do Curso de Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público, em observância ao determinado pelo Ato Regulamentar Conjunto nº 002/2009-GPGJ/CGMP, que regulamenta o referido Curso, tendo sido aberta a participação de todos os demais membros e servidores do Ministério Público. A finalidade específica da palestra oferecida foi apresentar uma contextualização dos direitos humanos para que se possa definir o papel que os operadores do Direito devem desempenhar para promover e proteger os direitos humanos, através do conhecimento de sua origem, situação, âmbito e finalidade. Contou com a participação do Dr. Aguires Magide, jurista espanhol,

catedrático da Universidade de Salamanca e do Dr. Sérgio Victor Tamer, Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária do Estado do Maranhão. Teve carga horária de 04 (quatro) horas-aula, conforme programação do curso, anexa (doc. 06).

2) Curso sobre “CRIME ORGANIZADO”

Realizado no dia 22 de fevereiro de 2011, o Curso fez parte da etapa de vitaliciamento do Curso de Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público, em observância ao determinado pelo Ato Regulamentar Conjunto nº 002/2009-GPGJ/CGMP, que regulamenta o referido Curso, tendo sido aberta a participação de todos os demais membros e servidores do Ministério Público. A finalidade específica do Curso foi oferecer aos participantes uma perspectiva criminológica do Crime Organizado, fomentando discussão acerca de sua natureza, finalidade e características. Foi ministrado pela Dra. Ana Luíza Almeida Ferro, Promotora de Justiça, Mestre e Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Teve carga horária de 05 (cinco) horas-aula, conforme programação do curso, anexa (doc. 07).

3) Curso de “*MEDIA TRAINING*”

Realizado no dia 1º de abril de 2011, o Curso fez parte da etapa de vitaliciamento do Curso de Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público, tendo sido aberta a participação de todos os demais membros e servidores do Ministério Público. A finalidade específica do Curso foi capacitar o membro do Ministério Público para ter uma postura pró-ativa no trato com os meios de comunicação de massa, através da abordagem de técnicas para trabalhar as informações e construir mensagens e contra-mensagens a serem repassadas ao público por meio da imprensa, bem como fomentar a discussão sobre o papel dos Promotores de Justiça como representantes institucionais, para que compreendam suas responsabilidades na construção da imagem da Instituição. Foi ministrado pelas jornalistas Juliana Silveira e Rafaela Marques e pela fonoaudióloga Glenda Santiago. O Curso teve carga horária 08 (oito) horas-aula,

conforme consta da programação anexa (doc. 08).

4) Curso de “PORTUGUÊS JURÍDICO”

Realizado nos dias 14 e 15 de abril de 2011. A finalidade específica do Curso de Português Jurídico foi suprir a indiscutível necessidade que os servidores do Ministério Público do Maranhão tem de produzir e interpretar corretamente textos em geral, especialmente os das áreas jurídica e administrativa, considerando as atividades do Ministério Público. Analistas Ministeriais, Assessores do Procurador-Geral, Assessores dos Procuradores e dos Promotores de Justiça necessitam diariamente de uma linguagem, de um vocabulário técnico-jurídico apropriado às suas manifestações. Outros servidores também desempenham tarefas que demandam tal conhecimento. Foi ministrado pelo Dr. José Mário Cutrim Ewerton, servidor do Ministério Público, com ampla experiência em cursos de Português Jurídico, já tendo ministrado, com muito sucesso, cursos similares nesta Escola e na Ampem, nos quais se registraram a excelência do seu desempenho. Teve carga horária de 16 (dezesseis) horas-aula, conforme programação do curso, anexa (doc. 09).

5) Seminário sobre “A EXPANSÃO DO DIREITO PENAL: AS CRIMINALIDADES ECONÔMICA E FISCAL”

Realizado no dia 22 de julho de 2011, o Seminário fez parte da etapa de vitaliciamento do Curso de Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público, em observância ao determinado pelo Ato Regulamentar Conjunto nº 002/2009-GPGJ/CGMP, que regulamenta o referido Curso, tendo sido aberta a participação de todos os demais membros e servidores do Ministério Público. A finalidade específica do Curso foi oferecer aos participantes um aprofundamento nas questões jurídicas e metajurídicas que envolvem os crimes econômicos e fiscais, especialmente sob o prisma de órgãos especializados na matéria, como da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC), do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e da Controladoria Geral de União (CGU), cuja contribuição garantiu um enriquecedor diálogo sobre os temas abordados. O painel sobre a “Criminalidade Econômica” foi ministrado pelo Dr. Marcos José de Moraes Affonso Júnior, Superintendente Estadual de Investigações Criminais e pelos Drs. Augusto Barros, André Luis Gossain e Breno Galdino, Delegados de Polícia Civil do Maranhão. O painel referente à “Criminalidade

Econômica” foi ministrado pelo Dr. José de Ribamar Caldas Furtado, Conselheiro do Tribunal de Contas da União, pelo Dr. Wellington Resende Silva, Analista de Finanças e Controle da Controladoria Geral de União e pelo Dr. Cleopas Isaías Santos, Delegado de Polícia Civil. Teve carga horária de 08 (cinco) horas-aula, conforme programação do curso, anexa (doc. 10).

6) Oficina com o tema “O MINISTÉRIO PÚBLICO E A PROBLEMÁTICA DA POLUIÇÃO SONORA – ASPECTOS PRÁTICOS”

Realizado no dia 23 de julho de 2011, a Oficina fez parte da etapa de vitaliciamento do Curso de Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público, tendo sido aberta a participação de todos os demais membros e servidores do Ministério Público. A finalidade específica do Curso foi capacitar os participantes para atuar no combate à poluição sonora, que, por caracterizar fenômeno contribuinte à degradação da qualidade de vida, tem nítidos reflexos no meio ambiente. Foi ministrado pelo Dr. Luis Fernando Cabral Barreto Junior, Promotor de Justiça, Coordenador do Centro Operacional do Meio Ambiente. Teve carga horária de 03 (três) horas-aula, conforme programação do curso, anexa (doc. 11).

7) Cursos sobre os temas “PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL” e “POLÍTICA CRIMINAL”

Realizado no dia 26 de agosto de 2011, o Curso fez parte da etapa de vitaliciamento do Curso de Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público, tendo sido aberta a participação de todos os demais membros e servidores do Ministério Público. A finalidade específica do Curso foi capacitar os participantes na consolidação tanto da compreensão teórica como da experiência profissional, buscando a formação de um conhecimento aplicado sobre os temas relativos às Ciências Criminais. Foram ministrados pela Dr. Lúcia Cristiana Silva Chagas e pelo Dr. Cláudio Alberto Gabriel Guimarães, Promotores de Justiça do Estado do Maranhão. Teve carga horária de 04 (quatro) horas-aula, conforme programação do curso, anexa (doc. 12).

8) Cursos sobre os temas “CRIMINOLOGIA. O CRIMINOSO DE COLARINHO BRANCO SOB A PERSPECTIVA CRIMINOLÓGICA” E “PSICOLOGIA JURÍDICA: UMA NOVA FERRAMENTA AO ALCANCE DO PROMOTOR DE JUSTIÇA”

Realizado no dia 22 de setembro de 2011, o Curso fez parte da etapa de vitaliciamento do Curso de Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público, tendo sido aberta a participação de todos os demais membros e servidores do Ministério Público. A finalidade específica do Curso foi apontar novas ferramentas a serem incorporadas à atividade profissional do membro do Ministério Público, propiciando a construções de novos referenciais teóricos a serem utilizados no cotidiano dos Promotores de Justiça quando da atuação como integrantes do sistema de justiça criminal. Foram ministrados pela Dra. Ana Luiza Almeida Ferro, Promotora de Justiça no Estado do Maranhão e pelo Dr. Jorge Trindade, membro do Ministério Público aposentado. Teve carga horária de 08 (oito) horas-aula, conforme programação do curso, anexa (doc. 13).

9) Curso sobre “AUDIÊNCIAS JUDICIAIS, EXTRAJUDICIAIS E TÉCNICAS DE ENTREVISTA E INTERROGATÓRIO. LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. QUESTÕES CONTROVERTIDAS. NOVAS TECNOLOGIAS”

Realizado no dia 21 de outubro de 2011, o Curso fez parte da etapa de vitaliciamento do Curso de Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público, tendo sido aberta a participação de todos os demais membros e servidores do Ministério Público. A finalidade específica do Curso foi propiciar subsídios teóricos e práticos para a atuação do Promotor de Justiça nas audiências, entrevistas e interrogatórios. Foi ministrado pela Dra. Lúcia Cristiana Silva Chagas, Promotora de Justiça, atualmente exercendo a função de Assessora-Chefe da Procuradoria Geral de Justiça. Teve carga horária de 02 (duas) horas-aula, conforme programação do curso, anexa (doc. 14).

10) Palestre sobre “ÉTICA. CIDADANIA. DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS NO MUNDO GLOBALIZADO”

Realizado no dia 04 de novembro de 2011, sob o formato de palestra, o Curso fez parte da etapa de vitaliciamento do Curso de Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público, tendo sido aberta a participação de todos os demais membros e servidores do Ministério Público. A finalidade específica do Curso foi apresentar uma contextualização dos direitos humanos capaz de fornecer novas ferramentas para que se possa definir o papel que os operadores do Direito devem desempenhar para promover e proteger os direitos humanos, através do conhecimento de sua origem, situação, âmbito e finalidade. Foi ministrada pelo Dr. Agostinho Ramalho Marques Neto, Doutor em Filosofia Política pela Universidade Estadual de Campinas. Teve carga horária de 03 (três) horas-aula, conforme programação do curso, anexa (doc. 15).

III – CONGRESSO ORGANIZADO PELA ESMP/MA

1. III CONGRESSO ESTADUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO: “TUTELA COLETIVA DE DIREITOS: DESAFIOS DE SUA EFETIVIDADE” .

Realizado nos dias 14, 15 e 16 de dezembro de 2011, reuniu juristas renomados para debater e propor alternativas relacionada à efetividade da tutela coletiva, objetivando que as intervenções do Ministério Público na tutela coletivas sejam cada vez mais efetivas.

IV – PÓS-GRADUAÇÃO PROMOVIDA PELA ESMP/MA

1. PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E GESTÃO FISCAL

O primeiro Curso de pós-graduação desta Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, autorizada pela Resolução nº 232/2005 do Conselho Estadual de Educação, teve início no dia 13 de março de 2006 e foi encerrado no dia 14 de dezembro de 2011, com a entrega dos certificados aos seguintes Promotores de Justiça: Carlos Augusto Soares, Fábio Henrique Meirelles Mendes, Fernando Antonio Berniz Aragão, Flávia Valéria Nava Silva, Henrique Helder de Lima Pinho, Herlane Maria F. De Carvalho, Ilma de Paiva Pereira, José das Chagas Leitão Júnior, José Márcia Maia Alves, Márcio Thadeu Silva Marques, Marco Antonio Santos Amorim, Marco Aurélio Ramos Fonseca, Pedro Lino Silva Curvelo, Reinaldo Campos Castro Júnior, Sandro Carvalho Lobato de Carvalho e Vicente Gildásio Leite. O Ministério Público do Maranhão, portanto, já conta com sua primeira turma de pós-graduação diplomada pela Escola Superior do Ministério Público.

2. PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS

Conforme descrito no Relatório/2010, no mês de dezembro/2010 o Conselho Estadual de Educação expediu autorização para que esta Escola desse início ao Curso de Pós-graduação em Ciências Criminais, após requerimento feito na gestão desta Diretora. Nesse sentido, para dar início ao novo Curso de Pós-Graduação desta Escola, foi expedido o Edital nº 001/2011 desta Escola, anexo (doc. 17), com resultado publicado através do Edital nº 002/2011, anexo (doc. 18). Foi, ainda, publicado o Edital nº 003/2011, anexo (doc. 19), com abertura de inscrições para as vagas não preenchidas, cujo resultado foi publicado através do Edital nº 004/2011, anexo (doc. 20). As aulas tiveram início no dia 12 de maio de 2011 e até o mês de dezembro/2011 foram oferecidos 07 (sete) módulos do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais, com aulas ministradas por juristas renomados, conforme programação anexa (doc. 21).

V - PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO EXTRACURRICULAR PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO

Realizado no dia 19 de maio de 2011, na Faculdade Fama, foi organizado pela Coordenadoria de Recursos Humanos da Procuradoria Geral de Justiça e por esta Escola, sendo a Comissão de Concurso presidida pela Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira, Promotora de Justiça e Assessora desta Escola, e teve por objetivo selecionar estagiário dos cursos de Direito, Administração, Biblioteconomia, Turismo e Psicologia para o Ministério Público.

VI – PARTICIPAÇÕES EM REUNIÕES DO COLÉGIO DE DIRETORES DE ESCOLAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CDEMP)

1) 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDEMP (Maceió/AL)

Realizada nos dias 14 e 15 de abril de 2011, a Escola Superior do Ministério Público do Maranhão esteve representada por sua Assessora Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira.

2) 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDEMP (João Pessoa/PB)

Realizada nos dias 09 e 10 de junho de 2011, a Escola Superior do Ministério Público do Maranhão esteve representada por sua Diretora, Dra. Lena Cláudia Ripardo Pauxis.

3) 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDEMP (Vila Velha/ES)

Realizada nos dias 18 e 19 de agosto de 2011, a Escola Superior do Ministério Público do Maranhão esteve representada por sua Diretora, Dra. Lena Cláudia Ripardo Pauxis.

4) 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CDEMP (Belém/PA)

Realizada nos dias 24 e 25 de novembro de 2011, a Escola Superior do Ministério Público do Maranhão esteve representada por sua Diretora, Dra. Lena Cláudia Ripardo Pauxis e pela Assessora da Escola Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira.

VII – PUBLICAÇÕES

No dia 14 de dezembro de 2011, foi lançada a primeira revista do curso de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão.

SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

▪ Do Planejamento Estratégico 2012/2016

Desde o início de 2011, o Ministério Público do Estado do Maranhão trabalhou na construção de seu planejamento estratégico para o período de 2012 a 2016, que tem como temática a busca por um Ministério Público mais resolutivo e mais próximo do cidadão. A primeira etapa do trabalho foi um evento realizado nos dias 3 e 4 de maio, que reuniu cerca de 400 servidores, promotores(as) e procuradores(as) de Justiça que, juntos, puderam discutir a realidade da instituição.

Utilizando a metodologia denominada Future Search, o evento foi denominado de Alinhamento Estratégico, pois as etapas seguintes do trabalho aconteceriam a partir das discussões e direcionamentos apontados nesse primeiro momento. A metodologia aplicada durante os dois dias contou com palestras, dinâmicas de grupo, troca de idéias e exposição de sugestões, levou os participantes a discutirem os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças à instituição, além de projetar o Ministério Público que esperam para o futuro.

Tudo o que foi discutido e o material resultante do evento foi analisado pela 3Gen Consultoria, empresa responsável por todo o processo de planejamento, assim como as propostas que surgiram na segunda etapa dos trabalhos, que consistiu na realização de audiências públicas e reuniões com os promotores de Justiça de todas as

regiões do estado. Para isso, foram escolhidas como cidades-pólo Imperatriz, Pinheiro, Timon, Santa e Inês e São Luís, que se destacam em suas respectivas regiões.

Interiorização

A primeira audiência pública foi realizada na manhã do dia 1º de junho, em Imperatriz, com aproximadamente 100 participantes. Foram ouvidas 30 pessoas, de oito municípios, que apresentaram suas reclamações e sugestões, tanto em relação ao trabalho do Ministério Público quanto a outros serviços e direitos. Os temas foram bastante variados, indo da demora da Justiça no julgamento de processos à necessidade de inserção de História da África nos currículos escolares, passando pela necessidade de serviços básicos, como o saneamento básico.

Sempre depois das audiências públicas, a programação do planejamento estratégico continuava com uma reunião envolvendo os promotores de Justiça da região. Nesses encontros eram apresentados os resultados obtidos no alinhamento estratégico e busca das sugestões e projetos que pudessem embasar o trabalho final. As linhas de discussão, retiradas do evento inicial, foram orçamento, sistemas de informação, infraestrutura física, quadro funcional, clima organizacional, capacitação, segurança institucional, saneamento ambiental, probidade administrativa, atuação criminal, direitos do consumidor, infância e juventude, direitos de minorias, assistência social, atuação na saúde, atuação cível e educação.

Dessas discussões surgiram idéias importantes para o trabalho da instituição, como a existência de um sistema de informática e internet eficiente a propostas e projetos mais concretos, como a interiorização do programa de estágio e o fomento à criação de sistemas municipais de defesa do consumidor em todo o estado.

Apenas uma semana depois, em 7 de junho, o planejamento estratégico foi discutido em Pinheiro, cidade escolhida para sediar as discussões na região da Baixada Maranhense, que envolve 15 municípios (Viana, Bacuri, Bequimão, Cedral, Cururupu, Guimarães, Matinha, Mirinzal, Olinda Nova, Penalva, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente Férrer e Turiaçu). Mais uma vez, o público presente foi de cerca de 100 pessoas.

Nessa audiência, a maioria das participações populares centrou-se em dois temas: a preservação do meio ambiente e a proteção às crianças e adolescentes. No que diz respeito ao segundo tema, foram apontadas preocupações com o aumento do tráfico de drogas na região e com a falta de estrutura dos conselhos tutelares nos municípios. Já a preocupação com o meio ambiente abordou desde a poluição sonora a questões como

a criação de búfalos, pesca predatória, extração irregular de areia nos rios e o cercamento dos campos.

Também foi discutida a questão dos assentamentos quilombolas, focos de constantes conflitos agrários, que muitas vezes levam a crimes como homicídios. Das 700 comunidades remanescentes de quilombos existentes no Maranhão, 670 estão na baixada.

Os temas discutidos com a população terminaram sendo retomados na reunião realizada com os promotores da região. Dali surgiram propostas importantes como a necessidade de uma atuação institucional que vise a defesa da infância como prioridade absoluta, atuando em diversas áreas como saúde, segurança pública e controle da evasão escolar. No que diz respeito à questão ambiental, os promotores de Justiça apontaram a necessidade de um maior aparelhamento do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CAO-UMA), inclusive com a possibilidade de realização de perícias técnicas, o que agilizaria o trabalho das promotorias.

Depois de aproximadamente 500 km e em apenas dois dias, toda a estrutura necessária para a realização das audiências e reuniões foi deslocada do oeste para o leste do Maranhão, chegando à região dos cocais. A terceira audiência pública foi realizada em Timon e, apesar da distância, vários problemas apontados pela população foram recorrentes, como a questão do tráfico de drogas e o seu consumo por crianças e adolescentes.

A última audiência pública no interior do estado aconteceu em Santa Inês, no dia 14 de junho, reunindo cerca de 120 pessoas de vários municípios. Mais uma vez, alguns temas foram recorrentes, como o aumento do uso de drogas, a prostituição infantil e as dificuldades de acessibilidade. Outros, no entanto, foram citados, representando peculiaridades da área, como a falta de segurança na zona rural e a pesca predatória nos rios da região.

A quinta e última audiência pública foi realizada em São Luís, reunindo representantes de 27 municípios da região. Mais uma vez, o tópico mais abordado pelos participantes foi o da infância e juventude, para o qual foram apresentadas diversas propostas como a fiscalização de creches nos municípios, a busca pela obrigatoriedade da educação infantil nas escolas públicas e a criação de serviços especializados para o atendimento de crianças e adolescentes usuários de drogas. Também foi objeto de discussão pelo Ministério Público os princípios que regem a Justiça Juvenil Restaurativa.

Projetos

As discussões ocorridas nos diversos encontros realizados no estado foram analisadas e compiladas pela empresa responsável pelo projeto, resultando em 27 projetos a serem colocados em prática pelo Ministério Público do Estado do Maranhão durante os próximos cinco anos. Nesse conjunto há projetos de curto, médio e longo prazo de implantação, além de serem voltados tanto para a área fim da instituição, ou seja, a sociedade maranhense, quanto para o seu público interno, melhorando as condições de trabalho e garantindo maior eficiência.

Para garantir o sucesso do planejamento, além da elaboração de projetos, foram definidas metas e rotinas de trabalho. A partir de então, o trabalho passa aos gestores de cada área e projeto específicos, que trabalharão em sua efetivação.

O planejamento estratégico do Ministério Público maranhense foi construído a partir da metodologia do Balanced Scorecard (BSC), criada pelos professores e consultores norte-americanos Robert S. Kaplan e David P. Norton no início da década de 90 e que hoje constitui um modelo de gestão que auxilia as organizações na avaliação do progresso da execução de suas estratégias.

O BSC é composto por cinco elementos principais que traduzem a estratégia e dão corpo ao modelo de gestão estratégica: Mapa Estratégico, Objetivos, Indicadores, Metas e Projetos.

Com base nos produtos gerados nas fases de Planejamento do Programa e Diagnóstico e Alinhamento Estratégico, foi elaborado o Plano Estratégico da instituição, no qual constam seus principais objetivos de longo prazo, indicadores, metas e projetos.

Mapa Estratégico

A partir dos insumos obtidos no evento de Alinhamento Estratégico e nas entrevistas com as principais lideranças da instituição, teve início a construção do Mapa Estratégico, uma forma gráfica de representar a estratégia da instituição. Composto por 22 objetivos estratégicos de diferentes naturezas, o Mapa foi amplamente discutido com membros e servidores especialistas em determinados temas para que se fizessem todos os ajustes necessários e se chegasse a uma versão final.

A validação do Mapa Estratégico ocorreu em 24 de maio de 2011 na sala de reuniões dos órgãos colegiados, evento este que contou com a participação da Administração Superior e equipe de Planejamento.

A última etapa de construção do Planejamento Estratégico foi a elaboração

e validação de projetos estratégicos, iniciativas que permitirão ao Ministério Público do Estado do Maranhão alcançar as metas definidas para os próximos cinco anos.

Ao todo, foram compostos 27 projetos estratégicos, que foram validados em uma reunião no dia 25 de julho de 2011, na sala de reuniões dos órgãos colegiados, na Procuradoria Geral de Justiça, da qual participaram os integrantes da Administração Superior, equipe de Planejamento, representantes das Coordenadorias de Apoio Operacional e responsáveis pela construção dos projetos estratégicos.

Ao final da fase de consolidação do plano estratégico, foi elaborado o modelo de gestão estratégica do Ministério Público do Estado do Maranhão. É esse modelo, somado à disciplina de gestão, que garantirá que a estratégia da instituição seja sistematicamente gerenciada com vistas à sua implementação e, se necessário, seja revisada para a melhor consecução da visão de futuro.

Projetos do Ministério Público

Tema	Objetivo	Nº Projeto	Nome do Projeto
Financeiro	Garantir captação e gestão de recursos orçamentários e extra-orçamentários	1.1	Recursos Já!
Infra Estrutura	Garantir sistemas de informação e bases de dados que suportem a atuação do Ministério Público	2.1	PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS - ARQUIMEDES
Infra Estrutura	Garantir sistemas de informação e bases de dados que suportem a atuação do Ministério Público	2.2	PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE BANCO DE DADOS CONSISTENTE
Infra Estrutura	Garantir sistemas de informação e bases de dados que suportem a atuação do Ministério Público	2.3	PROJETO DE COMUNICAÇÃO INTERNA – E-MAIL, MENSAGEM INST. E SOLIT. SERVIÇOS
Infra Estrutura	Garantir sistemas de informação e bases de dados que suportem a atuação do Ministério Público	2.4	PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO ERP E-CIDADE
Infra Estrutura	Garantir sistemas de informação e bases de dados que suportem a atuação do Ministério Público	2.5	PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE EQUIPAMENTOS DE TI
Infra Estrutura	Garantir sistemas de informação e bases de dados que suportem a atuação do Ministério Público	2.6	PROJETO DE MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO CPD
Infra Estrutura	Garantir sistemas de informação e bases de dados que suportem a atuação do Ministério Público	2.7	PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE E INTERNET

Infra Estrutura	Garantir Infraestrutura física adequada	3.1	Acessibilidade já!
Infra Estrutura	Garantir Infraestrutura física adequada	3.2	Promotoria Modelo
Pessoas	Ampliar e adequar quadro funcional de acordo com a efetiva necessidade do MP	4.1	PCCS - Plano de Cargos, Carreiras e Salários
Pessoas	Garantir clima organizacional favorável	5.1	Projeto Integração
Pessoas	Capacitar continuamente membros e servidores	6.1	Calendário anual
Eficiência e Eficácia	Padronizar rotinas e procedimentos	7.1	PPO- Padronização de procedimentos organizacionais
Eficiência e Eficácia	Fortalecer a imagem do MP intensificando ações de divulgação externa	8.1	Estação Ministério Público
Eficiência e Eficácia	Ampliar parcerias estratégicas	9	
Eficiência e Eficácia	Garantir segurança institucional	10.1	PROJETO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
Direitos Humanos	Combater a violência doméstica	11.1	PROJETO DE FORTALECIMENTO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA COM ATRIBUIÇÕES PARA O COMBATE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
Direitos Humanos	Garantir os direitos das minorias	12.1	Ministério Público: Implementação e consolidação da rede de proteção da pessoa idosa
Direitos Humanos	Garantir os direitos das minorias	12.2	Criação do Plano Estadual Quilombola
Direitos Humanos	Garantir a política de Assistência Social	13.1	Implementação dos centros de referência de assistência social
Educação	Exigir o cumprimento do direito à educação	14.1	Educação Básica: uma prioridade do município
Saúde	Implementar e efetivar as políticas de saúde	15.1	Pró-vida
Saúde	Implementar e efetivar as políticas de saúde	15.2	MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO: POSITIVANDO O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Infância e Juventude	Atuar na proteção da criança e adolescente	16.1	A JUSTIÇA JUVENIL RESTAURATIVA NA RESTRUTURAÇÃO DE CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI
Infância e Juventude	Atuar na proteção da criança e adolescente	16.2	Projeto de Combate as drogas
Cível	Racionalizar a atuação do MP na área Cível, rebalanceando a distribuição da carga de trabalho	17	
Meio Ambiente	Garantir o Saneamento Ambiental em todos os municípios do Estado	18.1	Regionalização da atuação ambiental
Meio Ambiente	Garantir o Saneamento Ambiental em todos os municípios do Estado	18.2	Saneamento Ambiental nos municípios
Probidade	Combater as condutas ímprobas	19.1	Portal da Transparência
Criminal	Estreitar o relacionamento com as Polícias visando cooperação e fiscalização	20	
Criminal	Combater o crime organizado	21	
Consumidor	Garantir a proteção jurídica do cidadão nas relações de consumo	22.1	SOS Consumidor

O Mapa Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão está estruturado em quatro perspectivas ou dimensões de análise da estratégia. São elas:

- **Impacto social:** perspectiva na qual está o objetivo norteador da instituição. Em resumo, todos os esforços realizados pelo Ministério Público devem se refletir nesta perspectiva.
- **Processos:** concentra os objetivos das áreas finalísticas do Ministério Público, distribuídos pelos seguintes temas: cível, consumidor, saúde, educação, direitos humanos, infância e juventude, meio ambiente, probidade e criminal.
- **Institucional:** traz os objetivos que tratam da eficiência e eficácia da instituição.
- **Recursos Humanos, Físicos e Financeiros:** esta perspectiva contém os

objetivos que se relacionam com as necessidades da instituição em desenvolver pessoas, infraestrutura, tecnologia e recursos.

MAPA ESTRATÉGICO



Projetos Implantados

✓ Programa de Rádio – Estação Ministério Público

Alguns desses projetos começaram a ser colocados em prática antes mesmo do fim da elaboração do planejamento estratégico da instituição. Como por exemplo o projeto programa de **Rádio Estação Ministério Público Maranhão**.

Ao apresentar o projeto, a proposta da Coordenadoria de Comunicação do Ministério Público, tanto no Estado do Maranhão quanto no Brasil, prendeu-se à necessidade de fortalecer a independência institucional na área de comunicação, a exemplo do que já ocorre com os sites e portais institucionais do Ministério Público brasileiro em todas as suas esferas.

A idéia central é que a instituição Ministerial seja detentora de espaços próprios nos diversos veículos de comunicação, em especial Rádio e Televisão, para ampliar o alcance de suas informações junto à população, que ainda conhece muito pouco o verdadeiro papel do Ministério Público.

O projeto ganhou corpo de forma rápida e ainda com o Planejamento Estratégico do MP e no dia 4 de junho, o programa ESTAÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO MARANHÃO estreou na Rádio São Luís- AM, frequência 1.340 Khz.

O ESTAÇÃO MINISTERIO PÚBLICO, já ultrapassou a casa das 25 edições, tornou-se uma parada obrigatória para milhares de ouvintes, com a divulgação de notícias e entrevistas de Promotores e Procuradores de Justiça sobre os mais diversos assuntos, com a participação direta dos ouvintes por telefone.

✓ Projeto - Ministério Público do Maranhão Positivando o Desenvolvimento Humano

O projeto Ministério Público do Maranhão Positivando o Desenvolvimento Humano tem como objetivo contribuir para uma melhor qualidade de vida da população do Estado. Para isso, o Ministério Público realizará audiências públicas nos municípios de Centro do Guilherme, Araiozes, Santana do Maranhão, Lagoa Grande do Maranhão, Governador Newton Bello, Belágua, Matões do Norte, Fernando Falcão, Brejo de Areia, São Roberto e Presidente Juscelino e intensificará a fiscalização da aplicação de verbas públicas.

A elaboração, implementação de medidas de fortalecimento,

monitoramento e avaliação das políticas públicas de inclusão social deverão ser feitas por meio de parcerias entre instituições públicas, privadas e a sociedade civil organizada. A primeira das onze audiências públicas ocorreu em Araióses, no Country Clube, e contou com a participação de mais de 600 pessoas, entre autoridades e representantes da sociedade.

A segunda audiência pública foi realizada no município de Centro do Guilherme, com um IDH de 0,484, no dia 26 de outubro, no Clube Espaço Aberto. Centro do Guilherme dista cerca de 440 km quilômetros da capital São Luís e localiza-se na microrregião do Gurupi; fica quase na divisa do Maranhão com o Estado do Pará, mas apesar de ser o município detentor do menor Índice de Desenvolvimento Humano do Maranhão apresenta uma série de contrastes econômicos.

No centro urbano quase não se encontra casas de taipa e percebe-se a existência de um comércio bastante ativo, representado por pequenos mercados e lojinhas, numa clara demonstração de que a riqueza circulante no município não vem apenas da economia de subsistência ou do fruto do trabalho do funcionalismo público municipal, como normalmente ocorre na maioria das cidades do interior do Estado.

Para dar sequência ao projeto Positivando o Desenvolvimento Humano, será elaborado um relatório das audiências públicas pelas equipes técnicas e pelos parceiros do projeto. O objetivo não é só exigir das autoridades competentes que executem as políticas públicas e apliquem as verbas orçamentárias adequadamente, mas, sim, ajudar a buscar saídas para o desenvolvimento do município e da região.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), no Estado do Maranhão, os municípios que registram os índices mais baixos de IDH são: Centro do Guilherme, Araióses, Santana do Maranhão, Lagoa Grande do Maranhão, Governador Newton Bello, Belágua, Matões do Norte, Fernando Falcão, Brejo de Areia, São Roberto e Presidente Juscelino.

O Projeto Ministério Público do Maranhão Positivando o Desenvolvimento Humano tem o apoio da Caixa Econômica Federal e da Petrobras.